



ACADEMIA MILITAR

A EVOLUÇÃO DAS FORÇAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ AOS DIAS DE HOJE

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Alexandre Miguel Costa Neves

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pára-quedista Paulo Luís Almeida
Pereira**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

A EVOLUÇÃO DAS FORÇAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ AOS DIAS DE HOJE

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Alexandre Miguel Costa Neves

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pára-quedista Paulo Luís Almeida
Pereira**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

Dedicatória

À minha família, namorada e amigos, por
todo o apoio, dedicação e compreensão que prestaram.

Para aqueles em quem poder não teve a morte.

Agradecimentos

Para a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada, que visa a obtenção do grau mestre na especialidade de Infantaria, muitas foram as pessoas que contribuíram para a conclusão do mesmo. No entanto, não podia deixar de referir alguns nomes a quem gostaria de agradecer em particular.

Primeiro que tudo queria agradecer ao Sr. TCor PQ Paulo Luís Almeida Pereira, que aceitou a função de meu Orientador, que sempre me indicou o caminho na direção correta. Agradeço toda a disponibilidade, ajuda e exigência prestada ao longo da realização deste trabalho, bem como a entrega que demonstrou para com o mesmo. Foi, sem dúvida alguma, um grande pilar para a concretização do presente trabalho.

Um agradecimento ao Sr. TCor Estevão da Silva, por toda a disponibilidade, preocupação e empenho que demonstrou enquanto Diretor de Curso, não só na realização do presente trabalho mas também em tudo relacionado com o Curso de Infantaria. E um agradecimento também ao atual Diretor de Curso, que nos acompanha desde a escolha da arma, o Sr. Maj Pinto de Oliveira que demonstrou sempre um total empenho para com o Curso de Infantaria.

O meu profundo agradecimento ao Exmo. Sr. MGen Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo, por desde o início demonstrar uma total predisposição para me ajudar como pudesse. Constituiu-se como um pilar importante para a realização do trabalho, demonstrando sempre enorme disponibilidade, amizade e carinho, consentido inclusive uma entrevista.

Um agradecimento ao Exmo. Sr. MGen José Manuel Garcia Ramos Lousada; Exmo. Sr. MGen José Agostinho de Melo Ferreira Pinto; Exmo. Sr. MGen Cristóvão Avelar de Sousa, Exmo. Sr. MGen Agostinho Dias da Costa, Sr. SMor Alfredo Serrano Rosa e ao Sr. SMor Eleutério Amaro Pinto, pela prestabilidade e disponibilidade demonstradas em me receber para a realização de entrevistas.

Ao Sr. TCor PQ Paulo Jorge Borges Simões de Abreu, por se ter disponibilizado prontamente na ajuda de obtenção de informação, que veio enriquecer o trabalho.

À Sra. Cap ADMIL Helga Santa Comba Lopes, pela disponibilidade demonstrada na leitura de revisão e pela ajuda prestada.

Um agradecimento ao Sr. Albérico Alves, o grande “Tio Beco”, que desde o início demonstrou tremenda prontidão em ajudar no que fosse preciso. Também ao Sr. Paulo Jorge Ricardo, da Imprensa Nacional, que com grande rapidez sempre me facultou os documentos necessários para a realização do trabalho.

Não posso deixar passar sem um agradecimento especial a todo o Curso de Infantaria, por todo o apoio, amizade e carinho prestados nos últimos anos. Sem nunca esquecer tudo aquilo que passámos unidos nos campos de Mafra e com o lema “*Per árdua surgo*” sempre presente.

Um agradecimento muito especial à minha família, que sempre me apoiou ao longo desta etapa de cinco anos na Academia Militar. Ao meu pai, Carlos Neves por ser um exemplo de força; à minha mãe Paula Neves, por todo o carinho demonstrado, que estiveram sempre presentes prestando o apoio sem o qual teria sido tudo mais difícil. Por toda a compreensão que demonstraram e todo o carinho que me deram, um profundo e sincero obrigado.

À minha namorada, por me ter acompanhado nesta caminhada desde o início, pelo apoio, compreensão, carinho, amizade e amor prestados, por nunca ter desistido, um grande obrigado.

Aos verdadeiros amigos, que sempre me acompanharam e sempre me deram força.

A todos, um grande Obrigado.

Alexandre Costa Neves

Epígrafe

“A história é émula do tempo, repositório dos factos, testemunha do passado, exemplo do presente e advertência do futuro.”

Miguel de Cervantes

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema: “A evolução das Forças Pára-quedistas Portuguesas desde a sua criação até aos dias de hoje”. Com esta investigação pretende-se estudar e analisar de que forma é que as tropas pára-quedistas evoluíram com o decorrer dos anos.

Os pára-quedistas são uma tropa especial portuguesa, onde o envolvimento aéreo é a sua principal característica, o que faz com que sejam uma importante capacidade ao dispor de um comandante. O objetivo desta investigação é entender de que forma é que evoluíram os pára-quedistas desde a sua criação, analisando para tal o seu conceito de emprego, a evolução a nível organizacional, pessoal e também material.

Deste modo, pretende-se analisar a passagem destas forças da Força Aérea Portuguesa para o Exército Português, estudando os benefícios e consequências desta mudança de ramo, para os três intervenientes.

A metodologia aplicada no presente trabalho foi baseada em Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, através do seu “Manual de Investigação em Ciências Sociais”.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro partes. A primeira, é referente à introdução do tema; na segunda está explanada a revisão de literatura, onde se aborda toda a evolução dos pára-quedistas até aos dias de hoje; a terceira conta com uma explicação das técnicas e métodos utilizados e dos resultados obtidos através das entrevistas; por fim são verificadas as hipóteses levantadas, são respondidas as questões derivadas e a questão central.

Do resultado deste trabalho, verificou-se que os pára-quedistas, apesar de inúmeras reestruturações foram capazes de uma boa gestão de pessoal e material, permitindo-lhes ser hoje uma das tropas especiais mais reconhecidas a nível mundial. Apesar de todas as dificuldades atuais, os pára-quedistas continuam capazes de responder às exigências feitas utilizando os recursos que estão à sua disposição.

Palavras-chave: Pára-quedistas, Evolução, Força Aérea Portuguesa, Exército Português.

Abstract

This Applied Research Work is subordinate the theme of “The evolution of the Portuguese Paratroopers Forces since their creation to the present day”. The intent of this research is to analyze and study the evolution of the paratroopers since their creation till the present day.

The paratroopers are a Portuguese special force, with the ability to use air involvement as it's main characteristic, making them an important capability at a commander's disposal. The purpose of this research is to understand how the paratroopers evolved since their creation, analyzing their concept of employment and the organizational, personnel and materiel changes.

Thus, we intend to analyze the passage of those forces from the Portuguese Air Force to the Portuguese Army, studying the benefits and consequences of this change of branch for the three actors involved.

The methodology applied in this study was based on Raymond Quivy and Luc Van Campenhoudt through its “Handbook of Research in Social Sciences”.

This study is divided into four parts. The first concerns the introduction of the theme; in the second focuses on the literature review that addresses the entire evolution of the paratroopers till the present day; the third part includes an explanation of the techniques and methods used and the results obtained through the interviews; finally, we conclude by verifying the hypotheses in order to obtain answers for the questions formulated.

The conclusion of this work is that the paratroopers, albeit subjected to a profound restructuring, were even so still able to perform a sound management of staff and equipment, allowing them to be today one of the most esteemed special troops worldwide. Despite all the current difficulties, the paratroopers are still able to respond to the demands made using all the resources that they have.

Keywords: Paratroopers, Evolution, Portuguese Air Force, Portuguese Army.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Lista de Anexos e Apêndices.....	xii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xiii
Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1 – Generalidades.....	1
1.2 – Enquadramento da Investigação	1
1.3 – Problema de investigação: Escolha, formulação e justificação	2
1.4 – Questão Central.....	4
1.5 – Questões Derivadas.....	5
1.6 – Hipóteses.....	5
1.7 – Objetivos de Estudo	7
1.8 – Estrutura do trabalho.....	8
Capítulo 2 - Revisão da Literatura	10
2.1 – Enquadramento	10
2.2 – Operações Aerotransportadas.....	11
2.3 – Os Pára-quedistas em Portugal	11
2.3.1 – Os Pára-quedistas na Força Aérea	13
2.3.1.1 – Batalhão de Caçadores Pára-quedistas.....	13
2.3.1.2 – Regimento de Caçadores Pára-quedistas	16
2.3.1.3 – Corpo de Tropas Pára-quedistas.....	19
2.3.2 – Os Pára-quedistas no Exército	21
2.3.2.1 – Comando das Tropas Aerotransportadas	22

2.3.2.2 - Atualidade	23
2.4 – Mística.....	26
Capítulo 3 - Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação	28
3.1 – Tipo de Estudo	28
3.2 – Técnicas Utilizadas	29
3.3 – Amostragem	30
3.4 – Descrição de Procedimentos	31
Capítulo 4 - Apresentação, análise e discussão de resultados	32
4.1 – Apresentação e análise dos resultados	33
Capítulo 5 - Conclusões.....	46
5.1 – Resposta às Questões Derivadas	46
5.2 – Verificação das Hipóteses	49
5.3 – Resposta à Questão Central.....	51
5.4 – Limitações de Investigação	52
5.5 – Grau do Cumprimento dos objetivos	53
5.6 – Propostas para Investigações Futuras	53
Bibliografia.....	55
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Índice de Figuras

Anexos

Figura 1 – Portaria N° 15671	1
Figura 2 – Portaria N° 18462	2
Figura 3 – Decreto-Lei 350/75 – 5 de Julho	3
Figura 4 – Organograma da BrigRR	10
Figura 5 – Localização das Unidades da BrigRR	10
Figura 6 – Organograma da ETP	11
Figura 7 – Organograma de um BIPara	12

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Critérios da formulação da pergunta de partida.....	4
Tabela 2 – Caracterização dos entrevistados	32
Tabela 3 – Resumo das respostas à questão 1	33
Tabela 4 – Resumo das respostas à questão 2	34
Tabela 5 – Resumo das respostas à questão 3	35
Tabela 6 – Resumo das respostas à questão 4	36
Tabela 7 – Resumo das respostas à questão 5	37
Tabela 8 – Resumo das respostas à questão 6	38
Tabela 9 – Resumo das respostas à questão 7	39
Tabela 10 – Resumo das respostas à questão 8	40
Tabela 11 – Resumo das respostas à questão 9	41
Tabela 12 – Resumo das respostas à questão 10	42
Tabela 13 – Resumo das respostas à questão 11	44

Apêndices

Tabela 14 – Ciclo de Instrução do BCP	1
Tabela 15 – Composição do curso de Enfermeiras Pára-quedistas	2
Tabela 16 – Armamento utilizado no BCP	3
Tabela 17 – Armamento utilizado no RCP	4
Tabela 18 – Constituição do CTP	5
Tabela 19 – Material do CTP	6
Tabela 20 – Constituição do CTAT	7
Tabela 21 – Constituição da BAI	7
Tabela 22 – Ciclo de Instrução do CTAT	8

Lista de Anexos e Apêndices

Apêndices

Apêndice A – Ciclo de Instrução do BCP.....	1
Apêndice B – Composição do Curso de Enfermeiras Pára-quedistas	2
Apêndice C – Armamento utilizado no BCP	3
Apêndice D – Armamento utilizado no RCP	4
Apêndice E – Constituição do CTP.....	5
Apêndice F – Material do CTP.....	6
Apêndice G – Constituição do CTAT	7
Apêndice H – Ciclo de Instrução do CTAT	8
Apêndice I – Material do CTAT	9
Apêndice J – Símbolos dos pára-quedistas	10
Apêndice K – Guião das Entrevistas	14
Apêndice L – Entrevista MGen Avelar de Sousa	17
Apêndice M – Entrevista SMor Serrano Rosa	22
Apêndice N – Entrevista SMor Amaro Pinto	27
Apêndice O – Entrevista MGen Carlos Perestrelo	30
Apêndice P – Entrevista MGen Ramos Lousada	35
Apêndice Q – Entrevista MGen Ferreira Pinto	40
Apêndice R – Entrevista MGen Agostinho Costa	45

Anexos

Anexo A – Criação do BCP.....	1
Anexo B – Criação do RCP	2
Anexo C – Criação do CTP.....	3
Anexo D – Criação do CTAT	4
Anexo E – Organização da BrigRR	10
Anexo F – Organização da ETP.....	11
Anexo G – Organização de um BIPara	12

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AM	Academia Militar
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BCP	Batalhão de Caçadores Pára-quedistas
BCP11	Batalhão de Caçadores Pára-quedistas Nº11
BCP21	Batalhão de Caçadores Pára-quedistas Nº21
BCP31	Batalhão de Caçadores Pára-quedistas Nº31
BETP	Base Escola de Tropas Pára-quedistas
BF	Batalhão de Formação
BI	Batalhão de Instrução
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BOAT	Batalhão Operacional Aeroterrestre
BOTP1	Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº1
BOTP2	Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº2
BOTP3	Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº3
BRIPARAS	Brigada de Pára-quedistas Ligeira
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
CCTP	Comando do Corpo de Tropas Pára-quedistas
CCP	Companhia de Caçadores Pára-quedistas
CEAT	Centro de Excelência Aeroterrestre
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
COE	<i>Center of Excellence</i>
CTP	Corpo de Tropas Pára-quedistas
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
EATT	<i>European Air Tactical Transport</i>
EP	Exército Português
ETAP	École des Troupes Aeroportées
ETAT	Escola de Tropas Aerotransportadas
ETP	Escola de Tropas Pára-quedistas
FAP	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
GOAT	Grupo Operacional Aeroterrestre
GOAS	Grupo Operacional de Apoio e Serviços
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KTM	<i>KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion</i>
MGen	Major-General
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (OTAN, Organização do Tratado Atlântico Norte)

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RA	Região Aérea
RC	Regulamento de Campanha
RCP	Regimento de Caçadores Pára-quedistas
RI10	Regimento de Infantaria Nº10
RI15	Regimento de Infantaria Nº15
SMor	Sargento-Mor
TACRES	<i>Tactical Reserve</i>
TCor	Tenente-Coronel
TGen	Tenente-General
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
TRA	<i>Training Restricted Area</i>
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército

Capítulo 1

Introdução

1.1 – Generalidades

A Academia Militar (AM) enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar, desenvolve várias componentes de ensino, onde a finalidade é a formação de oficiais dos quadros permanentes.

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que tem como tema “A evolução das Forças Pára-quedistas Portuguesas desde a sua criação até aos dias de hoje”, apresenta-se como um culminar de cinco anos de formação na AM na frequência do curso com mestrado integrado de ciências militares, na especialidade de Infantaria. Marca assim o fim de uma etapa e o começo de outra, como oficial dos quadros permanentes do Exército Português.

Este capítulo apresenta inicialmente um enquadramento da investigação realizada, para uma melhor perceção do assunto em questão, de seguida é feita a justificação da escolha do tema do TIA, após a mesma apresenta-se a questão central de onde resultaram as respetivas questões derivadas e apresentam-se ainda as hipóteses que procuram responder às anteriores. De seguida são identificados os objetivos, geral e específicos e por fim é exposta a estrutura do trabalho elaborado.

1.2 – Enquadramento da Investigação

O mundo atual tem vindo a sofrer evoluções e transformações ao longo dos tempos, como tal as forças pára-quedistas portuguesas não foram exceção. Em 14 de Agosto de 1955, pela mão do então Ministro da Defesa Nacional, Coronel Fernando

Santos Costa¹, foram criadas em Portugal as Tropas Pára-quedistas no seio da Força Aérea Portuguesa (FAP), com o nome de Batalhão² de Caçadores Pára-quedistas (BCP), em “que só a extraordinária força e perseverança dos seus fundadores, aliadas à correta e inteligente visão de alguns políticos, conseguiu erguer.” (Machado e Carmo, 2003, p.9), como é exemplo o Tenente-Coronel (TCor) Kaúlza de Arriaga que promoveu a criação e integração destas forças na FAP. Apesar de estarem inseridos nesta organização, os pára-quedistas eram soldados de Infantaria que tinham a capacidade de ser lançados por avião através de um paraquedas, sendo portanto uma surpresa quando se deu a sua colocação na FAP. Contudo esta opção não era inédita, tendo sido utilizada pela *Werhmacht*³ na Segunda Guerra Mundial, tendo obtido resultados e eficácia bastante satisfatórios. Deste modo, os para-quedistas viram-se inseridos no mais recente ramo militar do país onde dispunham de grande autonomia financeira, logística e organizacional.

Em 1994, o Corpo de Tropas Pára-quedistas (CTP) foi extinto e passou a existir o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) e a Brigada Aerotransportada Independente (BAI), no seio do Exército Português (EP).

Deste modo o presente trabalho de investigação visa estudar as forças pára-quedistas portuguesas desde 1955, ano em que foram criadas, até à atualidade estudando as suas componentes quando pertenciam à FAP, abordando a sua transição para o EP e o que são os pára-quedistas atualmente.

1.3 – Problema de investigação: Escolha, formulação e justificação

A escolha do problema de investigação “...tem por ponto de partida uma situação considerada como problemática (...) e que, por consequência exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado.” (Fortin, 2009, p.48). Deste modo, a escolha do problema de investigação obriga a uma reflexão

¹ General Fernando Santos Costa, nascido a 19 de dezembro de 1899, desempenhou as funções de Ministro da Guerra e de Ministro da Defesa Nacional. Faleceu a 15 de outubro de 1982.

² Esta unidade cingiu-se a escalão Batalhão, face ao número de militares qualificados e ao empenhamento que se previa. Devido à Guerra Colonial houve a necessidade de aumentar o potencial e tamanho da unidade, passando esta a Regimento constituído a quatro Batalhões e um de Instrução.

³ Palavra alemã que significa Força de Defesa. Esta consiste no conjunto das forças do Exército e da Força Aérea.

prévia sobre várias variáveis, como por exemplo o interesse e relevância do mesmo, a familiaridade que o investigador tem, a existência de um orientador que satisfaça as necessidades básicas, entre outros. “A investigação é um processo de aplicação de conhecimentos, mas também um processo de planeamento e criatividade que contribui para o enriquecimento do conhecimento na área em que se realiza a investigação” (Sousa e Baptista, 2011, p.9) e para tal, é necessário ter em atenção a exequibilidade do trabalho, tendo em conta o tempo disponível que se tem bem como os recursos disponíveis para tal.

A formulação do problema de investigação escolhido pretende abordar a temática dos pára-quedistas desde a sua criação em 1955, na altura no seio da FAP, até à atualidade já como uma força pertencente ao EP.

As forças pára-quedistas portuguesas, aquando a sua criação, eram das forças melhor preparadas para o tipo de guerra em que Portugal se viu inserido em África⁴, onde Machado e Carmo (2003, p.25) referem que neste cenário as forças pára-quedistas “operacionalmente eram empregues como Forças de Intervenção, em reforço das guarnições normais das forças terrestres em quadrícula, ou em operações independentes”. Esta capacidade de atuação das forças pára-quedistas eram existentes pois “todo o ciclo de instrução foi orientado no sentido de dar ao militar pára-quedista uma instrução individual de combate muito aperfeiçoada e uma capacidade física e psíquica muito sólidas” (Machado e Carmo, 2003, p.26). Tudo isto muito devido à sua inclusão na FAP, pois dispunham de maior autonomia organizacional, logística, operacional e financeira aliadas a uma exigente seleção de pessoal, onde até 1971, o ciclo de instrução consistia em: 1) Escola de Recrutas: 12 semanas, 2) Curso de Pára-quedismo: 4 semanas, 3) Instrução de Combate: 11 semanas (Lousada, 2011).

Com a mudança de ramo também a sua doutrina, o seu conceito de emprego, as suas missões, entre outros, sofreram alterações evoluindo para os pára-quedistas que conhecemos nos dias de hoje.

⁴ Portugal participou na chamada Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, contra as províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné, que decorreu entre 1961 e 1974.

1.4 – Questão Central

Para se começar um trabalho de investigação é necessária a existência de uma base que permita servir de guia para toda a execução do mesmo, portanto torna-se essencial formular uma pergunta que permita ser desenvolvida. Como referem Quivy e Campenhoudt (2005, p.32) “o investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através do qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” A essa pergunta de partida dá-se o nome de questão central (QC), onde a mesma deve ser feita no modo interrogativo, respeitando os parâmetros de clareza, exequibilidade e pertinência, como mostra a tabela 1. Ou seja, a QC deve ser simples, clara e concisa, não trazendo dúvidas nenhuma ao investigador, sobre aquilo que este pretende estudar, nem ao leitor.

Tabela 1 - Critérios da formulação da pergunta de partida

A pergunta de partida
<ul style="list-style-type: none"> • Formular a pergunta de partida tendo o cuidado de respeitar: <ul style="list-style-type: none"> – As qualidades de clareza; – As qualidades de exequibilidade; – As qualidades de pertinência.

Fonte: Quivy e Campenhoudt, 2005, p.33

Tendo em conta os fatores acima referenciados, este trabalho procurou dar resposta à seguinte questão central: “De que maneira é que evoluiu o conceito de emprego das Tropas Pára-quedistas Portuguesas, desde a sua criação até à atualidade, em termos materiais, organizacionais e pessoais?”

1.5 – Questões Derivadas

Para responder à questão central o investigador deve dividir a mesma em várias vertentes. Após essa divisão iram então surgir novas perguntas, que quando combinadas entre si, permitem ao investigador dar uma resposta à questão central. Estas perguntas são segundo Fortin, “enunciados interrogativos precisos, escritos no presente e que incluem habitualmente uma ou duas variáveis, (...) decorrem diretamente do objetivo e especificam os aspetos a estudar.” (2009, p.101). A este conjunto de perguntas dá-se o nome de questões derivadas (QD), em que estas aprofundam mais a QC, e que neste trabalho resultaram nas seguintes:

- QD1: Em que medida a transição dos Pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa para o Exército Português trouxe benefícios para aquela tipologia de forças?
- QD2: Que desvantagens resultaram para os Pára-quedistas como organização fruto da sua transferência da Força Aérea Portuguesa para o Exército Português?
- QD3: A tipologia das missões e tarefas passíveis de serem realizadas pelos Pára-quedistas sofreu alterações com a integração dos mesmos no Exército Português?
- QD4: Que consequências resultaram para a Força Aérea Portuguesa fruto da perda dos Pára-quedistas?
- QD5: O conceito de emprego dos Pára-quedistas, na altura da sua criação, é diferente do conceito de emprego atual?
- QD6: O afastamento dos Pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa veio trazer uma maior dificuldade no treino e manutenção de qualificações aeroterrestres, fruto de uma menor disponibilização de meios aéreos?

1.6 – Hipóteses

As hipóteses levantadas antes da realização do trabalho procuram dar uma resposta inicial às QD anteriormente referidas e não são necessariamente a resposta final. Estas hipóteses “combinam o problema e o objetivo numa explicação clara dos

resultados esperados.” (Fortin, 2009. p.102). Estas podem ser confirmadas ou não e permitem servir de fio condutor para a realização do trabalho, onde no final se irá comprovar a veracidade das mesmas. “As hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto (...) e são baseadas no senso comum, antes do início da investigação. São suposições admissíveis que tentam solucionar a pergunta de partida e ajudam a compreender o tema. Estas não são necessariamente verdadeiras, pois as mesmas são formuladas para que no final da investigação sejam consideradas verdadeiras ou falsas.” (Sousa e Baptista, 2011, p.27). Com isto e procurando dar uma noção inicial do trabalho, as hipóteses levantadas para responder às QD anteriores foram:

- Hipótese 1: A integração dos Pára-quedistas, uma tipologia de força de atuação táctica iminentemente *land centric*, no seio das forças terrestres portuguesas revelou-se benéfica pela coerência doutrinária de nível supra Unidade de Escalão Brigada, pela adequação dos meios logísticos de apoio e facilidade de treino integrado com as restantes Unidades de Escalão Brigada do Exército Português.
- Hipótese 2: A perda de autonomia, quer financeira quer organizacional, que os pára-quedistas gozavam como força terrestre integrados na componente aérea veio retirar-lhes flexibilidade, adaptabilidade e rapidez de resposta como consequência da sua integração no Exército Português.
- Hipótese 3: A existência de outras tipologias de forças no Exército Português, com missões idênticas já definidas e atribuídas, veio revelar sobreposição e redundância de capacidades e consequentemente limitar a área de atuação dos Pára-quedistas face ao que gozavam no seio da Força Aérea Portuguesa.
- Hipótese 4: A Força Aérea Portuguesa, ao perder a sua tropa especial de cariz terrestre, veio igualmente a perder autonomia e capacidade de atuação em todo o espectro nos Teatros de Operações atuais, em que o cariz das missões é marcadamente *land centric* com a componente terrestre a destacar-se como a componente apoiada, logo principal.
- Hipótese 5: Sim, em 1955 quando as tropas pára-quedistas foram criadas, a sua intenção era criar uma força capaz de responder às exigências pedidas, valendo-se de uma elevada prontidão e flexibilidade, onde mais tarde fruto da Guerra

Colonial em que Portugal se viu inserido, seriam utilizados. Atualmente, as forças aerotransportadas, são utilizadas para cumprir missões de conquista e posse de terreno, missões de interdição que tenham como objetivo negar a condução de operações inimigas numa área específica e golpes de mão, que se caracterizam por ser de curta duração e com elevado ímpeto, a fim de destruir posições ou capturar pessoal/material. De salientar que com a evolução dos tempos, e remetendo para o conceito de contrainsurgência, as missões dos pára-quedistas aproximam-se cada vez mais da sua missão primária, aquando a data da sua criação.

– Hipótese 6: O afastamento físico das esquadras da Força Aérea Portuguesa da área de Tancos e a cessação de uma ligação organizacional direta entre esta organização e os pára-quedistas, levou a que houvesse uma redefinição, por parte da Força Aérea Portuguesa, do nível de prioridade para os pára-quedistas e um incremento na onerosidade da utilização dos meios aéreos, que teve como corolário uma redução significativa da atividade aeroterrestre, com as respetivas consequências em termos de proficiência, podendo ainda realizar missões de estabilização.

Por fim, como referem Quivy e Campenhoudt, “a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. As hipóteses apontam (...) um fio condutor à investigação e fornecem o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade” (2005, p.119).

1.7 – Objetivos de Estudo

A investigação efetuada pretende estudar e analisar as capacidades e dificuldades de uma tropa especial, os pára-quedistas, quando estes foram criados no seio da FAP, em que tinham um lugar de destaque na organização, e a sua passagem para o EP. Para tal vão ser estudadas as diferentes épocas de modo a permitir uma comparação entre as mesmas.

O objetivo geral “indica a principal intenção de um projeto, ou seja, corresponde ao produto final que o projeto quer atingir” (Sousa e Baptista, 2011, p.26). Com isto o

objetivo geral deste trabalho consiste em analisar de que forma é que o conceito de emprego das tropas pára-quedistas portuguesas evoluiu, desde que as mesmas foram criadas até à atualidade. Para permitir alcançar o objetivo geral pretendido, este deve ser decomposto em objetivos específicos, pois estes “permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais. Devem demonstrar o objetivo geral.” (Sousa e Baptista, 2011, p.26). Como objetivos específicos resultaram: analisar os benefícios para os pára-quedistas trazidos pela passagem para o EP, analisar as desvantagens resultantes para a organização dos pára-quedistas, identificar as alterações sofridas na tipologia de missões e tarefas dessas forças, listar as consequências que a FAP sofreu com a perda dos pára-quedistas, analisar de que modo é que o conceito de emprego das forças pára-quedistas evoluiu e analisar se o afastamento da FAP veio trazer, aos pára-quedistas, maiores dificuldades no treino aeroterrestre, devido à menor disponibilização de meios.

1.8 – Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, sendo eles Introdução; Revisão de Literatura; Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação; Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados e Conclusões, por esta ordem.

Com o primeiro capítulo pretende-se fazer um enquadramento com o tema, justificando a escolha do mesmo, apresenta-se a questão central que este trabalho procura dar resposta, bem como as questões derivadas resultantes da mesma, estão também explanadas as hipóteses levantadas e clarificam-se os objetivos de estudo.

Na Revisão de Literatura é feito um enquadramento para os subcapítulos que se apresentam, explica-se o que são operações aerotransportadas e de seguida começa-se por explicar as forças pára-quedistas na FAP, começando em 1955 com a sua criação e até 1994 com a mudança de ramo. De seguida são abordados os pára-quedistas no EP até aos dias de hoje. Por fim, encerra-se este segundo capítulo com uma explicação da mística dos pára-quedistas.

O terceiro capítulo pretende dar a conhecer ao leitor qual foi o tipo de estudo efetuado, as técnicas utilizadas, qual a amostra que foi empregue e, por fim, é feita uma descrição dos procedimentos utilizados no presente trabalho.

O quarto capítulo vai de encontro aos resultados obtidos, onde os mesmos são apresentados e analisados através de um conjunto de tabelas, que expõem as principais ideias de cada entrevistado.

Por fim, o último capítulo apresenta a verificação das hipóteses levantadas inicialmente, dá resposta às questões derivadas e consequentemente à questão central. Apresenta também as limitações que surgiram à investigação, bem como propostas para investigações futuras.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

“Que nunca por vencidos se conheçam.”

Lema da Escola de Tropas Pára-quedistas

2.1 – Enquadramento

Na atual conjuntura das Forças Armadas (FFAA) em Portugal, estas apresentam-se divididas em três ramos, são eles o Exército, Marinha e a Força Aérea. Para o presente trabalho é então importante enquadrar as forças pára-quedistas no Exército, para um melhor entendimento do tema. O EP tem a capacidade de exercer o poder terrestre, que é “a capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de forças terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e a população” (Estado-Maior do Exército, 2012a, p.1–14). Para cada tipo de operação a realizar o EP dispõe portanto de diferentes forças, todas elas com diferentes capacidades, moldando-se à missão atribuída. Para essa escolha, é importante analisar o ambiente em que a força vai atuar, pois este exerce uma influência nas necessidades da sua organização, no seu planeamento e na sua conduta tática (Estado-Maior do Exército, 1987a).

Uma das forças passíveis de serem utilizadas é a Brigada de Reação Rápida (BrigRR), que irá ser abordada mais à frente no trabalho, que tem na sua constituição as forças pára-quedistas. Estas forças têm treino específico e especializado para efetuar saltos de paraquedas, apresentando assim uma grande flexibilidade, que deste modo permite ao EP uma vantagem consoante o tipo de influência imposta pelo ambiente da missão, em que “um exército moderno deve ter a capacidade para aprender e adaptar-se a inúmeros desafios” e que para tal deve “aplicar novos conhecimentos a cada situação” (Estado-Maior do Exército, 2012a, p.1–18).

2.2 – Operações Aerotransportadas

Apesar de a vertente do EP ser a componente terrestre, também existe a possibilidade de realizar operações com o apoio de aeronaves, onde o Regulamento de Campanha (RC) 130-1 Operações (1987b, p.14–1) refere que o seu emprego “permite a utilização da terceira dimensão na batalha terrestre, sendo assim possível a manobra através do espaço aéreo”. Esta utilização permite então uma vantagem significativa no teatro de operações (TO), pois “a utilização de um meio rápido de projeção, livre de obstáculos e com grande alcance, como o são as aeronaves confere uma nova dimensão à batalha terrestre, permitindo a manobra através do espaço aéreo.” (Estado-Maior do Exército, 2012b, p.1–1)

A missão fundamental da Infantaria é o estreitamento do contacto com o inimigo, onde os pára-quedistas para concretizar o mesmo, dispõem da possibilidade de, entre outras formas de deslocamento tático, ter a capacidade de realizarem operações aerotransportadas. Estas operações são aquelas em que o militar e o seu equipamento deslocam-se numa aeronave, onde *a posteriori* é realizado o seu desembarque, através de paraquedas e a partir de uma aeronave em voo, no espaço de batalha, onde “os lançamentos poderão ser efetuados praticamente em qualquer sítio.” (Mensurado, 2002, p.19), sendo então descritas no PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas (2012b, p.1–3) como o “movimento de forças de combate e do seu apoio logístico para uma área objetivo ou para um objetivo” por intermédio de lançamento, heli-assalto ou aterragem. Este tipo de operações classificam-se, quanto à sua duração prevista, podendo ser de curta ou longa duração, em que as primeiras são efetuadas por unidades autónomas e as segundas, por unidades que exigem apoio de combate e serviços. (Estado-Maior do Exército, 2012b)

2.3 – Os Pára-quedistas em Portugal

“As forças aerotransportadas constituem um meio pelo qual um comandante pode influenciar, de forma decisiva, as operações.”⁵

Estado-Maior do Exército

⁵ Retirado de: Estado-maior do Exército, 1987b, p.14–7.

Apesar de a história nos ter ensinado que os pára-quedistas em Portugal surgiram em 1955, já antes dessa data existiram militares portugueses a efetuar saltos de paraquedas e a frequentar cursos de pára-quedismo. Exemplos disso são o Capitão Costa França e o Tenente José de Barros, que em 1922 realizaram um salto de paraquedas a partir de um balão em voo a 500 metros de altitude. Outro exemplo foram os militares portugueses, oficiais e sargentos, que em 1953 frequentaram na *École des Troupes Aeroportées* (ETAP), em França, o curso de pára-quedismo militar. Apesar da existência de forças pára-quedistas noutros países, em Portugal não existia uma vontade declarada do EP em ter uma tropa especial deste cariz. Como refere Kaúlza de Arriaga⁶, (2002) “desde sempre, nas Forças Armadas e, sobretudo no Exército, houve divergências sobre as vantagens e inconvenientes (...) dos dois tipos de estruturas militares seguintes: a primeira, caracterizada pela existência de forças uniformes de mediana preparação e com iguais privilégios ou regalias; e a segunda, caracterizando-se pela coexistência, por um lado, de corpos especiais, de pequenos efetivos, altamente preparadas e com maiores privilégios, e por outro lado, de forças normais, de muito maiores efetivos, menos bem preparadas e com menores regalias.”

No começo de 1955 são pedidos às FFAA portuguesas voluntários para ingressar no curso de pára-quedismo militar, realizado em Alcantarilha na *Escuela Militar de Paracaidistas Mendes Parada*. Dos que concorreram, apenas foram dados como aptos 232 militares, oficiais, sargentos e praças, ficando constituído aquele que é chamado o “Curso de Espanha” em que viriam a concluir com sucesso 194 militares.

Isto veio permitir o verdadeiro arranque do pára-quedismo militar organizado em Portugal, começando então a surgir a ideia de que a existir a criação de uma força de elite, os pára-quedistas, esta deveria de ser no seio da recém-criada⁷ FAP. No final deste que foi considerado como o primeiro curso de pára-quedismo, estiveram presentes “os mais altos responsáveis portugueses para assistir aos saltos e presidir à cerimónia de entrega dos distintivos de pára-quedista e boinas.” (Machado e Carmo, 2003, p.15-16) nesta que foi a primeira entrega de boinas às forças militares em Portugal.

⁶ Kaúlza de Arriaga formou-se na AM tendo frequentado o curso de Engenharia Militar em 1939. Foi o grande impulsionador da criação das forças pára-quedistas em Portugal, no seio da FAP, quando assumia funções de Subsecretário de Estado da Aeronáutica. Assumiu ainda funções como professor do Instituto de Altos Estudos Militares, Chefe do gabinete do Ministério da Defesa e de Comandante das Forças Terrestres em Moçambique, entre outras.

⁷ A sua criação resulta da Lei N°2055 de 27 de Maio de 1952 onde se deu a fusão das aviações do Exército e da Marinha.

No entanto esta integração não era bem vista pelo EP, pois passaria a existir uma outra força constituída por militares que combatiam em terra, tal como a Infantaria, organizadas para serem lançadas de paraquedas. E tudo isto no seio da nova organização que era a FAP (Lousada, 2011).

2.3.1 – Os Pára-quedistas na Força Aérea

“A essência do humanal deriva da história e da memória – é isso que nos humaniza.”⁸

Tenente-Coronel Joaquim Mira Mensurado

2.3.1.1 – Batalhão de Caçadores Pára-quedistas

É em 14 de Agosto, dia da arma de Infantaria, do ano 1955, que surge pela primeira vez o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas (BCP) numa cerimónia ocorrida em Lisboa, por motivos do dia em questão. É neste dia que “os novos pára-quedistas fazem a sua apresentação à nação.” (Moutinho, 1970, p.138) e onde a maneira, a forma e o brio com que desfilaram foram motivos para conquistar o público presente, que se manifestou ao som de aplausos e reconhecimento no desfile que se “constituiu a primeira afirmação da nova unidade e o garbo e aprumo dos boinas verdes” (Moutinho, 1970, p.138).

Como foi referido anteriormente, a criação desta nova tropa especial que eram os pára-quedistas, não era bem vista e aceite por todos, como referiu Kaúlza de Arriga (2002) “houve quem tentasse estabelecer condições tendentes à minimização do provável brilho daquelas tropas, na primeira apresentação ao país. Porém (...) os pára-quedistas desfilaram impressionantemente e espetacularmente, dando uma sensação invulgar de aprumo e atavio, de força e poder...”. Estava então consumada a criação⁹

⁸ Retirado de Mensurado, 2002, p.228.

⁹ A criação do BCP veio descrita na Portaria Nº15671, de 26 de dezembro de 1955 (ver Anexo A).

das forças pára-quedistas em Portugal, sediada em Tancos, e a 4 de janeiro de 1956 é elaborada a primeira ordem de serviço do BCP.

É então a 23 de Maio do mesmo ano, que pela mão do então Tenente-Coronel Kaúlza de Arriaga, é inaugurado oficialmente o BCP¹⁰. Nenhum outro homem poderia ter levado a cabo este início, por tudo o que Kaúlza de Arriaga representava para as forças pára-quedistas, pois foi ele que “antevendo genialmente as possibilidades das tropas pára-quedistas e acreditando que a Nação viria a necessitar de uma força deste tipo (...) dedicou muito do seu trabalho (...) para o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas” (Moutinho, 1970, p.142). Por todo o seu trabalho e dedicação a esta força de elite, é que Kaúlza de Arriaga é considerado como o “Pai” das Tropas Pára-quedistas Portuguesas. A missão do BCP foi definida em “funcionar como centro de instrução para o pessoal da especialidade, em todas as suas vertentes, constituindo e mantendo com os militares, entretanto formados, subunidades operacionais.” (Machado e Carmo, 2003, p.19).

Para serem pára-quedistas, os candidatos teriam de ser já militares provenientes dos três ramos das FFAA, e para tal eram sujeitos a rigorosos exames de seleção, nomeadamente inspeções médicas, provas físicas e provas psicomotoras. As exigentes provas médicas só permitiam passar à próxima fase quem estivesse realmente apto. A não execução de uma das provas físicas era motivo para eliminação direta, e as psicomotoras consistiam num combate de boxe, num salto para uma lona, na transposição de um muro de pedra vertical e por fim na execução do pórtilco. No entanto, só os candidatos aptos após estas três fases de provas, é que seguiam para Tancos para ingressar no curso de pára-quedismo militar¹¹.

Quando chegados ao BCP, os candidatos “eram submetidos a outras avaliações, em Tancos: exames médicos muito mais rigorosos (...) e provas físicas, também bastante exigentes, destinadas a verificar a sua aptidão física, desembaraço e, sobretudo, as capacidades psíquicas para o treino a que iriam ser submetidos.” (Calheiros, 2011, p.265). Após isto, teriam de cumprir o ciclo de instrução delineado que consistia em 6 momentos de instrução divididos por 45 semanas (ver Apêndice A).

¹⁰ O BCP estava organizado em: “Comando, Companhia de Comando e Serviços, duas Companhias de Caçadores Pára-quedistas e Companhia de Instrução” (Machado e Carmo, 2003, p.37).

¹¹ O curso de pára-quedismo militar português, apesar da sua recente criação, era um curso bastante qualificado, não sendo inferior a outros no estrangeiro. Esta razão prende-se com o facto de ser um curso “resultante das técnicas francesas com a organização e treino físico dos americanos.” (Moutinho, 1970, p.139).

Apesar de serem uma força bastante recente, os pára-quedistas dispunham de uma organização logística, financeira e pessoal bastante distinta, onde só quem era voluntário é que se candidatava. Como podemos constatar pelas provas médicas, físicas e psicofísicas anteriormente descritas, bem como o ciclo de instrução, é legítimo dizer que não era pára-quedista quem queria, daí o curso de pára-quedismo ser descrito por Calheiros (2011, p.44) como sendo de “uma enorme exigência física e psíquica, (...) era muito bom mas de uma violência enorme. Apenas homens física e psiquicamente muito resistentes, e com grande vontade de serem pára-quedistas, conseguiam ultrapassar a enorme barreira que ele representava!”.

Até ser chamado a efetuar missões operacionais, quatro anos após a sua criação, o BCP desenvolveu sempre diversas atividades não só de instrução, mas também de demonstração à população. Em termos de instrução, “inúmeros cursos se seguiram, sempre com resultados altamente positivos preparando a destreza, perícia e robustez dos pára-quedistas militares” (Moutinho, 1970, p.139). Neste tempo o BCP aproveitou para aumentar as capacidades dos seus militares, de tal modo que passou a integrar cursos no estrangeiro, onde são exemplos países como França¹² e Argélia, onde receberam instrução de comandos e instrução de guerra subversiva e psicológica, respetivamente. Marcaram ainda presença no Brasil, onde estiveram envolvidos no Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil e em Inglaterra, onde receberam instrução na área aeroterrestre. No que toca a demonstração, o BCP iniciou e desenvolveu os cursos de pára-quedismo militar e de instrutor de pára-quedismo, efetuaram diversos exercícios e demonstrações para a população, como por exemplo saltos de paraquedas, e ainda participavam nas guardas de honra efetuadas a entidades de elevado cargo, nacionais e internacionais.

Por tudo isto aqui referido, Calheiros (2011, p.44) afirma que “era este curso que dava identidade à Unidade e aos pára-quedistas, constituindo motivo de orgulho para os militares que, no final, recebiam a boina verde e o *brevet* pára-quedista, símbolos dos Pára-quedistas Portugueses”. Todas estas demonstrações feitas, e o facto de ser uma nova tropa especial no seio da recém-criada FAP, eram de extrema importância para a

¹² Tendo por base o modelo organizacional francês, o BCP em 1958 cria também um Centro de Instrução de Cães de Guerra, sustentado por militares pára-quedistas portugueses que tiraram o curso em França. Estes cães viriam, depois de devidamente treinados, a executar missões “não só de guarda a unidades aéreas como para missões de combate efetuando, também, saltos de paraquedas.” (Machado e Carmo, 2003, p.21)

divulgação do BCP e com isto o recrutamento veio a aumentar exponencialmente, principalmente em 1958 quando passaram a ser aceites candidatos civis.

É então que, em 1959, o BCP é chamado a intervir numa missão operacional, que viria a ter a designação de “HIMBA”, e que se apresentou como a primeira missão das forças pára-quedistas portuguesas. Nesta missão participaram “além de oitenta pára-quedistas, oito aviões de transporte e seis de luta anti-submarina (...) da Força Aérea Portuguesa.” (Machado e Carmo, 2003, p.21) e foram efetuadas “demonstrações de ataque ao solo e de saltos em paraquedas em território angolano” (Lousada, 2011, p.58). A operação “HIMBA” tinha como principal objetivo demonstrar a capacidade de reação que a FAP tinha na utilização rápida das suas aeronaves e dos pára-quedistas, em que mesmo com as limitações da época, este tipo de ações eram bem conseguidas. Como refere Lousada (2011, p.58) “a execução da operação evidenciou, por parte de todos os participantes, um elevado grau de profissionalismo, um esforço e vontade de bem servir, tendo os pára-quedistas revelado aprumo, dignidade e excelentes qualidades físicas”. Esta operação simboliza um marco na história das forças pára-quedistas portuguesas, pois caracteriza-se por ter sido o primeiro contacto com a realidade operacional para estas forças, onde segundo Moutinho (1970, p.139) “o sucesso foi retumbante e os lançamentos dos páras foram o ponto culminante dos êxitos alcançados”.

2.3.1.2 – Regimento de Caçadores Pára-quedistas

Em Março de 1961, e em consequência dos ataques ocorridos em Angola pela população, são enviados espaçadamente, a 1ª Companhia de Caçadores Pára-quedistas (CCP), a 2ª CCP e a 3ª CCP para o norte de Angola. As tropas pára-quedistas enviadas com o propósito de proteger as populações ameaçadas e recuperar o território conquistado pelos rebeldes foram fundamentais e decisivas na recuperação e reocupação de inúmeras localidades e na destruição dos bandos armados” (Machado e Carmo, 2003, p.23). Durante o decorrer das atividades surge então a primeira baixa em combate em que, a 24 de abril morre o soldado pára-quedista Joaquim Afonso Domingues. Era necessário então uma abordagem diferente, onde a guerra estava ainda no seu início e a reorganização das Tropas Pára-quedistas iria refletir essa realidade, que “conduziu à criação de tropas com maior capacidade de combate e condições de atuação semelhantes

às de guerrilha” (Santo, 2014, p.243). Até aqui, a instrução base de um pára-quedista no BCP era muito semelhante a uma outra unidade de Infantaria, e com a necessidade de mudança, apoiada no modelo francês, passou-se a “ouvir falar em muitas coisas novas (...) e foi acrescentado ao ciclo de instrução, no seu final, um novo módulo – a Instrução de Combate” (Calheiros, 2011, p.44-45).

Chegado então maio de 1961 é extinto o BCP e criado o Regimento de Caçadores Pára-quedistas (RCP)¹³, em que fazia parte integrante do mesmo o Batalhão de Instrução (BI) e o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N°11¹⁴ (BCP11). As três unidades de escalão Companhia já presentes em Angola, viriam a constituir-se como o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N°21 (BCP21) e em Moçambique foi instalado o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N°31 (BCP31). Cada uma destas unidades estava organizada em “Comando, conselho administrativo, três Companhias de Caçadores Pára-quedistas, pessoal dobrador e tratador-treinador de cães de guerra e ainda alguns condutores e mecânicos” (Lousada, 2011, p.66) e o seu nome era atribuído de acordo com a região aérea¹⁵ (RA) em que estava inserido.

Ainda no seio do BCP e face às necessidades impostas pelo tipo de cenário de guerra encontrado em África, o TCor Kaúlza de Arriaga, ainda no cargo de Subsecretário da Aeronáutica, iniciou um processo de formação considerado bastante arrojado para a época. Era necessário formar enfermeiras pára-quedistas capazes de prestar assistência às tropas no campo de batalha, onde este curso (ver Apêndice B) era uma adaptação do curso de pára-quedismo das enfermeiras da Cruz Vermelha Francesa. No entanto o 1º curso¹⁶ só se iniciou em Junho de 1961, já no seio do RCP, com a presença de onze candidatas, que “tinham um total desconhecimento do que iriam encontrar, pois tratava-se de exercer a sua profissão num ambiente que nunca ninguém experimentara até então em Portugal!” (Arminha, Zulmira, et al, 2014, p.47). Deste

¹³ A extinção do BCP e a consequente criação do RCP, em Tancos, veio descrita na Portaria n°18462, de 5 de Maio de 1961 (ver Anexo B).

¹⁴ Segundo Machado e Carmo (2003, p.38), o BCP11 estava inserido no RCP por ser um “Batalhão mais aligeirado que os do Ultramar”.

¹⁵ A FAP estava organizada segundo três regiões aéreas, a 1ª RA dizia respeito a Portugal Continental, a 2ª RA abrangia Angola e a 3ªRA abrangia Moçambique. Os BCP recebiam o seu nome consoante a sua localização (primeiro algarismo) e o seu regimento (segundo algarismo). Com isto, em Tancos estava o BCP11, em Angola o BCP21 e em Moçambique o BCP31.

¹⁶ Com o aparecimento deste primeiro curso e com a presença de Portugal em África, o artigo da revista Páras (2014, p.6-8) refere que nos seguintes “15 anos foram realizados 9 cursos onde se formaram 46 enfermeiras Pára-quedistas”.

curso, todas eram obrigadas a ter o curso de enfermagem, onde apenas seis¹⁷ foram aprovadas e que ficaram então conhecidas como “As Seis Marias”.

Este curso é descrito por Arminda, Zulmira, et al. (2014, p.45) como um novo patamar que “apenas podia ser alcançado se ousássemos, se tivéssemos a audácia de nos aventurar a viver e a exercer a nossa profissão em condições e circunstâncias nunca ainda experimentadas por mulheres e por enfermeiras portuguesas!”. A sua missão primária era a de prestar assistência em todos os graus de especificidade, em locais de difícil acesso a médicos e enfermeiros regulares e em todos os tipos de cenário. Para Calheiros (2011, p.277) “tudo o que é próprio de uma guerra lhes aconteceu, incluindo serem feridas e morrer” e para Arminda, Zulmira, et al. (2014, p.286) “tivemos muita sorte! Houve situações em que foi Deus que nos poupou!”. A estas enfermeiras competia-lhes manter os pára-quedistas com vida até ao hospital, coisa que faziam com grande competência e dedicação (Calheiros, 2011), onde maior parte das vezes eram situações que exigiam muita calma, e por isso mesmo “os militares evacuados por enfermeiras pára-quedistas, ainda hoje dizem lembrar-se (...) da imagem da enfermeira a olhar para o saquinho de soro e a mexer nele” (Arminda, Zulmira, et al., 2014, p.223). Como refere Machado no artigo da revista Boina Verde (2004, p.9), “a contribuição destas mulheres para o espírito de corpo dos pára-quedistas foi notável, e a sua contribuição para o esforço de guerra (...) foi real”.

O primeiro contingente a ir para África foi o BCP21, para Angola, e estes militares transportavam apenas o seu armamento e um *kit-bag*¹⁸. Como refere Lousada (2011, p.67) “do seu equipamento faziam parte um conjunto de suspensórios, um cinturão e cartucheiras, um capacete, um cantil, uma mochila, uma manta, uma capa e um saco de dormir”, e cada um levava duas armas, “num ombro, uma pistola-metralhadora FBP¹⁹, e no outro, uma “moderníssima” espingarda Mauser (de 1937)” (Calheiros, 2011, p.38). No entanto o armamento utilizado no BCP (ver Apêndice C) já não era suficiente para responder às necessidades, e então a partir de 1961, os pára-quedistas começaram a receber armamento novo para fazer face às novas exigências (ver Apêndice D).

¹⁷ As primeiras seis mulheres enfermeiras pára-quedistas a completar o curso foram Maria Ivone, Maria Arminda, Maria da Nazaré, Maria do Céu, Maria de Lourdes e Maria Zulmira.

¹⁸ *Kit-bag* era o nome dado ao saco utilizado para transportar material e fardamento.

¹⁹ FBP significa Fábrica do Braço de Prata, e o nome provém da sua localização na zona de Lisboa. É dada esta designação pois foi uma fábrica que produziu milhares de espingardas automáticas, morteiros e metralhadoras, durante o Ultramar, tendo vindo a ser desativada nos anos 90.

2.3.1.3 – Corpo de Tropas Pára-quedistas

“Há duas categorias de combatentes: os que vão ao assalto e os outros.

Os páras vão ao assalto.”²⁰

George Buit

Chegado o ano de 1974 é efetuado em Portugal a revolução do 25 de Abril, que viria a terminar o regime de ditadura existente no país. Nesta ação de revolta, o papel do RCP não se pode dizer que tenha sido muito significativo, pois apenas entrou em cena no dia seguinte, quando substituiu as forças militares da Escola Prática de Infantaria, presentes no aeroporto internacional de Lisboa. No entanto, é destacada uma elevada relevância a esta unidade, onde a “verdadeira importância do Regimento de Caçadores Pára-quedistas, mesmo decisiva para o desencadear da operação revolucionária, terá sido a não oposição dos militares pára-quedistas (...) ao movimento dos capitães” (Machado e Carmo, 2003, p.64). De seguida é dada a primeira missão pós-revolução aos pára-quedistas, que consistia na escolta aos membros do governo derrubado para a Madeira. Um mês depois da revolução, e em jeito de reconhecimento pelo apoio prestado, é autorizada²¹ uma reorganização²² das tropas pára-quedistas, que era vista como uma hipótese de expandir o dispositivo militar e ao mesmo tempo simbolizava a manutenção do esforço em África.

No entanto, a intenção inicial de manter as forças militares em África não se concretizou, dando assim início à retirada das tropas das províncias ultramarinas portuguesas, e como referiu Joaquim Furtado, citado por Calheiros, (2011, p.42) “se escaparam alguns brancos no Norte de Angola, foi graças à Força Aérea e à chegada de umas dúzias de pára-quedistas. Foi graças a essa gente que todo o Norte de Angola não foi chacinado.”²³ Foram 15 anos²⁴ de presença militar que agora chegavam ao fim, com o retirar do último batalhão, o BCP21, que efetuou “com honra e dignidade o último arrear da bandeira nacional” (Machado e Carmo, 2003, p.67). Como refere Calheiros

²⁰ Retirado de Mensurado, 2002, p.119.

²¹ A reestruturação das tropas pára-quedistas foi aprovada pelo Decreto-Lei N°211/74, em 21 de maio.

²² A partir de agora o RCP passava a depender diretamente do Chefe de Estado Maior da Força Aérea.

²³ Citação proferida no documentário televisivo “A GUERRA”, da Rádio Televisão Portuguesa, 1ª série, episódio 1 de 2008.

²⁴ O BCP21 foi o primeiro a ir para África em março de 1961 e o último a sair em novembro de 1975.

(2011, p.621), quando fala dos pára-quedistas, “difícilmente terá havido outra força que tenha correspondido com tanta eficiência e galhardia a tudo o que foi solicitado”. Isto tudo numa altura em que os Batalhões de Caçadores estavam no seu melhor momento, como refere Lousada (2011, p.277), pois dispunham de “magníficos aquartelamentos e de excelente potencial humano (...) as suas companhias de caçadores (...) encontravam-se numa fase muito boa com resultados operacionais excelentes”.

Nos primeiros tempos após a revolução, viviam-se em Portugal tempos conturbados, e portanto também as forças pára-quedistas não estavam na melhor posição, não fosse “devido à ação consciente e profissional de muitos oficiais, sargentos e praças” (Machado e Carmo, 2003, p.66) teria sido o fim das forças pára-quedistas em Portugal. Chega então o ano de 1975 e com ele a extinção do RCP e a criação²⁵ do Corpo de Tropas Pára-quedistas (CTP). Nesta reestruturação passariam a fazer parte integrante do CTP as seguintes unidades: Comando do Corpo de Tropas Pára-quedistas (CCTP), Base Escola de Tropas Pára-quedistas (BETP), Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº1 (BOTP1), Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº2 (BOTP2) e Base Operacional de Tropas Pára-quedistas Nº3 (BOTP3)²⁶, estando elas localizadas em Lisboa, Tancos, Monsanto, Aveiro e Beja, respetivamente (ver Apêndice E). Apesar de toda esta reestruturação organizacional no seio das forças pára-quedistas, estes viveram tempos difíceis de revolta²⁷ por parte de alguns militares insatisfeitos com a situação do país, onde a firme tomada de posição de alguns militares pára-quedistas²⁸ conseguiu perseverar perante os revoltosos.

Com o fim da instabilidade a que o CTP tinha sido sujeito, era agora altura de reorganizar de forma a adaptar-se às exigências atuais, onde o próximo passo a dar era, como refere Avelar de Sousa em entrevista, adaptar uma organização militar até aqui especializada em contraguerrilha, à doutrina e procedimentos da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) para um emprego no estrangeiro. Adaptação esta que viria a ser conseguida mais tarde, em que a partir dos anos 80, como refere Perestrelo no artigo da

²⁵ A criação do CTP veio descrita no Decreto-Lei Nº350/75, em 5 de julho (ver Anexo C).

²⁶ Esta base nunca se veio a efetivar.

²⁷ Revolta que se deu numa data que todos os pára-quedistas se recordam, o 25 de novembro de 1975, em que ocuparam a BETP em Tancos prontos para resistir. No entanto renderam-se e maior parte foram presos.

²⁸ Esta revolta foi parada graças ao núcleo de militares formados por Oficiais e Sargentos dos quadros permanentes, militares do BCP21 recém-regressados de Angola e militares que voluntariamente regressaram da disponibilidade. (Machado e Carmo, 2003).

Páras (2014, p.18) “Portugal através da representação das Tropas Pára-quedistas colocava as suas equipas sempre nos primeiros lugares, demonstrando um desempenho notável no âmbito dos procedimentos técnico-táticos e comunicações. Foi um período de excelência e de orgulho por ser pára-quedista e português.” Por fim, e como refere Mira Vaz no artigo da Revista Militar (1994, p.185-186) “a circunstância de as Tropas Pára-quedistas terem nascido na Força Aérea, (...) foi decisiva para a forma como se organizaram, se prepararam para combater, e se comportaram nas guerras de África e, finalmente, como souberam, em 1975, reestruturar-se a partir do nada, adaptando-se às novas conjunturas nacional e internacional.”

Com o CTP já a funcionar em pleno em 1983, é-lhe atribuída a missão primária de “constituir uma reserva permanente do Comando-Chefe das Forças Armadas, com uma força de intervenção (...) de aplicação versátil e rápida, para ações conjuntas ou isoladas.” (Machado e Carmo, 2003, p.76). Deste modo nasce a Brigada de Pára-quedistas Ligeira (BRIPARAS)²⁹, em que para muito contribuiu o número de efetivos existentes, que permitiu manter a BRIPARAS empenhada enquanto o CTP continuava a funcionar normalmente – através de incorporações, formação e aprontamentos – e com vista a este objetivo os pára-quedistas foram alvo de uma renovação de material (ver Apêndice F).

2.3.2 – Os Pára-quedistas no Exército

“Um dos maiores desafios da curta mas intensa história dos pára-quedistas militares portugueses, estava para vir: a transferência da Força Aérea para o Exército de todo o pessoal, material e infraestruturas.”³⁰

Passados 35 anos de existência das forças pára-quedistas portuguesas, já na década de 90, começam então a surgir ideias e intenções de transferir os pára-quedistas

²⁹ Na sua constituição existia o Comando e Estado-Maior, o Grupo Operacional de Apoio e Serviços, o Destacamento Aeroterrestre, a Companhia de Comunicações, a Companhia Anti-Carro, a Companhia de Morteiros Pesados e os 3 Batalhões de Pára-quedistas.

³⁰ Retirado de Machado e Carmo, 2003, p.92.

da FAP para o seio do EP, de modo a criar uma nova Brigada com pára-quedistas e comandos.

Esta medida não caiu bem nas forças pára-quedistas, mas nem o descontentamento dos militares nem as ações das diversas associações conseguiram alterar esta vontade por parte do governo. Deste modo as forças pára-quedistas, para não perderem força e conseguir ter poder nesta transferência, optaram pela “participação de oficiais pára-quedistas nos grupos de trabalho que se iriam formar no Estado-Maior do Exército” pois esta medida “seria a melhor forma de salvaguardar o que fosse possível” (Machado e Carmo, 2003, p.94).

2.3.2.1 – Comando das Tropas Aerotransportadas

Após todas as ideias de transferências que se falava, dá-se finalmente em 1994 a extinção do CTP e a consequente criação do Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) (ver Apêndice G). No final do ano transato, naquela que foi a última cerimónia do CTP, deu-se um marco na história dos pára-quedistas com o arrear do guião da FAP e içar do guião do EP, que mais tarde foi oficializado pelo Decreto-Lei 27/94 de 5 de Fevereiro (ver Anexo D). Esta mudança de ramo trazia para as tropas pára-quedistas novos objetivos, como eram exemplo ativar as novas subunidades operacionais e dotá-las com todo o material devido, alcançar um efetivo de mais de 4.000 militares pára-quedistas e dotar a Brigada Aerotransportada Independente³¹ (BAI) de todo o material e pessoal para estar a 100%.

Para tentar atingir os objetivos propostos foram feitos enormes esforços pelas forças pára-quedistas, nomeadamente no que toca ao recrutamento, onde a Escola de Tropas Aerotransportadas (ETAT) desenvolveu inúmeras ações formando em alguns anos 1.500 militares pára-quedistas – número este que dificilmente era atingido – onde o objetivo pretendido era uma Brigada a 5.000 homens. Para isto, contribuiu a implementação de um novo ciclo de instrução (ver Apêndice H) bem como a renovação do material utilizado (ver Apêndice I).

³¹ A BAI era considerada a força operacional do CTAT.

Depois da consolidação e reorganização das forças pára-quedistas, começaram a surgir as missões operacionais nos diversos teatros de operações, como diz Pinto no artigo da revista Boina Verde (2004, p.3) foram forças da BAI “os primeiros a chegar e que iniciaram logo em 1996, a participação de Forças Nacionais na missão de apoio à paz na Bósnia, e também, no território do Kosovo assim como no longínquo Timor-Leste”.

A 23 de Maio de 2006, com todo o processo de reorganização do EP, extinguiu-se o CTAT e foram alterados os nomes de algumas unidades, como é o caso da ETAT que passou a ser designada como Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), a Área Militar de São Jacinto que passou a ser Regimento de Infantaria Nº10 (RI10) e a BAI que passou a ser a BrigRR.

2.3.2.2 - Atualidade

A BrigRR é das unidades mais recentes do EP e quando foi criada passou a assumir uma nova estrutura, diferente da sua antecessora BAI. Esta veio integrar “além das Tropas Pára-quedistas, as Tropas Comando, as Forças de Operações Especiais e a Unidade de Aviação Ligeira do Exército, mantendo na sua organização o Esquadrão de Reconhecimento e as Tropas de Apoio de Combate, a Artilharia de Campanha, a Artilharia Antiaérea e a Engenharia.” (Brigada Reação Rápida, 2010, p.6) (ver Anexo E). Atualmente, as forças pára-quedistas portuguesas estão então inseridas na BrigRR e distribuídas por três unidades: a ETP, o RI10 e o Regimento de Infantaria Nº15 (RI15). A ETP além de escola de formação de pára-quedistas engloba também o Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) e o Batalhão de Formação (BF), estando os Batalhões de Infantaria Pára-quedista (BIPara) divididos pelo RI15 e pelo RI10, respetivamente o 1BIPara e o 2BIPara.

Relativamente à ETP, esta tem como missão primária ministrar todos os cursos de formação no âmbito aeroterrestre e aprontar o batalhão operacional, o BOAT, onde para tal dispõe de uma Companhia de Comando e Serviços, do BF e do BOAT (ver Anexo F). O BOAT é uma unidade operacional com a finalidade de apoiar taticamente, tecnicamente e logisticamente, destinada principalmente à vertente aeroterrestre. De acordo com o seu quadro orgânico, a sua missão é planejar, programar e conduzir operações no âmbito conjunto e combinado em todo o espectro das operações de acordo

com a sua especificação aeroterrestre. Por sua vez, o BIPara é uma “força de infantaria ligeira, vocacionada para as operações convencionais, com capacidade de projeção imediata e elevado estado de prontidão, caracterizando-se pela concentração de potencial de combate, rapidez e flexibilidade, dotadas de capacidade de inserção no Teatro de Operações através de salto de paraquedas” (Estado-Maior do Exército, 2009), onde o 1BIPara alterna com o 2BIPara nos ciclos anuais de aprontamento e prontidão da Componente Terrestre da Força de Reação Imediata (ver Anexo G para consultar constituição de um BIPara).

Nos dias de hoje a complexidade dos diferentes TO exige novas abordagens por parte das forças integrantes, portanto devem-se adaptar as capacidades de cada uma destas às exigências trazidas pelos conflitos. Com isto em vista, a NATO criou *centers of excellence* (COE) para que “as nações com capacidades mais avançadas possam participar no desenvolvimento de outras, partilhando recursos específicos, bem como (...) lições aprendidas.” (Estado-Maior do Exército, 2011, p.148). De todas as capacidades presentes nesta ideia, a que se destaca como mais importante e atual é a capacidade aeroterrestre, devido a fatores como a flexibilidade de emprego destas forças, à rapidez e descrição na infiltração e ao fácil reabastecimento das mesmas. Mas para dotar as forças destas valências não é fácil, pois existe a necessidade de ter reunidas várias condições como “obter zonas de treino com infraestruturas, o extenso espaço aéreo bem como as condições meteorológicas favoráveis” (Estado-Maior do Exército, 2011, p.148), ou seja existe a necessidade do deslocamento para outros países, que nem sempre é fácil. Tendo isto em conta, Portugal está bastante bem posicionado em termos aeroterrestres, pois detém as capacidades, as infraestruturas e o espaço aéreo, e beneficia ainda da ação conjunta do EP com a FAP. Este conceito vai de encontro à criação em Portugal de um Centro de Excelência Aeroterrestre (CEAT), pensado em 2011 e que viria contar com a ETP, com o aeródromo militar de Tancos, com a Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE) e com o BOAT.

Atualmente o CEAT encontra-se em atividade, faltando apenas torná-lo no *Airborne* COE da NATO, apoiando-se nas infraestruturas presentes em Tancos³², na

³² Como são exemplos o aeródromo, o Arripiado onde são efetuados os lançamentos e na estrutura de formação e treino operacional, que contempla desde a formação pára-quedista básica até à queda livre operacional.

Training Restricted Area (TRA) 57³³, na TRA 56³⁴, e muito importante, nas condições climáticas e espaço aéreo que Portugal dispõe, que tem solicitado enorme interesse de participação de países como Alemanha, França, Espanha e Reino Unido. Este projeto é gerido pela própria ETP e tem como diretor o Comandante da Escola, contemplando apenas as operações aerotransportadas. Inicialmente, o plano previsto contemplava tanto operações aerotransportadas como aeromóveis, onde a UALE teria um papel determinante, mas no entanto por despacho³⁵ o CEAT deixou de incluir as operações aeromóveis e a UALE nunca chegou a fazer parte deste projeto. Desta maneira o CEAT dedica-se exclusivamente às operações aerotransportadas.

Desde 1999 que as principais missões da NATO no Kosovo “contemplam o treino das Forças de Segurança do Kosovo, apoiar a organização de uma estrutura civil e política, (...) apoiar as autoridades do Kosovo no desenvolvimento de uma estratégia de controlo e gestão de fronteiras e apoiar as organizações internacionais e autoridades locais.” (Estado-Maior do Exército, 2011, p.354). Com isto em vista, em 2006 o território do Kosovo foi dividido em cinco áreas de responsabilidade, onde a participação portuguesa em Força Nacional Destacada (FND) constituiu-se como a *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), inserida na *Kosovo Force* (KFOR), pronta a ser empregue em qualquer parte do TO.

No período de setembro de 2014 até abril de 2015, o 1BIPara esteve destacado no TO do Kosovo, onde a sua missão era a de atuar como *Tactical Reserve* (TACRES) do Comandante da KFOR³⁶. O 1BIPara estava também preparado para conduzir operações militares destinadas a garantir a manutenção de um ambiente seguro em toda a área de operações do Kosovo, onde para tal a KTM é constituída por parte do Comando e Estado-Maior, uma Companhia de Manobra e parte de uma Companhia de Comando e Serviços. A KTM atualmente deve estar pronta a ser empregue como reserva tática e a realizar tarefas específicas de um Batalhão de Infantaria, a fim de deter qualquer ameaça contra a segurança e por isso mesmo não tem qualquer área de responsabilidade atribuída estando disponível para as necessidades do comando da KFOR. A passagem deste Batalhão em 2010/2011 pelo Kosovo foi uma ação que

³³ Na TRA 57 é possível efetuar saltos até 24.500 pés de altitude e tem uma área de 3300 km².

³⁴ Na TRA 56 é possível efetuar saltos até 13.000 pés de altitude, com possibilidade de fazer temporariamente até aos 18.000 pés, e tem uma área de 144 km².

³⁵ Despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército de 25 de novembro de 2013.

³⁶ Uma reserva tática pode ser definida como uma força, ou parte dela, de manobra que o comandante dispõe para influenciar rapidamente as operações.

beneficiou o mesmo, pois o 1BIPara dispõe de quadros com experiência em diversas missões, sendo cultura deste Batalhão exponenciar as aprendizagens obtidas na preparação e execução das missões futuras.

2.4 – Mística

*“Mas é a partir do momento em que saltam do avião pela primeira vez, em livre decisão, (...) que se transformam, emocionados, em pára-quedistas.”*³⁷

Tenente-Coronel Joaquim Mira Mensurado

Seja um conjunto de práticas que levem ao entusiasmo de um coletivo, uma grande adesão a um conjunto de valores e ideais ou uma atitude coletiva, que tem como base o afeto a uma causa ou ideia, pode ser a descrição de mística. (Infopédia, 2015).

Dentro das FFAA há uma mística em todas as forças, mas é nos pára-quedistas que mais se demonstra, como refere Mensurado (2002, p.48) “eles são o retrato de confiança em si próprios. Pertencem a uma espécie de seita com os seus rituais e cânticos próprios, que sublimam a glória, em que todos pretendem ser os melhores entre os melhores”. Já desde os seus primeiros anos de existência que os pára-quedistas estão envolvidos em mística, e ser pára-quedista era um motivo para ser orgulhoso e um exemplo. Principalmente nos anos em que estiveram presentes em África “tinha-se tornado como crença que ser pára correspondia a ser um herói. Era impressionante e lindo!” (Mensurado, 2002, p.127). Hoje em dia os pára-quedistas têm símbolos próprios, onde a boina e os *brevets* assumem especial relevância, mas existem também o brado, os cancioneiros, os lemas (ver Apêndice J), entre outros, onde “cada ocasião será favorável a afirmar a firmeza única do corpo de elite a que pertencem e a manifestar um certo estado de espírito místico que os identifica.” (Mensurado, 2002, p.48).

Começando pela boina ostentada pelos pára-quedistas, a sua utilização remonta à data da sua criação onde foi decretado, pela primeira vez em Portugal, o uso de boina para os militares pára-quedistas³⁸. A sua cor, apelidada de verde caçador pára-

³⁷ Retirado de: Mensurado, 2002, p.182

³⁸ Como diz Mensurado (2002, p.183) “os páras olham-se ao espelho quando vestem o uniforme e colocam uma boina verde na cabeça, que é diferente como um símbolo para ser respeitado e que define

quedista³⁹, foi escolhida pelo ministro da defesa Coronel Santos Costa, que tinha como hábito assinar com uma caneta desta mesma cor, opondo-se desta maneira a proposta inicial de utilizar a cor vermelha⁴⁰. Desde então e até aos dias de hoje, a insígnia utilizada na boina tem vindo a alterar-se. Associadas à boina estão duas fitas negras, carregadas de simbolismo, que permanecem inalteráveis. Estas fitas são utilizadas como sinal de luto, por todos os militares pára-quedistas que morreram na campanha de *Market Garden*⁴¹, e mais tarde também por todos os pára-quedistas nacionais mortos em combate. Relativamente aos *brevets* utilizados, também eles sofreram alterações ao longo dos anos. Como refere Carmo (2006), um distintivo é utilizado no fardamento de modo a que se consiga identificar qual a especialidade de um militar. A utilização da boina verde e das “asas ao peito” são os dois principais símbolos de um pára-quedista, onde eles num “dia de folga (...) passeiam de boina verde na cabeça e insígnia de pára-quedista ao peito, orgulhosos do seu irrepreensível uniforme” (Mensurado, 2002, p.48), diferenciando-se assim de todos os outros, não sendo melhores nem piores. Por todos estes motivos, Calheiros (2011, p.620) refere-se às tropas pára-quedistas como “uma força militar de combate de elite” mas também como “uma escola de civismo, uma verdadeira Escola de Homens.”

*“Os páras sentem-se orgulhosos do seu passado recente,
do seu presente e esperançados no seu futuro.”*⁴²

Tenente-Coronel Joaquim Mira Mensurado

duas categorias de soldados: os que saltam de paraquedas sem qualquer hesitação e os outros”, demonstrando assim o significado da sua boina verde.

³⁹ Esta cor só foi estabelecida pela Portaria N°20911, de 16 de novembro de 1964, com vista a evitar as diferentes tonalidades utilizadas.

⁴⁰ Esta primeira opção tinha como base a cor da boina usada pelos pára-quedistas britânicos.

⁴¹ Esta campanha foi levada a cabo na 2ª Guerra Mundial pelos Aliados, sendo considerada como a maior operação aerotransportada, tendo morrido aproximadamente 60% do efetivo composto por 24.000 militares (Pereira e Batista, 2014). A ação em questão foi designada como operação *Neptuno*, inserida na operação *Overlord*.

⁴² Retirado de Mensurado, 2002, p.182

Capítulo 3

Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação

3.1 – Tipo de Estudo

Segundo Fortin (2009, p.15) uma investigação pode ser descrita como “um processo que permite resolver problemas ligados ao conhecimento dos fenómenos do mundo real no qual nós vivemos” e afirma ainda que este se divide em três fases, onde na primeira é desenvolvida uma questão central para guiar a investigação, na segunda são determinados os métodos a utilizar e por fim é feita uma análise e apresentação dos dados obtidos. Para a escolha do método a utilizar temos de ter em conta vários fatores, como a natureza do objeto que se vai pesquisar, os recursos materiais disponíveis e o nível de abrangência do estudo, entre outros (Gil, 1999), e por isso mesmo “o investigador deve saber seleccionar a metodologia mais adequada para a investigação em causa” (Sousa e Baptista, 2011, p.10). Para a escolha do método tem de se ter em conta a estratégia que se pretende utilizar na realização do trabalho, pois o método vai condicionar as técnicas de recolha de dados, que devem ser as adequadas ao objetivos pretendidos (Sousa e Baptista, 2011).

O presente trabalho foi elaborado através da utilização do método hipotético-dedutivo, em que um método científico “é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes.” (Sarmiento, 2013, p.7).

Existem diversos tipos de métodos de investigação quanto à abordagem, e são eles o indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo (Sarmiento, 2013). Para a realização do presente trabalho foi utilizado o método hipotético-dedutivo, que segundo Sarmiento (2013, p.9) “baseia-se na formulação de hipóteses ou conjeturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos”, ou seja consiste na elaboração de hipóteses para dar resposta às QD existentes, em que este método é “logicamente válido pois fundamenta-se na

reunião de observações, factos e ideias, que validam as hipóteses” (Sarmiento, 2013, p.9). Estas hipóteses são submetidas a discussão para verificar quais são válidas, apresentando assim uma resposta positiva à respetiva QD, e para tornar verdadeiras aquelas que não se verifiquem.

3.2 – Técnicas Utilizadas

Segundo Sousa e Baptista (2011, p.53) “as técnicas são definidas como procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problemas e aos fenómenos em causa”. Cabe então ao investigador ter em conta a escolha das técnicas, pois estas dependem do objetivo que foi proposto atingir, pois a recolha de dados é uma parte fundamental da investigação. Para tal, no presente trabalho foram realizadas diversas entrevistas⁴³ a entidades que estão diretamente relacionadas com o assunto, em que um inquérito por entrevista pode ser definido como “uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.7-8).

Segundo Ketele (1999, p.18) “a entrevista é um método de recolha de informações que consistem em conversas orais, individuais ou de grupos com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”, no caso do presente trabalho o esforço incidiu em entrevistas com personalidades individuais, cujo grau de pertinência e fiabilidade foram tidos em conta aquando a sua escolha.

De acordo com Sousa e Baptista (2011, p.80) “as entrevistas podem-se dividir em entrevista não-estruturada, semi-estruturada e estruturada”. Nas primeiras não existe um guia previamente estruturado para a conversa, o que desta forma não permite o controlo daquilo que o entrevistado possa dizer. Neste caso, o entrevistador não participa muito no diálogo e apenas vai expressar-se de maneira a permitir que o entrevistado continue a falar. Quando se fala em entrevista semi-estruturada, esta pressupõe um planeamento por parte do entrevistador, em que este vai listar um

⁴³ Para consultar o guião das entrevistas ver Apêndice K.

conjunto de ideias que queira ver abordadas na entrevista. Deste modo continua a dar liberdade ao entrevistado, mas permite conduzir à sua maneira os temas discutidos na conversa, tendo assim a vantagem de “falar dos assuntos que se quer falar com maior liberdade e rigidez para o entrevistado.” (Sousa e Baptista, 2011, p.80). Por último, na entrevista estruturada existe um guião de perguntas que já são conhecidas pelo entrevistado e que são consideradas importantes para atingir os objetivos do trabalho, “visa determinados objetivos de trabalho e procura o apuramento de determinados fatos” (Sousa e Baptista, 2011, p. 80-81).

A utilização do método de entrevistas, como técnica de recolha de informação pertinente para o tema, distingue-se dos restantes métodos por permitir uma comunicação e interação direta entre o entrevistador e o entrevistado. Quando bem usadas, as entrevistas “permitem retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p.69) e estas permitem “esclarecer alguma resposta do entrevistado, no decorrer da entrevista (...) e aprofundar o conhecimento sobre factos (...) recorrendo a entrevistados, que são peritos ou especialistas na matéria” (Sarmiento, 2013, p.31).

3.3 – Amostragem

Para Sousa e Baptista (2011) a escolha de uma amostra pode ser casual ou não casual. Para a realização do presente trabalho utilizou-se uma amostra não casual, em que esta pode ser dividida em amostragem por conveniência e amostragem por quotas. O processo escolhido foi a utilização de uma amostragem por conveniência pois os entrevistados foram seleccionados com base nas suas funções e no seu passado. Para Quivy e Campenhoudt “há três categorias de interlocutores válidos: 1) Docentes, investigadores e peritos no domínio de investigação; 2) Testemunhas privilegiadas: pessoas que (...) têm um bom conhecimento do problema; 3) Público potencial de estudo: pessoas que podem indicar a relevância do projeto de investigação na perspetiva do cliente final” (2005, p.71). No caso do trabalho de investigação realizado foram utilizadas testemunhas privilegiadas, por estas terem um maior conhecimento relativamente ao tema tratado. Ou seja, o processo escolhido “pode ser usado com êxito

em situações nas quais seja importante captar ideias e identificar aspetos críticos” (Sousa e Baptista, 2011, p.77).

Para este estudo, foram identificados cinco oficiais gerais e dois sargentos que julgamos ser uma amostra significativa e relevante para o estudo do tema proposto, em que a sua escolha recaiu no facto de serem pára-quedistas, de já o serem há muitos anos e de terem vivido de perto várias reestruturações, destacando a passagem da FAP para o EP.

3.4 – Descrição de Procedimentos

Para a realização do presente trabalho foram utilizados instrumentos como entrevistas e pesquisa bibliográfica. A primeira é uma “técnica que permite o relacionamento estreito entre o entrevistador e o entrevistado” (Freixo, 2011, p.220) e a segunda foi efetuada no Repositório Comum e na plataforma EBSCO através da *internet* e nas bibliotecas da AM, situadas na Amadora e em Lisboa.

Para a realização das diversas entrevistas foi necessário o deslocamento até à Associação da FAP, em Lisboa; ao Comando da BrigRR, em Tancos; ao PáraClube “Os Boinas Verdes”, em Vila Nova da Barquinha e ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana no Carmo – Lisboa. As entrevistas tiveram lugar no tempo decorrido entre 15MAR15 e 02ABR15. Para um melhor tratamento das informações recolhidas através das entrevistas, estas foram gravadas – com a devida autorização dos entrevistados – e foi feita a sua transcrição (ver Apêndices L a R).

Capítulo 4

Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

Após a recolha de informação e a aquisição de conhecimentos – através de documentos e testemunhos de pessoas que viveram de perto grande parte da história dos pára-quedistas – que serviram de base para a elaboração do presente trabalho, irão ser apresentados neste capítulo os resultados obtidos. Irá ser feita uma análise dos mesmos procurando explicar as principais respostas de cada entrevistado, relativamente a cada pergunta, para que no seguimento do trabalho possam servir para retirar as conclusões necessárias. As perguntas efetuadas foram escolhidas e direcionadas na perspetiva de perceber melhor aquela que foi a mais marcante mudança nos pára-quedistas. Desde a sua criação em 1955, que os pára-quedistas sofreram diversas alterações organizacionais, mas de todas elas, a mais marcante e significativa foi a mudança de ramo em 1994. Deste modo, as entrevistas decorreram com o objetivo de perceber quais foram as principais alterações que esta mudança trouxe para as forças pára-quedistas.

Tabela 2 - Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado	Nome	Posto	Posto em 1994
1	Avelar de Sousa	Major-General	2º Cmdt da BAI
2	Serrano Rosa	Sargento-Mor	Adjunto do Brigadeiro Cmdt CTP
3	Amaro Pinto	Sargento-Mor	Sargento-Chefe do Batalhão Apoio Terrestre
4	Cardoso Perestrelo	Major-General	Major – Observador militar da United

			Nations Protection Force
5	Ramos Lousada	Major-General	Coronel Tirocinado
6	Ferreira Pinto	Major-General	Brigadeiro Cmdt do CTP
7	Agostinho Costa	Major-General	Major – Estado-Maior do CTAT

4.1 – Apresentação e análise dos resultados

Tabela 3 - Resumo das respostas à questão 1

Entrevistados	Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?
1	“Ganhou-se um aumento (...) nos quadros pára-quedistas...”
2	“...beneficiaram os quadros de oficiais...”
3	“Trouxe vantagens para os oficiais do CTP.”
4	“Havia condições para tornar numa das forças de elite do EP.”
5	“...ramo com maior capacidade financeira...” ; “...acesso a maior variedade de funções...”
6	“...Brigada com o dobro do efetivo (...) mais bem equipada...”; “...alargamento de carreira...”
7	“...ganharam mais oportunidades...”; “... passaram a estar na centralidade das respetivas decisões.”

A tabela 3 vai de encontro às respostas relativas aos benefícios que os pára-quedistas tiveram com a transferência para o EP, onde as mesmas são muito semelhantes e complementam-se. À exceção do entrevistado 4, todos referiram que esta mudança permitiu ascender ao posto de oficial general (onde na FAP só havia um), a lugares de adido de defesa e a lugares no estrangeiro. Os entrevistados 4, 5 e 6 referem

que a mudança de ramo permitiu aos pára-quedistas um aumento do potencial da força devido aos meios logísticos existentes. Na opinião do entrevistado 4 esta mudança era uma oportunidade para os pára-quedistas, pois o EP reunia as condições necessárias para os tornar numa das forças de elite de Portugal. Indo de encontro a esta última ideia, o entrevistado 5 afirma que o facto de se passar a integrar um ramo com maior capacidade financeira é sempre vantajoso, devido ao aumento de infraestruturas e de efetivo. Para o entrevistado 6 houve ainda uma grande vantagem ao nível da instrução, que foi a não alteração do curso de pára-quedismo militar. Para o entrevistado 7, a mudança de ramo trouxe aos pára-quedistas mais oportunidades, colocando estas forças como protagonistas, em exemplos nos TO como a Bósnia, o Kosovo ou Timor.

Tabela 4 - Resumo das respostas à questão 2

Entrevistados	Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?
1	“...recursos humanos, materiais e financeiros eram todos otimizados...”; “...o EP não nos mandava oficiais do quadro...”; “...convocação de disponíveis...”
2	“A classe de sargentos (...) começou a ser espalhada pelo país.”
3	“...tinha autonomia administrativa, financeira, no recrutamento e inspeção...”
4	“...deixar um ramo onde estávamos completamente integrados...”; “...perderam autonomia financeira...”
5	“...perda de autonomia administrativa e financeira...”; “...capacidade de intervenção...”
6	“...muita flexibilidade (...) administrativa, financeira e pessoal...”
7	“...impacto negativo (...) relativo ao recrutamento e seleção de pessoal.”

A tabela 4 mostra as respostas sobre as desvantagens desta transferência, onde a principal referida por todos os entrevistados foi a perda de autonomia financeira. Exceto o entrevistado 7, que diz que não se pode alegar tal argumento, uma vez que a tal

autonomia iria desaparecer a prazo. Quando inseridos na FAP, os pára-quedistas dispunham de um orçamento próprio cujo uso era bastante criterioso, que foi perdido quando foram inseridos numa estrutura generalizada no EP. Devido a esta quebra financeira, todos os entrevistados consideram também que os recursos materiais disponíveis baixaram. Os entrevistados 4 e 5 complementam-se quando referem que terem deixado um ramo onde já estavam bem integrados, fez com que as ligações com a FAP diminuíssem, perdendo assim alguma capacidade de intervenção por falta de meios. Segundo os entrevistados 2 e 5 a classe de sargentos foi a mais afetada com esta transferência, pois estes foram transferidos pelas unidades do país e a sua progressão de carreira estagnou bastante, muito por causa das promoções passarem a ser partilhadas com a classe de sargentos existente no EP. O entrevistado 1 refere que a perda do sistema de convocação de disponíveis foi enorme, pois este sistema permitia às unidades estarem a dois terços de efetivos. Na opinião do entrevistado 7, a principal perda vai de encontro ao sistema de recrutamento e seleção de pessoal.

Tabela 5 - Resumo das respostas à questão 3

Entrevistados	Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?
1	“A FAP perdeu poder e uma Brigada.”
2	“Deixou de ter capacidade de pronta resposta...”
3	“Perdeu muito peso...”
4	“...se em 96 a força a projetar tivesse sido na FAP, esta tinha ganho imenso em imagem.”
5	“Perdeu capacidade aeroterrestre (...) e muita influência...”
6	“Perdeu visibilidade (...) no estrangeiro...”; “...perdeu o GOAT...”
7	“Não creio que a FAP tenha sido penalizada...”

A questão número três tinha como objetivo perceber as consequências que a FAP teve por ter perdido as forças pára-quedistas. De acordo com a tabela 5, podemos verificar que todos os entrevistados consideram que a FAP perdeu muito poder e

imagem. Ela tinha, por si só, a capacidade para atuar em qualquer TO, graças à capacidade aérea e terrestre que mantinha em simultâneo. Em termos de visibilidade no estrangeiro, os entrevistados 4 e 6 são da opinião que foi uma enorme perda, pois os lugares a nível da NATO eram ocupados por pára-quedistas e dois anos depois, na primeira missão de Portugal, foi o EP que chegou à frente com a utilização dos mesmos. O entrevistado 1 afirma que a principal consequência foi a perda de uma Brigada, e os entrevistados 5 e 6 são da mesma opinião dizendo que a redução de efetivos da FAP foi um enorme choque para qual o ramo não estava à espera nem preparado. No entanto, e segundo o entrevistado 4 e 6, havia dois grupos distintos na FAP, um a favor do pára-quedistas e outro contra. Este último era composto por uma geração mais recente, que defendia que a FAP se devia dedicar apenas à componente aérea e que os pára-quedistas eram um desperdício financeiro. Em suma, a FAP perdeu efetivos, recursos financeiros, poder, imagem e flexibilidade de atuação. No entanto, e segundo o entrevistado 7, a FAP era um ramo direcionado para a componente aérea e portanto, continuou a desenvolver o que era realmente o seu *core business*.

Tabela 6 - Resumo das respostas à questão 4

Entrevistados	Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?
1	“O EP ganhou uma Brigada!”
2	“...recebeu uma tropa altamente treinada...”; “o EP não soube aproveitar os pára-quedistas...”
3	“Ganhou uma Brigada Ligeira de Infantaria, uma escola de pára-quedismo e quadros com qualidade....”
4	“...efetivos preparados.”; “...exponenciou a imagem do EP.”
5	“Duplicou a sua capacidade operacional...”
6	“...força dotada de grande credibilidade e disciplina.”; “...nível de instrução melhorou...”
7	“...corpo de tropas disciplinado, bem preparado e treinado para a terceira dimensão...”

A tabela 6 permite observar os pontos importantes que cada entrevistado respondeu relativamente aos ganhos que o EP teve com a implementação dos pára-quedistas. Todos os entrevistados referem a mesma ideia e complementam-se ao dizer que o EP ganhou uma Brigada, composta por militares altamente treinados, preparados e com grande disciplina. Devido a tudo isto, os entrevistados 4 e 7, afirmam que o EP ganhou de tal maneira com os pára-quedistas, que os aplicou de imediato naquela que foi a primeira missão, na Bósnia, conseguindo assim cumprir o objetivo de manter uma Brigada para atuação NATO. O entrevistado 3 refere ainda o ganho que o EP teve com a aquisição de uma escola de pára-quedismo, ajudando assim a aumentar a visibilidade do EP bem como a sua imagem. Os entrevistados 1 e 5 são da mesma opinião no que toca à capacidade operacional, quando mencionam que esta aumentou para o dobro.

Tabela 7 - Resumo das respostas à questão 5

Entrevistados	Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?
1	“Extinguiu-se o CTP e criaram-se duas unidades, o CTAT e a BAI.”
2	“Perderam muita na informatização.”; “...autonomia financeira...”
3	“...não houve vantagens.”
4	“...passaram a estar divididos em CTAT e BAI.”; “...vantagens notórias não se pode dizer que tenham existido...”
5	“unidades territoriais (...) vieram a ganhar muito.”; “no que toca ao material (...) com maior dificuldade, ia surgindo.”
6	“...só podíamos ficar melhor, pior nunca.”; “...organizacionais foi uma cópia...”; “...as unidades (...) deixaram de estar sob controlo...”
7	“...extinção do CTP (...) e na criação da CTAT (...) e da BAI...”

Com a questão cinco pretendia-se perceber os benefícios organizacionais e materiais que esta transferência trouxe para os pára-quedistas, onde a tabela 8 indica as principais ideias de cada entrevistado. Os entrevistados 1, 4, 6 e 7 mencionam, em

termos organizacionais, que a extinção do CTP veio dar lugar a duas unidades, o CTAT e a BAI, no entanto, segundo os entrevistados 5 e 6, perdeu-se o controlo direto sobre algumas capacidades importantes, nomeadamente o reconhecimento e o apoio de fogos pesados, ações que eram efetuadas pelos Pelotões de Reconhecimento e a Companhia de Morteiros e que o passaram a ser pelo Esquadrão de Reconhecimento e pelo Grupo de Artilharia de Campanha, subunidades estas inseridas em estruturas regimentais que não estavam sob o controlo direto do CTAT ou da BAI. Em termos materiais todos os entrevistados afirmam não ter havido ganhos, apenas mais dificuldades em obter o necessário. Para o entrevistado 6, esta transferência nunca poderia ser sinónimo de ficar pior, pois os pára-quedistas ao passar para o EP, passariam com tudo o que tinham, ou seja só podiam ficar melhor e nunca pior. O entrevistado 7 considera como aspeto importante a passagem da Base Aérea N°3 para a dependência do CTAT, bem como as forças pára-quedistas portuguesas serem das poucas que dispõem de pistas de aviação próprias. Em termos materiais, é da opinião que a sua capacidade operacional aumentou devido aos novos meios e armamento.

Tabela 8 - Resumo as respostas à questão 6

Entrevistados	Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?
1	“...acho que não perdemos nada, mas ganhámos todos.”
2	“A intervenção no terreno é dividida.”; “...parte aeroterrestre...”
3	“...perderam vantagens (...) nas prioridades de reequipamento.”
4	“...cada uma tem a sua identidade...”
5	“...continuaram a ter preponderância.”; “...tirando a capacidade aeroterrestre, somos todos muito semelhantes.”
6	“Cada um foi criado para diferentes tipos de missões.”
7	“...faz sentido que estejam reunidas numa única grande unidade do Exército.”

A tabela 8 mostra as respostas dadas à questão seis, que procurava perceber se a existência de outras forças semelhantes seria sinónimo de uma perda de capacidades para os pára-quedistas. O entrevistado 3 refere que estes perderam as regalias que tinham no que concerne ao reequipamento, mas contrariamente, os restantes entrevistados são da opinião que houve vantagens. O entrevistado 1 diz preferir ver as coisas do lado positivo, onde a vivência de todos se apresentou como uma forma de aprendizagem. Tanto o entrevistado 2 como o 5 referem a capacidade aeroterrestre dos pára-quedistas, que fez com que os mesmos fossem preteridos em diversas situações, mas que tirando isso são todos muito semelhantes naquilo que fazem. Os entrevistados 4 e 6, defendem que ser pára-quedista é diferente de ser comando. Todos têm o seu espaço para intervir e cada um tem a sua identidade e especificidade. Para o entrevistado 4 o facto de se ter estas forças todas juntas é benéfico, no sentido de que são forças de primeiro emprego e de reação rápida. Na opinião do entrevistado 7, as tropas especiais têm um fator comum, que é o serem forças ligeiras com treino especializado e em que, apesar de terem características semelhantes são complementares. Daí, para o mesmo, fazer sentido que todas elas estejam reunidas numa só unidade do Exército.

Tabela 9 - Resumo das respostas à questão 7

Entrevistados	Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?
1	“...atividades aeroterrestre diminuíram ligeiramente.”; “...consequia-se algumas atitudes de boa vontade...”
2	“Diminuiu muito!”; “...fazia-se todos os meses pelo menos um salto operacional...”
3	“...número de horas diminuiu significativamente.”
4	“...perda de capacidade de apoio da FAP.”
5	“A FAP, com muitas dificuldades conseguia satisfazer...”; “...diminuído ligeiramente...”
6	“...ligação perdeu-se ligeiramente (...) diminuindo um pouco...”
7	“Não me parece (...) que tenha havido uma diminuição das

	capacidades de treino aeroterrestre...”
--	---

Relativamente à questão sete, quando falam sobre o treino aeroterrestre, as principais ideias de cada entrevistado podem ser consultadas na tabela 9. Todos os entrevistados são da mesma opinião no que concerne ao treino aeroterrestre dos pára-quedistas, referindo que este diminuiu com a mudança de ramo. Apenas o entrevistado 7 considera que o treino não diminuiu, pois sempre houve um interesse mútuo, da FAP e do EP para manter esta capacidade em níveis adequados. Os entrevistados 1, 3, 5 e 6 afirmam que a capacidade para treino diminuiu apenas ligeiramente, mas que se continuou a realizar apesar das dificuldades. Contrariamente, o entrevistado 2 afirma que diminuiu imenso e diz que se não for num grande exercício já não se fazem praticamente nenhuns saltos operacionais. Para o entrevistado 4 tem de se pensar a montante, deve-se analisar de uma perspetiva diferente, afirmando que o motivo para a diminuição do treino foi devido às FND. Até então, a FAP não estava inserida no estrangeiro e portanto não tinha as limitações que passaram a ter. Diz ainda que a relação de apoio aeroterrestre era formidável mas não tinham a capacidade de apoio que gostariam de ter.

Tabela 10 - Resumo das respostas à questão 8

Entrevistados	A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?
1	“Diminuiu significativamente.”; “...a imagem (...) da FAP era mais apelativa...”
2	“Houve uma diminuição...”; “...a farda para mim foi das principais coisas.”; “...a ordem unida mudou...”
3	“Penso que sim...”; “...o EP desviava potenciais candidatos.”
4	“...imagem é fator de recrutamento.”; “...nos anos 90 tivemos muitos candidatos.”
5	“...perdemos algum rigor na convocação.”; “...diminuiu substancialmente.”

6	“Diminuiu foi devido ao fim do Serviço Militar Obrigatório.”
7	“...passou-se para a total dependência da estrutura de recrutamento do EP...”; “...o fim do serviço militar obrigatório...”

Na tabela 10 podemos observar quais as respostas de cada entrevistado sobre o número de voluntários. Todos os entrevistados são da opinião que este número diminuiu com a passagem para o EP, no entanto há diferentes tipos de causas indicados pelos mesmos. Para os entrevistados 1 e 2, uma das principais razões foi a farda, pois em termos de imagem dizem que antes a FAP era mais apelativa do que o EP. O primeiro afirma ainda que o desinteresse pelas FFAA influenciaram em muito no número de voluntários, já o segundo refere que as missões de paz trouxeram muitos voluntários, mas por dinheiro e não pela mística de ser pára-quedista. Da mesma opinião que os dois anteriores é o entrevistado 4, que defende que a mudança de ramo não foi a causa de um menor número de voluntários, apontando os anos 90 como uma época com grandes cursos em termos de efetivos e que não há dúvidas que imagem é fator de recrutamento. No que toca a este último tópico, o recrutamento, os entrevistados 3, 5 e 7 declaram que a quebra de voluntários se deveu à perda de autonomia no recrutamento e do sistema de seleção. Na opinião dos entrevistados 6 e 7, a grande causa para um menor número de voluntários foi o fim do serviço militar obrigatório, onde havia uma maior sensibilização aos jovens para se juntarem aos pára-quedistas. O entrevistado 7 acrescenta ainda que as limitações impostas pela tutela política são sinónimo de uma fraca atratividade ao incentivo para a prestação do serviço militar.

Tabela 11 - Resumo das respostas à questão 9

Entrevistados	Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?
1	“Não há maneira de fazer comparações...”; “...completamente diferente...”
2	“...comparação relativa.”; “...antigamente era guerrilha...”;

	“...discordo das missões de paz.”
3	“São as mesmas.”
4	“...completamente distintas e incomparáveis.”
5	“Não mudou muito.”; “... o principal continuou a ser a capacidade aeroterrestre.”
6	“...mais bem aproveitados no EP.”; “...mais operações conjuntase combinadas.”
7	“”...não sofreram alterações...”

A questão nove procurou perceber quais eram as tarefas/missões atribuídas aos pára-quedistas na FAP e se estas se alteraram com a mudança para o EP. Para tal, a tabela 11 indica as principais ideias de cada entrevistado. Para os entrevistados 1, 4 e 6, não é possível fazer comparações por serem duas épocas onde o empenho operacional era completamente diferente. Na FAP apenas se realizavam exercícios e no EP surgiram as primeiras missões – por exemplo Bósnia em 1996 – onde portanto a mudança de ramo nada teve nada a ver com esta alteração. O entrevistado 6 afirma ainda que devido a essas missões houve um aumento operacional dos pára-quedistas. Para o entrevistado 2 pode ser feita uma comparação relativa, onde antigamente a guerra era de contraguerrilha e hoje em dia são efetuadas missões de paz, onde o pára-quedista continua a ser treinado para o combate mas destinado a fins diferentes. Segundo os entrevistados 3 e 5 as tarefas não se alteraram, apenas passou a haver mais dificuldades orçamentais e alguma autonomia. O principal continuou a ser a capacidade aeroterrestre. O entrevistado 7 refere que as missões não sofreram alterações, onde tanto o CTAT/BAI, como atualmente a BrigRR, procuram tomar como modelo o que melhor se faz nos países constituídos como referência nesta área.

Tabela 12 - Resumo das respostas à questão 10

Entrevistados	Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?
1	“...havia tropa de intervenção...”; “...não havia forças portuguesas

	(...) em missões de paz.”
2	“...era o chamado Operação Relâmpago.”; “...são empregues em missões que nada lhes dizem.”
3	“...eram treinados para guerrilha, atualmente para missões de paz.”
4	“...facilidade de projeção (...) através do envolvimento vertical.”; “...em África não havia grandes missões com envolvimento vertical.”
5	“...éramos a reserva estratégica do Cmdt...”; “Atualmente são empregues em missões de paz.”
6	“No Ultramar era contraguerrilha.”; “...força de reserva (...) e tropa de intervenção...” ; “hoje em dia (...) em operação de apoio à paz.”
7	“...realidades completamente diferentes...”; “...Ultramar (...) uma guerra de contraguerrilha...”; “... nos dias de hoje (...) um espectro de missões (...) mais vasto e complexo.”

Relativamente à questão dez, que procurou perceber as diferenças no conceito de emprego dos pára-quedistas, a tabela 12 apresenta as principais respostas de cada entrevistado. Sucintamente, todos os entrevistados caracterizam o conceito de emprego do Ultramar como sendo para contraguerrilha, contrariamente ao conceito de emprego atual, direcionado para as operações de apoio à paz. O entrevistado 1 caracteriza os pára-quedistas – no Ultramar – como tropa de intervenção e existia também a tropa de quadrícula. O entrevistado 2 é da mesma opinião, acrescentado que o conceito era chamado de Operação Relâmpago, em que o principal era o fator surpresa. Os entrevistados 5 e 6 referem-se ao conceito de emprego no Ultramar como vocacionados para a contraguerrilha, onde os pára-quedistas eram a força de reserva no TO atuando como tropa de intervenção. Ambos caracterizam o conceito de emprego atual dos pára-quedistas como sendo aplicados no estrangeiro, em missões de apoio à paz. O entrevistado 5 destaca ainda a diferença de efetivos, onde antes as operações eram efetuadas por, no máximo, uma Unidade de Escalão Companhia – que se dividia logo por Pelotões – e agora, as operações são levadas a cabo por Batalhões. Para o entrevistado 4 o conceito de emprego manteve-se, analisando na perspetiva do envolvimento vertical e na facilidade de projeção de uma força. Para o entrevistado 7, no tempo do Ultramar a atuação dos pára-quedistas consistia na execução de uma ação

ofensiva, seguida por períodos de regeneração em bases da retaguarda e eram a reserva do comandante. Atualmente, e devido ao grau das ameaças do pós 11 de setembro, os pára-quedistas realizam operações de paz, gestão de crises, evacuação de não combatentes, entre outras.

Tabela 13 - Resumo das respostas à questão 11

Entrevistados	Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?
1	“Em África era tudo mais exigente.”; “estão preparados para responder às necessidades existentes.”
2	“...mais rapidamente manter e aprontar os seus homens.”
3	“Respondiam eficazmente (...) no Ultramar.”; “...poder político desarticulou as FFAA.”
4	“Sim (...) pois a exigência física não diminuiu.”
5	“Sempre responderam (...) e ainda hoje respondem com todo o brilhantismo.”
6	“Sim, antes e agora, pois a instrução pára-quedista continua a ser muito exigente.”
7	“...sempre cumpriram com o que lhes foi pedido...”

A tabela 13 exhibe as respostas relativas à questão onze, que pretendeu perceber se os pára-quedistas eram eficazes na resposta às diferentes exigências impostas. A resposta a esta questão foi igual para todos os entrevistados, afirmando positivamente que os pára-quedistas sempre responderam – e ainda respondem – eficazmente às necessidades impostas. Os entrevistados 1 e 6 referem que em África era mais exigente do que atualmente, isto porque havia tiros reais, minas, feridos, mortos, entre outras séries de acontecimentos que dizem ser característicos de conflitos desse tipo. Mas que mesmo isto não diminuiu aquilo que é a instrução e treino do pára-quedista, continuando a responder eficazmente às solicitações. O entrevistado 2 é da opinião que

atualmente, os pára-quedistas são a força que mais rapidamente consegue aprontar os seus homens para uma missão. Para o entrevistado 5, as exigências feitas no Ultramar nada têm a ver com as de agora, pois houve uma evolução grande no TO com a criação de regras para regular o comportamento das tropas. Mas apesar destas diferenças, afirma que os pára-quedistas continuam a cumprir com tudo o que lhes é pedido de igual forma. Segundo o entrevistado 4, continua-se a cumprir o pedido pois a exigência física imposta a um pára-quedista não diminuiu. Para tal, explica que o curso de pára-quedismo continua a ter a mesma tipologia de provas. Diz ainda que o treino não é o mesmo, onde antes era vocacionado para o combate, mas no entanto ainda é feito a escalões mais baixos com o objetivo de manter uma prontidão máxima. Na opinião do entrevistado 3 os pára-quedistas respondem eficazmente, mas no entanto considera que o poder político desarticulou imenso as FFAA. Para o entrevistado 7 e passo citar, “não é seu apanágio escolher missões, mas antes cumprir missões”. Refere que tudo o que os pára-quedistas ganharam deve-se a uma geração de homens que se repete na história, onde um treino duro e instrução exigente fazem com que os pára-quedistas tenham respondido sempre com toda a eficácia.

Capítulo 5

Conclusões

*“O conhecimento é o processo de acumular dados;
a sabedoria reside na sua simplificação.”*

Martin Henry Fischer

Chegado ao último capítulo do presente trabalho, surge então a necessidade de interpretar os resultados obtidos. Para tal serão analisadas, as Hipóteses levantadas no início do trabalho, de maneira a verificar a sua validade tendo como base o estudo realizado, de forma a dar resposta às Questões Derivadas e à Questão Central. De seguida serão analisados os objetivos propostos quanto ao seu grau de cumprimento, são explanadas as limitações ocorridas durante a execução do trabalho e, por fim, são efetuadas algumas propostas para investigações futuras.

5.1 – Resposta às Questões Derivadas

Com a finalidade de dar resposta à QC levantada inicialmente, foram levantadas seis questões consideradas pertinentes para dar uma melhor resposta.

A QD1 – “Em que medida a transição dos Pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa para o Exército Português trouxe benefícios para aquela tipologia de forças?” – procurou perceber quais foram os benefícios para os pára-quedistas derivados da mudança de ramo. A sua resposta está explanada ao longo da revisão de literatura e das entrevistas efetuadas. Foi possível verificar ao longo do estudo feito que, esta mudança de ramo trouxe grandes vantagens a nível dos quadros, passando a haver uma maior disponibilidade para ascender ao posto de Oficial General e para o desempenho de cargos internacionais. Esta transferência permitiu ainda aos pára-quedistas aumentar

o seu potencial de combate, graças aos meios logísticos fornecidos, que veio permitir a esta força tornar-se numa força de elite de Portugal. Houve ainda um incremento no efetivo e de infraestruturas – com a criação do CTAT e da BAI – que se vieram revelar benéficos para os pára-quedistas.

Contrariamente, a QD2 – “Que desvantagens resultaram para os Pára-quedistas como organização fruto da sua transferência da Força Aérea Portuguesa para o Exército Português?” – pretendeu perceber quais foram as desvantagens resultantes da transferência dos pára-quedistas. A resposta para esta pergunta pode ser analisada através das entrevistas realizadas. Esta mudança de ramo veio retirar aos pára-quedistas a autonomia que estes dispunham, quer financeira quer administrativa. Também as ligações diretas com a FAP diminuíram, sendo isto sinónimo de redução da disponibilidade de meios aéreos, que veio diminuir a capacidade de intervenção dos pára-quedistas bem como o treino aeroterrestre. Também devido ao fim do serviço militar obrigatório, em 2004, a capacidade de angariar voluntários tornou-se mais complicada, e a perda do sistema de recrutamento que os pára-quedistas tinham sentiu-se muito mais nesta altura, havendo uma diminuição de ingressos para esta força. Por fim, os pára-quedistas deixaram de ter algumas unidades sob controlo direto do CTAT ou da BAI, como são exemplos os Pelotões de Reconhecimento e a Companhia de Morteiros, que foram deslocalizados em Estremoz e Leiria, respetivamente.

A QD3 – “A tipologia das missões e tarefas passíveis de serem realizadas pelos Pára-quedistas sofreu alterações com a integração dos mesmos no Exército Português?” – procurou perceber se a mudança de ramo veio alterar aquilo que eram as missões e tarefas dos pára-quedistas. A resposta está explanada ao longo da revisão de literatura e paralelamente com a análise das entrevistas realizadas. Os pára-quedistas continuaram a ter a mesma capacidade e a realizar as mesmas tarefas, pois manteve-se aquilo que era a essência, ou seja, a sua capacidade de envolvimento vertical. Com a integração no EP, e com a existência de forças semelhantes, poderia ter havido uma mudança naquilo que eram os pára-quedistas bem como uma limitação da sua área de atuação, no entanto isso não aconteceu. Desde a sua criação até aos dias de hoje e por força dos diferentes TO e dos diferentes tipos de ameaça, os pára-quedistas foram evoluindo no sentido de dar resposta as exigências pedidas, mas sempre com a base no envolvimento vertical.

Relativamente à QD4 – “Que consequências resultaram para a Força Aérea Portuguesa fruto da perda dos Pára-quedistas?” – esta procurou perceber o que é que a FAP perdeu derivado da saída dos pára-quedistas. Ao longo da revisão de literatura

podemos encontrar a resposta a esta pergunta, analisando simultaneamente as entrevistas realizadas. Com a perda dos pára-quedistas a FAP perdeu uma unidade de escalão Brigada, era ela a Brigada de Pára-quedistas Ligeira, onde aliado a esta perda está uma grande diminuição de efetivos, de meios materiais e de recursos financeiros. A FAP perdeu ainda muito poder a nível dos três ramos e viu a sua imagem no estrangeiro a diluir-se, apesar de marcar presença em TO como a Lituânia e o Mali. A componente aeroterrestre, aliada à componente aérea que detinha, davam a capacidade à FAP de atuar em qualquer TO com uma flexibilidade e tempo de resposta muito elevados, tendo perdido essa mesma capacidade.

A QD5 – “O conceito de emprego dos Pára-quedistas, na altura da sua criação, é diferente do conceito de emprego atual?” – procurou perceber se o conceito de emprego dos pára-quedistas se tinha alterado ao longo dos anos, em que a resposta está explanada ao longo da revisão de literatura. O conceito de emprego hoje em dia dos pára-quedistas, nada tem a ver com o da altura da sua criação, excluindo apenas a capacidade de salto de paraquedas, que ainda hoje se mantém. Em 1955, os pára-quedistas haviam sido criados para que a Nação dispusesse de uma força de alta prontidão e flexibilidade, à semelhança dos restantes países da NATO. Mais tarde, em 1961, após ter eclodido o conflito em África, os pára-quedistas eram utilizados como tropa de intervenção atuando em cenários de guerrilha, mantendo-se como reserva estratégica. Atualmente, o escalão de emprego é o Batalhão, podendo participar em diversos tipos de operações. O BIPara é empregue preferencialmente em situações que requeiram forças ligeiras de reação rápida, podendo além das operações de combate base, participar em operações de estabilização. Estas forças podem realizar missões de alta intensidade, sejam elas ofensivas ou defensivas, como são exemplos os golpes de mão e as missões de conquista e posse de terreno, podem também realizar operações de média/baixa intensidade, onde são exemplo as operações de apoio à paz, fruto das exigências dos cenários atuais que se verificam.

Por fim, a QD6 – “O afastamento dos Pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa veio trazer uma maior dificuldade no treino e manutenção de qualificações aeroterrestres, fruto de uma menor disponibilização de meios aéreos?” – procurou perceber se a mudança de ramo trouxe dificuldades no treino aeroterrestre. Para dar resposta a esta pergunta podemos analisar as entrevistas realizadas. A saída dos pára-quedistas de um ramo onde já estavam bem adaptados, foi sinónimo de uma perda de ligação entre estas duas organizações. O facto de haver contactos diretos entre ambos

facilitava muito as qualificações aeroterrestres, tanto dos pára-quedistas, como também dos pilotos e do abastecimento aéreo da FAP. Esta quebra veio a revelar-se como uma grande dificuldade para o treino dos pára-quedistas, por passar a haver uma redefinição de responsabilidade na atribuição dos meios aéreos pela FAP. No entanto, a existência do BOAT ajuda imenso na ligação entre as duas organizações, favorecendo desta maneira o treino aeroterrestre. Graças à capacidade que o BOAT tem para operar Zonas de Aterragem/Lançamento/Extração, tanto para aeronaves como para pessoal e cargas, é possível haver uma dupla qualificação, isto é, tanto o EP como a FAP qualificam simultaneamente as suas forças, gerando deste maneira uma sinergia benéfica para ambas as organizações.

5.2 – Verificação das Hipóteses

Nesta fase, irão ser analisadas as Hipóteses levantadas inicialmente, validando ou não as mesmas, de acordo com os resultados obtidos ao longo do trabalho.

A Hipótese 1 – “A integração dos Pára-quedistas, uma tipologia de força de atuação tática iminentemente *land centric*, no seio das forças terrestres portuguesas revelou-se benéfica pela coerência doutrinária de nível supra Unidade de Escalão Brigada, pela adequação dos meios logísticos de apoio e facilidade de treino integrado com as restantes Unidades de Escalão Brigada do Exército Português.” – foi parcialmente validada. Analisando os resultados obtidos pelas entrevistas efetuadas, a mudança de ramo foi benéfica para os pára-quedistas que, como força terrestre que eram, viram-se inseridos numa nova Brigada e num ramo onde a componente terrestre era a principal. Relativamente aos meios logísticos e à facilidade de treino, as opiniões dos entrevistados foram contraditórias. Uns referem que o EP não forneceu os meios logísticos necessários e por outro lado, outros referem que a mudança de ramo foi benéfica a este nível havendo um aumento do potencial devido à disponibilização de meios logísticos.

No que diz respeito à Hipótese 2 – “A perda de autonomia, quer financeira quer organizacional, que os pára-quedistas gozavam como força terrestre integrados na componente aérea veio retirar-lhes flexibilidade, adaptabilidade e rapidez de resposta como consequência da sua integração no Exército Português.” – esta foi validada. Todos os entrevistados – à exceção do entrevistado 7 – são da opinião que a mudança

de ramo originou a perda de uma autonomia que os pára-quedistas tinham. De acordo com os resultados obtidos, essa perda retirou-lhes flexibilidade financeira e administrativa. Também foi referido nas entrevistas a quebra de ligação com a FAP, que originou uma ligeira diminuição no treino aeroterrestre, afetando de alguma forma a capacidade de resposta dos pára-quedistas.

Referente à Hipótese 3 – “A existência de outras tipologias de forças no Exército Português, com missões idênticas já definidas e atribuídas, veio revelar sobreposição e redundância de capacidades e consequentemente limitar a área de atuação dos Pára-quedistas face ao que gozavam no seio da Força Aérea Portuguesa.” esta não é validada. Todos os entrevistados são da opinião que, quando inseridos na FAP, havia uma maior área de atuação para os pára-quedistas, por serem a única tropa especial naquele ramo. No entanto e quando inseridos no EP, todos os entrevistados afirmam que não houve sobreposição de forças, neste caso de tropas especiais. Cada uma foi criada com um fim específico e o facto de estarem todas juntas só trouxe benefícios, havendo uma maior partilha de experiências e uma aprendizagem constante.

A Hipótese 4 – “A Força Aérea Portuguesa, ao perder a sua tropa especial de cariz terrestre, veio igualmente a perder autonomia e capacidade de atuação em todo o espectro nos Teatros de Operações atuais, em que o cariz das missões é marcadamente *land centric* com a componente terrestre a destacar-se como a componente apoiada, logo principal.” – é validada. Analisando os resultados das entrevistas, vemos que todos os entrevistados consideram que a perda dos pára-quedistas tirou a grande capacidade de atuação, por si só, que a FAP tinha. Nos conflitos atuais, utilizando apenas a componente aérea não se atinge os resultados necessários, sendo sempre preciso a componente terrestre, daí afirmar-se como a principal. Com a perda dos pára-quedistas, a FAP perdeu também a sua componente terrestre.

A Hipótese 5 – “Sim, em 1955 quando as tropas pára-quedistas foram criadas, a sua intenção era criar uma força capaz de responder às exigências da altura, valendo-se de uma elevada prontidão e flexibilidade, onde mais tarde fruto da Guerra do Ultramar em que Portugal se viu inserido, seriam utilizados. Atualmente, as forças aerotransportadas, são utilizadas para cumprir missões de conquista e posse de terreno, missões de interdição que tenham como objetivo negar a condução de operações inimigas numa área específica e executar ações de carácter limitado como golpes de mão, que se caracterizam por ser de curta duração e com elevado ímpeto, a fim de destruir posições ou capturar pessoal/material. De salientar que com a evolução dos

tempos e remetendo para o conceito de contrainsurgência, as missões dos pára-quedistas aproximam-se cada vez mais da sua missão primária, aquando a data da sua criação.” – é parcialmente confirmada. Analisando as entrevistas efetuadas e de acordo com os quadros orgânicos em vigor, é notório que o conceito de emprego se modificou ao longo das épocas. Remetendo para a data da sua criação, todos os entrevistados são da opinião que os pára-quedistas eram treinados para um tipo específico de guerra, que era a guerra de guerrilha que se vivia no Ultramar. Referente aos dias de hoje, todos caracterizaram o conceito de emprego dos pára-quedistas como uma força para atuar em missões de paz. Apesar de os pára-quedistas serem treinados e orientados para a realização de operações de combate como são exemplo, golpes de mão, conquista e posse de terreno ou a captura de material, não é que o se pede hoje em dia, fruto das FND em que estamos inseridos, mas a capacidade mantêm-se residente e é necessária.

Por último, a Hipótese 6 – “O afastamento físico das esquadras da Força Aérea Portuguesa da área de Tancos e a cessação de uma ligação organizacional direta entre esta organização e os pára-quedistas, levou a que houvesse uma redefinição, por parte da Força Aérea Portuguesa, do nível de prioridade para os pára-quedistas e um incremento na onerosidade da utilização dos meios aéreos, que teve como corolário uma redução significativa da atividade aeroterrestre, com as respetivas consequências em termos de proficiência, podendo ainda realizar missões de estabilização.” – é validada. Com base nos resultados obtidos verifica-se que o número de horas dedicado ao treino aeroterrestre diminuiu. Apesar de, com maiores dificuldades, se continuar a efetuar treinos deste tipo, essa diminuição trouxe consequências não só para os pára-quedistas como para a FAP, pois a manutenção de qualificações de pilotos e o treino de abastecimento aéreo, também se tornaram mais complicadas. Uma das principais razões para esta limitação de meios aéreos disponíveis, vai de encontro ao início das FND para a FAP, que perdeu algumas capacidades de apoio para os pára-quedistas levando a uma redefinição de prioridades e responsabilidades.

5.3 – Resposta à Questão Central

Depois de toda a análise feita, dos resultados obtidos e das respostas encontradas, podemos responder à Questão Central levantada inicialmente: “De que

maneira é que evoluiu o conceito de emprego das Tropas Pára-quedistas Portuguesas, desde a sua criação até à atualidade, em termos materiais, organizacionais e pessoais?”.

As tropas pára-quedistas portuguesas foram criadas há sessenta anos e desde então, passaram por diversas reestruturações organizacionais, umas com grande impacto outras com menor, mas evoluindo sempre com o objetivo de fazer face às exigências colocadas. Uma das principais mudanças no seio desta tropa especial, foi a sua passagem da FAP para o EP. Inicialmente, os pára-quedistas atuavam com um número reduzido de efetivos em cenários de guerrilha, cenário que hoje não se verifica. Atualmente, as forças pára-quedistas são empregues para missões táticas como Unidades de Escalão Batalhão, nomeadamente em missões de apoio à paz. No entanto, devemos ter em atenção que esta situação decorre da conjuntura nacional, pois o seu treino e instrução continua a estar focado nas ações de combate, sendo estas o cerne do treino base.

Apesar de o conceito de emprego dos pára-quedistas se ter alterado com o desenrolar dos anos, podemos afirmar que estes continuam a responder eficazmente às tarefas e missões colocadas, o que indica que houve uma boa gestão de recursos e de capacidades no sentido de evoluir e continuar a ser uma das tropas especiais de Portugal. Sempre houve dificuldades ao longo da evolução destas forças, mas no entanto existiu a capacidade de as gerir de forma a garantir novo armamento, novas viaturas, novos paraquedas, boa capacidade de formação e instrução, entre outros fatores que fazem dos pára-quedistas o que são hoje. Apesar das inúmeras dificuldades financeiras, administrativas e de recrutamento que os pára-quedistas sentem, e em geral o EP, o recrutamento é a área mais crítica, na medida em que quando estas forças dispunham de um centro próprio, havia sempre um número de voluntários suficientes para satisfazer as necessidades.

5.4 – Limitações de Investigação

Desde o início do presente trabalho que surgiram algumas dificuldades a vários níveis. Um deles foi a limitação de páginas para a realização do mesmo, em que por ser um trabalho de cariz mais teórico obrigou a uma grande gestão de informação de modo a focar apenas no essencial para os objetivos definidos.

Relativamente às entrevistas propostas, a dificuldade prendeu-se no entrar em contacto com todas as entidades, o que não se verificou ser fácil, dificultando um pouco o planeamento da fita de tempo para a realização das diversas tarefas. A escolha das mesmas revelou-se também difícil, no sentido em que se exigia que fossem pessoas qualificadas para trazer informação útil e pertinente ao trabalho. No entanto, devemos referenciar que a total disponibilidade de todos os entrevistados, foi sem dúvida uma mais-valia e uma grande ajuda.

Também a limitação do número de Apêndices e Anexos veio-se a revelar escasso, pois estes servem para complementar a informação do corpo de trabalho, onde portanto seria benéfico não haver um limite dos mesmos.

5.5 – Grau do Cumprimento dos objetivos

O objetivo geral deste Trabalho de Investigação Aplicada consistia na análise sobre a evolução das forças pára-quedistas portuguesas desde a sua criação até aos dias de hoje. Após a resposta às Questões Derivadas e com a confirmação ou infirmação, das Hipóteses levantadas, considera-se que foram cumpridos os objetivos propostos. Ao longo do trabalho é possível perceber as diferenças e a evolução que as forças pára-quedistas atravessaram desde 1955 até à atualidade.

5.6 – Propostas para Investigações Futuras

Este trabalho abordou o Centro de Excelência Aeroterrestre que existe em Portugal e que se encontra em atividade. Este tem como objetivo a transmissão de conhecimentos e experiências ao nível dos países da NATO, onde Portugal está bem colocado devido às boas condições climáticas e às boas infraestruturas que dispõe. No entanto ainda não é o COE que a NATO pretende, faltando torná-lo no *Airborne Center Of Excellence*. Neste sentido seria pertinente estudar a evolução do CEAT e de que forma é que este se pode tornar no COE que a NATO pretende. Podemos tomar como exemplo o exercício conjunto/combinado que teve início a 15 de junho de 2015 e que terminou a 26 de junho de 2015, na Base Aérea Nº11 em Beja, denominado o *European*

Air Tactical Transport (EATT), no âmbito do programa de exercícios de aeronaves de transporte aéreo tático da agência europeia de defesa. Deste exercício fizeram parte vários países⁴⁴ do mundo e contou com quinze aeronaves de transporte⁴⁵, tendo havido uma componente apoiada e uma componente apoiante, respetivamente a FAP e o EP. Para essa finalidade foi utilizado o BOAT e o 2BIPara, tendo estes assumido destaque, e também o 1BIPara e um Batalhão de Comandos, tomando um papel mais discreto. Importa com isto referir, que o EATT é um bom exemplo que pode vir a servir de base para a implementação efetiva do CEAT, mostrando os benefícios que este poderá trazer no futuro às forças para-quedistas, ao EP e às FFAA.

⁴⁴ Nomeadamente Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Lituânia, Holanda, Roménia, Suécia e Reino Unido, além de Portugal. Como países observadores marcaram presença o Brasil, os Estados Unidos da América e a Polónia.

⁴⁵ Nomeadamente as aeronaves *Lockheed C-130 Hercules*, *Transall C-160T*, *Alenia C-27J Spartan* e o *Airbus CASA C-295*. Aliadas a estas também foram utilizados helicópteros de combate e aeronaves de combate “caças” fornecidos pela FAP.

Bibliografia

- Academia Militar (2013). *NEP N° 520/2ª*, [Policopiado]. Lisboa: Academia Militar.
- Arminda, M., Zulmira, M., & et al. (2014). *Nós, Enfermeiras Pára-quedistas* (1ª ed.). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Arriaga, K. d. (2002). *História das Tropas Pára-quedistas* (Vol. II). Tancos: CTAT.
- BRR. (2010). *Um ano na vida da Brigada de Reação Rápida*. Tancos: Exército Português.
- Calheiros, J. (2011). *A Última Missão* (2ª ed.). Lisboa: Caminhos Romanos.
- Cardoso, N., Amorim, P., Rosa, P., Saborano, J., Mexia, C., Lima, M., & et al. (2013). *Regimento de Infantaria N°10 - O espaço e a memória* (1ª ed.). Aveiro: RI10.
- Carmo, A. (2006). *Os dois principais símbolos das tropas pára-quedistas portuguesas: Tradição e Vocação*. Edição do Autor.
- Catarino, M. (2011). *A minha Guerra - Testemunhos de combatentes*. Editora Presselivre.
- Cunha, A. (2014). General Perestrelo em entrevista. *Páras*, N°20, pp. 14-22.
- Dias, A. (2014). A origem da mulher pára-quedista. *Páras*, N°20, pp. 6-8.
- ETP. (2006). *50 anos - 1956-2006*. Praia do Ribatejo: Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Estado-Maior do Exército. (1987a). *RC 130-1 Operações* (Vol. I). Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (1987b). *RC 130-1 Operações* (Vol. II). Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (2009). *1ºBIPara - Quadro Orgânico N° 24.0.21*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (2010). *BOAT - Quadro Orgânico N° 22.01.10*. Tancos: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (2011). *Transformação do Exército no período de 2010*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (2012a). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Estado-Maior do Exército. (2012b). *PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas*. Lisboa: Exército Português.

- Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. .. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e Prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, F. (5 de Julho de 1975). Decreto-Lei 350. N°153. Lisboa, Portugal: Diário da República.
- Governo de Portugal. (26 de Dezembro de 1955). Portaria N°15671. N°282. Lisboa, Portugal: Diário da República.
- Governo de Portugal. (5 de Maio de 1961). Portaria N°18462. N°105. Lisboa, Portugal: Diário da República.
- Governo de Portugal. (16 de Novembro de 1964). Portaria N°20911. N°269. Lisboa, Portugal: Diário da República.
- Hoz, A. (1985). *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação*. Madrid: Ediciones Anaya.
- Ketele, J. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lousada, J. M. (2011). *História das Tropas Pára-quedistas Portuguesas*. Tancos: Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Lousada, J. M. (2012). *História do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N°21 - Angola 1961-1975*. Tancos.
- Machado, M. (2004). Kaúlza de Ariaga - O grande impulsionador das Tropas Pára-quedistas Portuguesas. *Boina Verde*, N°206, pp. 7-9.
- Machado, M., & Carmo, A. (2003). *Tropas Pára-quedistas - A história dos Boinas Verdes Portugueses - 1955-2003*. Lisboa: Editorial de Livros e Revistas.
- Mensurado, J. (2002). *Os Páras na Guerra*. Lisboa: Prefácio Edição de Livros e Revistas.
- Moutinho, B. (1970). *História e técnicas de pára-quedismo*. Lisboa: Livraria Portugal.
- Pereira, P. & Batista, M; (2014). Operação Neptuno: A Operação Aerotransportada Aliada no assalto à "Fortaleza Europa". *Boina Verde*, N°239, pp. 6-13.
- Pinto, E. L. (2004). BAI - Ano 10. *Boina Verde*, N°206, p. 3.
- Pinto, S., & Leal, J. (2014). Coronel Pára-quedistas Moura Calheiros - Dos números às palavras. *Boina Verde*, N°239, pp. 20-33.
- Pinto, S., & Leal, J. (2014). Exercício ZEUS 14. *Boina Verde*, N°239, pp. 46-47.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Santo, G. E. (2014). *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. Cascais: Tribuna da História.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Soares, M. (5 de Fevereiro de 1994). Decreto-Lei 27. N^o30. Lisboa, Portugal: Diário da República.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios - segundo Bolonha* (5^a ed.). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Vaz, N. M. (1994). Ao Corpo de Tropas Pára-quedistas e ao Regimento de Comandos. *Revista Militar*, N^o2-3, pp. 167-216.

Apêndices

Apêndice A – Ciclo de Instrução do BCP

Tabela 14 - Ciclo de Instrução do BCP

Momento de instrução	Número de Semanas
Repetição e aperfeiçoamento da Escola de Recrutas	8
Instrução de Pára-quedismo	6
Instrução Geral de Comandos	12
Instrução Especial de Comandos	10
Licenças	3
Exercícios e Manobras	6

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.20)

Como referem Machado e Carmo, (2003, p.20), o que acima é descrito como instrução geral e instrução especial de Comandos, nada tem a ver com os Comandos de hoje em dia que só surgiram em 1962 em Angola. Estes dois tipos de instrução eram “um conjunto de disciplinas que englobava a Formação Individual do Combatente, Tiro, Ordem Unida, Luta Anti-Carro, Defesa NBQ, Comunicações, Manuseamento de Explosivos e Condução de Motos e Viaturas”.

Apêndice B – Composição do Curso de Enfermeiras Pára-quedistas

Tabela 15 - Composição do Curso de Enfermeiras Pára-quedistas

Número de Semanas	Formação
4 Semanas	Preparação Física
	Educação Militar
	Ordem Unida
	Armamento
	Escrituração Militar
	Organização
	Tiro
	Transmissões
	Tipografia
	Armadilhas
	Informações
	Fotografia Aérea
	Palestras e Filmes
	Regulamentos militares e de Guerra
5 Semanas	Instrução Pára-quedista
	Instrução em terra
	Dobragem de paraquedas
	Torre de aterragem e de partida
	Arnês suspenso
	Balanço
	Saltos de paraquedas
	Educação física
	Natação
	Palestras
1 Semana	Enfermagem Específica

Fonte: Adaptado do artigo “A origem da mulher pára-quedistas” da revista Páras, p.8

Apêndice C – Armamento utilizado no BCP

Tabela 16 - Armamento utilizado no BCP

Nome	Calibre (mm)
Pistola “Parabellum m/943”	9
Espingarda “Mauser m/937-A”	7,9
Pistola-metralhadora “FBP m/948”	9
Metralhadora ligeira “Madsen m/930-41”	7,9
Metralhadora ligeira “Dreyse m/938”	7,9
Metralhadora pesada “Breda m/938”	7,9
Lança-chamas portátil “M8”	---
Lança-granadas-foguete “M-20 m/51”	88,9
Morteiro 81 “m/937 FBP”	81

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.41)

Apêndice D – Armamento utilizado no RCP

Tabela 17 - Armamento utilizado no RCP

Nome	Calibre (mm)
Pistola Walther P.38	9
Espingarda automática “AR-10 Armalite”	7,62
Espingarda automática “HK G-3” (com coronha retrátil)	7,62
Metralhadora ligeira “MG42”	7,62
Metralhadora ligeira “HK21”	7,62
Lança-granadas-foguete	37
Morteiro 60 FBP	60
Morteirete 60 FBP	60

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.41)

Apêndice E – Constituição do CTP

Tabela 18 - Constituição do CTP

Unidade	Composição	Sede	Observações
CCTP	Comando e Gabinete	Lisboa	
	Inspeção		
	Estado-Maior		
	Centro de Apoio e Serviços		
	Centro de Gestão com Conselho Administrativo		
	Centro de Recrutamento e Inspeção		
	Companhia de Comando e Serviços		
BETP	Comando e Gabinete	Tancos	
	Estado-Maior		
	Centro de Cripto e de Comunicações		
	Companhia de Comando		
	Serviços Administrativos		
	Batalhão de Apoio e Serviços		
	Batalhão de Instrução		
	Centro de Instrução e Depósito de cães de Guerra		
BOTP1 BOTP2 BOTP3	Comando e Gabinete	Monsanto Aveiro Beja	Da BOTP1 faz parte o Batalhão de Pára-quedistas Nº11, da BOTP2 o 21 e da BOTP3 o 31. Na BOTP2 existe ainda o Batalhão de Apoio Operacional
	Estado-Maior		
	Centro de Cripto e de Comunicações		
	Companhia de Comando		
	Serviços Administrativos		
	Batalhão de Apoio e Serviços		
	Batalhão de Pára-quedistas		

Fonte: Adaptado da Portaria 600/83, de 24 de Maio.

Apêndice F – Material do CTP

Tabela 19 - Material do CTP

Armamento	Morteiro 120mm “Tampella”
	Espingarda Automática 5,56mm “Galil”
	Canhão sem recuo 84mm “Carl Gustav”
	Míssil “Milan”
	Morteiro 81mm “Royal Ordnance”
	Míssil anti-aéreo “Stinger”
	Morteiro 60mm “Long Range”
	Lança-granadas Automático “MK19”
Equipamentos Especiais	Dispositivos de visão noturna
	Radar “RB/12”
	Redes de camuflagem
	Equipamento de defesa NBQ
Viaturas	Jipes UMM “Alter”
	Veículos de reconhecimento
	Veículos para reboque de morteiros 120mm
Paraquedas	CTP A-2 (abertura automática)
	MT 1-XX (abertura manual)

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.83-84)

Apêndice G – Constituição do CTAT

Tabela 20 - Constituição do CTAT

Unidade	Sede
Comando e Estado-Maior	Tancos
Escola de Tropas Aerotransportadas	Tancos
Área Militar de São Jacinto	São Jacinto
Brigada Aerotransportada Independente	Tancos

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.95)

Tabela 21 - Constituição da BAI

Unidade	Sede	Observações
Comando e Estado-Maior	Tancos	
Companhia de Comando	Tancos	
1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista	Tancos	No seio do CTAT
2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista	São Jacinto	
3º Batalhão de Infantaria Pára-quedista	Tancos	No seio da ETAT
Grupo de Artilharia de Campanha		Não ativado
Batalhão de Apoio de Serviços	Tancos	
Companhia de Transmissões	São Jacinto	
Companhia de Engenharia		Não ativada
Companhia Anti-Carro	São Jacinto	
Bateria de Artilharia Anti- Aérea		Não ativada
Esquadrão de Reconhecimento		Não ativado

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.96)

Apêndice H – Ciclo de Instrução do CTAT

Tabela 22 - Ciclo de Instrução do CTAT

Nº Semanas	Instrução
5	Instrução Básica
7	Curso de Pára-quedismo
6	Instrução Complementar
4	Instrução Coletiva

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.98)

Este ciclo foi o predefinido para o início do CTAT e manteve-se assim até o ano de 2000 em que os diferentes níveis de instrução se mantiveram, mas alterou-se a duração de cada um deles, passando a Instrução Básica a durar 9 semanas, o Curso de Pára-quedismo 5 semanas, a Instrução Complementar 8 semanas, e por fim, a Instrução Coletiva de 4 semanas.

Apêndice I – Material do CTAT

Fonte: Adaptado de (Machado e Carmo, 2003, p.99)

Além de todo o material utilizado já no CTP, que continuou a ser utilizado, o CTAT recebeu ainda:

- a. Lança-granadas automáticos “SB1”;
- b. Lança-granadas “HK 79”;
- c. Metralhadoras pesadas *Browning* 12,7mm;
- d. Obuses “M-119” 10,5mm *Light Gun*;
- e. Mísseis portáteis Anti-Aéreos Stinger;
- f. Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal V-200 *Chaimite*;
- g. Jipes Toyota Land Cruiser;
- h. Jipes HMMWV (Hummer).

Apêndice J – Símbolos do Pára-quedista

Fonte: Adaptado de http://www.paraquedistas.com.pt/4598.html?*session*id*key*=*session*id*val*

Brado

<i>O que somos?</i>	Amigos!
<i>O que queremos?</i>	Alvorada!
<i>O que amamos?</i>	O perigo!
<i>O que tememos?</i>	Nada!
<i>Em posição!</i>	Já!

Prece Pára-quedista

“Dai-me, Senhor, o que Vos resta.
Dai-me o que nunca ninguém Vos pede.
Eu não Vos peço o repouso,
Nem a tranquilidade,
Nem a da alma, nem a do corpo.
Eu não Vos peço a riqueza,
Nem o êxito, nem mesmo a saúde.
Eu quero a incerteza e a inquietude,
Eu quero a tormenta e a luta...
E concedei-mas, Senhor,
Definitivamente
Que eu tenha a certeza de as ter para sempre,
Porque não terei sempre a coragem
De Vo-las pedir.
Dai-me, Senhor, o que Vos resta.
Dai-me o que os outros não querem.
Mas dai-me também a coragem
E a força e a fé...”

Os mandamentos do Pára-quedista

1. O Pára-quedista é um soldado de elite. Procura o combate e treina-se para suportar toda a dureza. Para ele, a luta é a plena manifestação de si próprio.
2. O Pára-quedista cultiva a verdadeira camaradagem. Só com a ajuda dos seus Camaradas consegue vencer; e é junto deles, e por eles, que morre.
3. O Pára-quedista sabe o que diz e não fala demasiado. As mulheres falam, mas os homens atuam. A indiscrição causa, normalmente, a morte.
4. O Pára-quedista é calmo, prudente, forte e resoluto. O seu valor e entusiasmo dão-lhe o espírito ofensivo que o arrastará no combate.
5. O Pára-quedista sabe que as munições constituem o que de mais precioso tem frente ao inimigo. Os que atiram inutilmente, só para se tranquilizarem, nada valem; são fracos e não merecem o nome de Pára-quedistas.
6. Pára-quedista não se rende. Vencer ou morrer constitui, para ele, ponto de honra.
7. O Pára-quedista sabe que só triunfará quando as suas armas estiverem em bom estado. Por isso, obedece ao lema: "Primeiro, cuidar das armas, só depois, dele próprio".
8. O Pára-quedista conhece a missão e a finalidade de todas as suas operações. Se o seu comandante for morto, poderá, ele sozinho, cumprir a sua missão.
9. O Pára-quedista combate o inimigo com Lealdade e Nobreza. Mas não tem piedade dos que, não ousando lutar do mesmo modo, se dissimulam no anonimato.
10. O Pára-quedista tem os olhos bem abertos e sabe utilizar ao máximo todos os recursos. Ágil como uma gazela, duro como aço, quando necessário, embora não o

sendo, é capaz de agir como pirata, pele vermelha ou terrorista. Nada há que lhe seja impossível.

Cancioneiros

Hino do Boinas Verdes

“Lá do céu com valentia,
Descem sempre de noite ou dia,
São soldados desconhecidos,
Boinas Verdes são destemidos.

Olhem bem, sintam respeito,
Eles têm asas ao peito,
Cabeça erguida, heróis do ar,
Boinas verdes vão a passar.

Com orgulho em defender
A Nação p'ra não morrer.
Lutadores são, afinal,
Boinas Verdes de Portugal.

À do céu a gente pede
Para na terra morrer de pé
Dando a vida que Deus nos deu,
Boinas Verdes sobem ao céu”

Legionários Pára-quedistas

“Nós somos Pára-quedistas
E vamos partir prá guerra
Mãezinha não chores mais
Que o teu filho há-de voltar

E se o teu filho morrer
Não lhe lamentos a sorte
Que o destino que escolheu
É mais nobre do que a morte

De manhã uma rajada
Ao almoço uma emboscada
Ao jantar o cantar duma metralha
São os Paras que vão para a batalha.”

Ó Pátria Mãe

“Ó Pátria Mãe,
Por ti dou a vida,
Há sempre alguém,
Que não te quer perdida.

Ó Pátria Mãe,
Reza a Deus por nós,
Há sempre alguém,
Nunca estamos sós.

Ó Pátria eu vou partir,
Por essas terras de além,
Quem sabe se torno a vir,
Só Deus sabe e mais ninguém.

Despedida amargurada,
Com mil tristezas sem fim,
Daquela que é minha amada,
E tanto chora por mim

Há tristezas e amarguras,
Nos lares de quem vai lutar,
Tristezas daquelas tão duras,
Díficeis de suportar.

Tantos lares desamparados,
Pois falta quem lá viveu,
Tantos pais torturados,
Pois o seu filho morreu.”

Lemas das Unidades

ETP: “Que nunca por vencidos se conheçam

Batalhão de Formação: “Instrução dura, combate fácil”

Companhia de Precursores Aeroterrestres: “Deixa arder em ti a chama de ser Prec”

Companhia de Equipamento Aeroterrestre: “Um dobrador não erra... Nunca!”

Companhia de Abastecimento Aéreo: “Seguros e confiantes... Sempre!”

RI15: “Firmes e constantes”

1BIPara: “Nós outros cuja fama tanto voa”

RI10: “Voar co pensamento a toda a parte”

2BIPara: “Diversos céus e terras temos visto”

Companhia Anticarro: “Diante o ferro e fogo nos erguemos”

(Unidades já extintas)

CTP: “Honra-se a pátria de tal gente”

BOTP1: “Gente ousada mais que quantas”

BOTP2: “Famosa gente à guerra ousada”

GOAS: “Adsum” (Sempre prontos)

CTAT: “Em quem poder não teve a morte”

BAI: “Se fizeram por armas tão subidos”

Apêndice K – Guião das Entrevistas



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A EVOLUÇÃO DAS FORÇAS PÁRA-QUEDISTAS PORTUGUESAS DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ AOS DIAS DE HOJE

Autor: Aspirante de Infantaria Alexandre Miguel Costa Neves

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pára-quedista Paulo Luís Almeida Pereira

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar.
Entrevistador: Aspirante de Infantaria Alexandre Miguel Costa Neves
Tema: A evolução das forças pára-quedistas portuguesas desde a sua criação até aos dias de hoje.
Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Posto: Cargo/Função/Posto (em 1994): Data – Hora:

Questões:

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?
2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?
3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?
4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?
5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?
6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?
7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?
8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?
9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?
11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

Apêndice L – Entrevista MGen Avelar de Sousa

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Cristóvão Avelar de Sousa
Posto: Major-General
Cargo/Função/Posto (em 1994): Até 31DEZ93 desempenhou a função de Chefe Estado-Maior do CTP, em 01JAN94 passou a desempenhar a função de 2º Comandante da BAI
Data – hora: 15/03/2015 – 15h30

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: *A passagem para o EP trouxe alguns benefícios mas muitas desvantagens. Ganhou-se um aumento na utilização e emprego dos quadros de pára-quedistas, como o acesso ao posto de Oficial General – onde antes só havia um e passou a haver uma quantidade deles – lugares de adidos de defesa, lugares no estrangeiro, lugares em diversos desempenhos que simbolizam qualificação.*

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: *Por exemplo, nós tínhamos uma Brigada Ligeira, relativamente pequena, cujos recursos humanos, materiais e financeiros, eram todos otimizados. Portanto, tínhamos um determinado orçamento que a FAP nos confiava dando-nos grande independência, e fazíamos um uso criterioso com esse dinheiro ao comprar os melhores materiais que haviam na altura, em termos de viaturas, armamento, paraquedas, entre outros. Tudo isso se diluiu na imensidão que é o EP, quando julgamos que íamos deixar de ter problemas na falta de pessoal, a verdade é que se acentuaram mais, pois o EP não nos mandava oficiais do quadro permanente e justificavam-se dizendo que eles não tinham a qualificação de aerotransportado. Mandavam oficiais para todas as unidades como o RI13, o RI14, Santa Margarida,*

e para os pára-quedistas zero. Em termos materiais houve um decréscimo, por exemplo lembro-me que na altura os pára-quedistas tinham o Stinger e deixaram de ter, tinham uma Companhia de Morteiros Pesados que fornecia o apoio de fogos à Brigada e deixaram de ter. O impacto maior foi em termos pessoal e materiais adequados, e sobretudo a chicotada que isso foi em termos psicológicos. Outra coisa muito importante que perdemos, que era fabulosa e permitia-nos ter um elevado grau de recrutamento, foi a convocação de disponíveis, ou seja indivíduos que tinham saído e que compareciam sempre na ordem de 90% na realização dos exercícios, o que nos permitia ter as unidades todas a dois terços de efetivos. Esta convocação fazia-nos saber que em caso de crise tínhamos a experiência e o treino, e que eles apareciam. Essa experiência perdeu-se...

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R.:A FAP perdeu poder e uma Brigada. No país havia a BrigMec com todos os seus problemas, tinha a BrigInt que era muita dispersa, e tinha a BRIGPARAS que estava pronta a arrancar para qualquer lado. Aliás, na missão da Bósnia em 1996, os homens que constituíam essa FND eram pára-quedistas. Antes o EP não tinha esta capacidade de enviar um número elevado de homens como fez.

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R.:O EP ganhou uma Brigada! Para efeitos de estudo, mesmo que consideremos as três Brigadas com o mesmo valor, o EP de repente passou de duas para três Brigadas, aumentando a sua capacidade operacional em 50%. Em termos de tropas especiais, quero também deixar uma palavra de apreço aos comandos, que não aderiram muito a essa ideia. No entanto devíamos ter nós mais relutância do que eles porque nós é que estávamos a mudar de ramo, a BAI resulta da junção de 2220 pára-quedistas e 89 comandos. Essa parte passou muito pelas minhas mãos, pois era eu que proponha ao comandante as colocações e fiz sempre grande questão para não haver qualquer reação contra os comandos. Nunca eu lhes daria a possibilidade de lhes dar um caso em que tinham sido preteridos ou injustiçados.

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: *Para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais por ter ganho uma Brigada, como já referi no ponto 4), em termos organizacionais extinguiu-se o CTP e criou-se duas unidades, o CTAT e a BAI. Em termos materiais poderia ter ficado a perder, mas para fazer face aos custos que seriam fornecer o material necessário aos pára-quedistas privaram os mesmos do respetivo. Ou seja, os pára-quedistas em termos materiais e financeiros não tiveram benefícios nenhum com esta mudança de ramo.*

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: *Não, acho que não perdemos nada mas ganhámos todos. Havendo tropas especiais, pára-quedistas, comandos e operações especiais, com as suas especificidades e valências próprias do convívio entre todos, naturalmente aprendemos todos uns com os outros. Portanto vejo as coisas pelo aspeto positivo.*

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: *Não, na minha opinião manteve. Terá havido talvez uma menor exigência física, não técnica. Mas isso tem mais a ver com os tempos que correm do que com a mudança de ramo. O curso continua a ser muito bom, sagrado, eficaz e eficiente e mantém-se os resultados, no entanto é menos exigente mas isso não se traduz em menor aptidão técnica. Contudo, em termos de apetência para as atividades aeroterrestres diminuíram ligeiramente. Não é difícil entender que uma tropa que era da FAP, conseguia-se algumas vezes atitudes de boa vontade do que estando agora em ramos diferentes. Não há portanto uma diferença abissal entre os meios aéreos que eram fornecidos na FAP e os que são fornecidos agora, antigamente havia uma cota parte significativa que era fruto das boas relações entre as diversas entidades. Agora é tudo mais formalizado.*

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: *Diminuiu significativamente, e uma das razões foi a farda obviamente, no entanto a situação social e o desinteresse pelas Forças Armadas também são influência. Em termos de imagem não há dúvidas que a FAP era mais apelativa que o EP, pois este não tem muito cuidado com os uniformes. O militar tem de ser elegante, até para se morrer tem de se ser elegante. Barba feita e botas engraxadas sempre. Lembro-me que na altura a farda do EP era uma espécie de bata verde, horrorosa, e um pára-quedistas que estava habituado a fardar de farda azul, boina e cinturão, não vestiam este casaco. Preferiam a camisola de lã verde a vestir o casaco do EP. Um soldado da FAP usa umas platinas, que não tendo posto nenhum, tem o símbolo da especialidade e isso tem uma importância enormíssima, uma pessoa sente-se alguém! No EP um soldado não utilizada nada. Se nós vamos tirando os alguns motivos para eles sentirem orgulho na maneira como se apresentam, obviamente esse orgulho cai.*

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: *É preciso termos o respeito pela verdade. Em 1994 os pára-quedistas passam para o EP, e dois anos depois – ou seja uma preparação de dois anos iniciada logo após a mudança de ramo – vão para a Bósnia, e com esta missão entra-se num quadro de emprego operacional completamente novo e diferente, portanto não há maneira de fazer comparações. Até 1996 fora do território nacional havia era exercícios, na Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, entre outros. É uma situação em que não é justo que se faça qualquer comparação, pois marca o início de uma época nova que nada tem a ver com a passagem de ramo.*

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: *Quando falo de conceito de emprego falo mais no emprego estratégico do que tático. Até 1996 não havia forças portuguesas empenhadas em missões de paz, no Ultramar havia a tropa de intervenção e a de quadrícula. A primeira eram os pára-quedistas, era a tropa que era lançada nos sítios mais perigosas e esperava-se – e obtinha-se – os resultados necessários. A tropa de quadrícula era mais para vigilância de terreno. Portanto nada tem a ver com o conceito mais tarde no EP*

nas missões de apoio à paz. O núcleo das tropas pára-quedistas era constituída por um núcleo de oficiais de academia, onde se aprendia fundamentalmente a guerra clássica. Portanto quando surge a guerra em África há uma adaptação deste tipo de guerra à guerra de guerrilha. Em 1975, quando acabou a guerra em África – e nisso fomos pioneiros – era muito pouco provável que voltasse a aparecer um novo tipo de guerra de guerrilha, portanto passámos à nossa preparação clássica. No entanto, mantemos uma célula de treino para que não se perdesse o conhecimento da guerra de África e desse tipo de guerra de guerrilha. Por exemplo no exercício JUPITER que durava quinze dias, treze dias eram de guerra convencional e os últimos três dias eram de guerrilha, onde por norma integravam os reservistas. Nesse aspeto fomos mais rápido que os comandos, que o EP.

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: Em África era tudo mais exigente, os tiros eram muitos e a sério, havia minas, havia feridos e mortos. A intensidade do confronto era maior e isso levava a que houvesse uma escalada das potencialidades de cada um. Os conflitos atuais são de baixa intensidade, felizmente. Se tivéssemos uma situação em que fosse possível fazer as mesmas exigências, principalmente em termos físicos, naturalmente que o faríamos porque era uma maneira de obter uma tropa de alto gabarito. É a nossa missão, é ter tropa boa e preparada e não ter tropa mais ou menos. Mas sim, tanto antigamente como hoje em dia os pára-quedistas estão preparados para responder às necessidades existentes.

Apêndice M – Entrevista SMor Serrano Rosa

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Alfredo Serrano Rosa
Posto: Sargento-Mor PQ
Cargo/Função/Posto (em 1994): SMor – Adjunto do Brigadeiro Cmdt da ETP
Data – hora: 17/03/2015 – 11h00

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: *Na mudança para o EP apenas beneficiaram os quadros de oficiais da academia e alguns dos de serviço geral, porque relativamente aos sargentos e praças não beneficiaram rigorosamente em nada. Por exemplo, nós tínhamos sete SMor, com a transferência só permitiam cinco e ficámos só com um, porque não haviam promoções. Quando passámos ao EP éramos um quadro em vias de extinção, nós e os oficiais dos serviços gerais (sargentos que tinham ido ao curso de oficiais). Os oficiais é que beneficiaram grandemente, pois na FAP só tínhamos um Brigadeiro e só quando ele saía e que outro era promovido. Com esta transferência passámos a ter logo oito.*

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: *A classe de Sargentos, que era o topo, o melhor dos quadros permanentes da FAP, começaram a ser espalhados por todo o país, por todas as unidades do Exército. Resultado: foi-se perdendo a capacidade que havia de instrução e a história que havia do Ultramar, foi-se tudo perdendo por vários sítios.*

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R: *As capacidades das missões da FAP em relação à perda dos pára-quedistas foi que deixou de ter aquela capacidade de pronta resposta a qualquer eventualidade de ter forças no ar e em terra. Perdeu completamente a capacidade de atuação nos diversos TO. A FAP tinha a parte dos pára-quedistas que em qualquer missão estavam rapidamente prontos, e perderam essa capacidade que mesmo a Polícia Aérea não a tem.*

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R: *Ficou a ganhar porque recebeu uma tropa altamente treinada, uma tropa que sempre teve uma instrução de militares orientada para o cumprimento dos objetivos. A minha ideia é que o EP não soube receber os pára-quedistas, não teve capacidade para receber uma tropa especialmente treinada para todo o tipo de missões. Estou convencido que o EP nunca pensou que os pára-quedistas eram uma tropa cara, os seus equipamentos são caros. Portanto não estava apto a receber uma tropa assim especializada, e viu-se que nós perdemos tudo o que eram treinos operacionais. Atualmente não passa dos jogos de guerra, porque aqueles grandes exercícios com lançamento de tropas pára-quedistas acabaram. Portanto, o EP não soube aproveitar os pára-quedistas.*

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: *Os pára-quedistas perderam muito na questão da informatização, porque nós estávamos totalmente informatizados, e quando chegámos ao EP as coisas não eram bem assim, tornaram-se muito complicados os registos do pessoal. Situação de toda a gente, mortos, feridos, doentes, ativos, tínhamos tudo. Atualmente estamos a começar a estar devidamente controlados dentro do EP, estou convencido que sim. Porque eu continuo a dizer que o EP é muito complicado na resolução das coisas, o senhor aspirante está agora no início mas daqui a uns anos é capaz de chegar à conclusão daquilo que estou a dizer. Nós antes, na FAP, se queríamos um avião bastava ligar para o COFA e o avião aparecia. Perdemos também por exemplo os Morteiros Pesados, porque a FAP sempre exigiu que a Brigada Ligeira tivesse esse tipo de armas, e portanto para estas aquisições tínhamos um certo quinhão reservado para nós e nós fazíamos a nossa gestão. No*

EP perdemos completamente essa autonomia financeira. Outro exemplo é o MILAN, antes fazíamos imenso tiro, e agora não há MILANs para tanto treino de tiro.

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: Os pára-quedistas sempre foram habituados a lidar com todas as tropas, já no Ultramar estávamos habituados a isso. No entanto as missões começaram a ser divididas e depois há os interesse de cada um, o que é normal. Um General que está numa Brigada dá mais importância porque pertence por exemplo aos Comandos ou à BrigMec, e portanto todos têm o seu interesse e não se pode fugir a essa realidade. Os pára-quedistas perderam por várias razões. Na passagem ao EP, nós perdemos a Ordem Unida, perdemos o fardamento que era a coisa mais importante e que nos distinguia de todas as forças, além de ser um dos incentivos para se ir para os pára-quedistas, perdemos também a capacidade de sobressair em relação a outros porque começaram a dividir as missões. Tirando a parte aeroterrestre que ainda hoje não há nenhum que faça igual, a intervenção no terreno já é dividida. Indo de encontro a BAI, eu nunca concordei com a junção na altura com os comandos. Diziam que os pára-quedistas eram integrados nos comandos, mas como é que metem 4000 homens em 200? Temos que ser realistas, portanto os comandos ficaram cá anexados e depois muitos tiraram o curso de pára-quedismo e nunca mais ninguém os viu. A Mística pára-quedista é uma, a dos comandos era outra. Cada um tem as suas tradições.

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: Diminuiu muito! Os Batalhões Operacionais faziam todos os meses pelo menos um salto operacional, e agora passa um ano e não fazem um salto operacional, a não ser que seja num exercício de grande envergadura do Exército. Antes faziam saltos operacionais que eram praticamente obrigatórios. Por exemplo, a UALE não tem qualquer poder para colmatar essas necessidades.

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: *As bases eram importantes, principalmente a de Lisboa que acabou, e a de Aveiro, que ainda contínua, mas mesmo assim houve diminuição de voluntários. Só o nome Exército retraía o pessoal, não sei se me entende, pode doer a muita gente mas era a realidade. A farda para mim foi das principais coisas, a ordem unida mudou e passámos a marchar de uma forma que nada tem a ver connosco, é muito acelerada para nós. Nessa altura parece que os voluntários desapareceram. Mais tarde começaram a vir mais por causa das missões de paz, mas não era por causa da mística de ser pára-quedista, era sim por causa do dinheiro. Eu tive 36 anos na FAP e só tive praticamente 1 ano no EP porque não me dava bem com aquele sistema.*

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: *É possível fazer uma comparação relativa, porque no tempo da FAP já se faziam certos exercícios orientados para as missões de paz no exterior. Missões essas que eu nunca concordei muito porque o pára-quedista é treinado para o combate, ele só deveria intervir nessas missões quando fosse para o resgate de pessoas ou bens que estejam em perigo. As missões de paz estragam a tropa operacional. Não sei se me estou a fazer entender. Antigamente era guerrilha, e nós chegámos a ter cá militares de outros países para fazer estágios de guerrilha. Uma grande diferença de nós para o EP, é que os 1Sarg PQ eram comandantes de secção. Atualmente discordo das missões de paz onde estão os pára-quedistas e todas as forças especiais, mas a verdade é que é isso que fazem agora. A tropa especial fica cara para ser utilizada nessas missões.*

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: *O conceito de emprego... Bom só trabalhávamos com outras forças como a cavalaria, os fuzileiros e os comandos, que se posicionavam e nós íamos diretamente ao objetivo. O conceito era o chamado Operação Relâmpago, em que íamos de helicóptero, atacávamos o objetivo e chamávamos o helicóptero, era o fator surpresa. Não andávamos no terreno, tirando Moçambique que era aquela guerra desgastante de andar aos 15 dias. Eu saltei em Gago Coutinho e depois tivemos 19 dias no mato, foi das mais longas operações que fizemos e com o*

mesmo resultado. Os pára-quedistas eram bem empregues! Não éramos tropa de estar fechada. O conceito de emprego de hoje em dia... os pára-quedistas são empregues em missões que nada lhes dizem. Deslocam-nos para os Açores ou Madeira para uma tropa que não estão habituados e por vezes até se criam problemas normais, porque há pessoal que não se adapta. Golpes de mão, emboscadas e isso tudo é completamente teórico, já não se faz nada disso. E mais, aplicam os pára-quedistas para apagar fogos, o que para mim é uma aberração total. Já vi militares, que não eram pára-quedistas, serem mal tratados por bombeiros por estarem lá no terreno. Têm é que lá estar, porque os nossos Generais deveriam era ser Generais de pulso e dizerem que não. Tropa especial não é para isso, custe a quem custar.

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: Atualmente os pára-quedistas ainda conseguem, aliás de todos os Batalhões que vão para as missões de paz, os pára-quedistas são os que conseguem mais rapidamente manter e aprontar os seus homens. Embora obriguem a que recebam X homens de cada unidade, por exemplo o 1BIP para agora para o Kosovo, teve que receber pessoal dos Açores e da Madeira. Isso quebra a hegemonia do Batalhão Pára-quedista, que não pode ter misturas porque a formação é diferente, ninguém se convence disso e continuamos a fazer disparates. Um batalhão de pára-quedistas ou de Comandos, não pode ter pessoal que não treinou para aquelas missões. Nós na FAP tínhamos os “bicos”(e até tenho muitos amigos que ainda hoje os trato desta forma), onde esse homens eram destinados às messes e aos serviços de limpeza.

Em relação ao futuro, tenho alguma reservas que os pára-quedistas voltem a ter o que tinham na FAP. Só se de facto, o Centro de Excelência de pára-quedismo que estão a tentar implementar, que está a demorar imenso, com esta implementação aí não há duvida que iam adquirir uma nova capacidade de projeção, que atenção, nós já temos a nível mundial. Os nossos SOGAs estão equiparados aos belgas, italianos, franceses e espanhóis, todos eles já vieram a Portugal fazer simpósios, porque sabem das nossas capacidades.

Apêndice N – Entrevista SMor Amaro Pinto

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Eleutério Amaro Pinto
Posto: Sargento-Mor PQ
Cargo/Função/Posto (em 1994): Sargento-Chefe do Batalhão de Apoio Aeroterrestre
Data – hora: 17/03/2015 – 14h00

- 1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?**

R: Para os pára-quedistas não trouxe vantagens, trouxe vantagens para os oficiais das armas do CTP que passaram a poder aceder ao Generalato.

- 2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?**

R: Tirando as referidas no ponto 1) foram todas. Para a maior parte dos oficiais e sargentos considero que não houve vantagens. O antigo CTP tinha autonomia administrativa, financeira, no recrutamento e inspeção e deixou de ter parte desse atributo.

- 3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?**

R: Perdeu muito peso nos Ramos e no EMGFA.

- 4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?**

R: O Exército Português ganhou uma Brigada Ligeira de Infantaria, uma escola militar de pára-quedismo e quadros com qualidade e experientes. Ganhou também capacidade no aerotransporte que não tinha.

- 5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?**

R: *Pelo que conheço nesse campo penso que não houve vantagens.*

- 6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?**

R: *Perderam vantagens no campo das prioridades de reequipamento e no campo das forças especiais (ação direta e de reconhecimento).*

- 7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?**

R: *Penso que pode ter sido fruto do acaso, mas parece que o número de horas diminuiu significativamente.*

- 8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?**

R: *Penso que sim, desde logo porque perdemos autonomia no recrutamento e o exército desviava potenciais candidatos aos pára-quedistas para outras unidades.*

- 9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?**

R: *No meu entender penso que são as mesmas, só com mais dificuldades orçamentais.*

- 10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?**

R: *No Ultramar os pára-quedistas eram treinados e vocacionados para a guerra de guerrilha, atualmente são direccionados para missões de paz.*

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: Na minha opinião penso que os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas no Ultramar. Na NATO com a falta de meios existentes não sei responder.

Hoje em dia o poder político desarticulou completamente as Forças Armadas...

Apêndice O – Entrevista MGen Carlos Perestrelo

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo
Posto: Major-General
Cargo/Função/Posto (em 1994): Major (estava desde Março 1993 até Março 1994 na Bósnia como Observador Militar da United Nations Protection Force)
Data – hora: 17/03/2015 – 15h45

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: *Temos que pensar que na altura havia condições no EP para receber uma estrutura que era a vanguarda da componente terrestre a nível das Forças Armadas. Recordo-me na altura que o Gen Cerqueira Rocha – CEME da altura – promoveu muito a Brigada Ligeira, de tal forma que a grande quantidade de efetivos que a compunham serviu depois para a base da primeira FND em 1996 na Bósnia. Havia condições para o EP receber e acarinhar esta força bem como para a tornar numa das forças de elite do EP.*

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: *Houve algumas. Eu penso que a grande desvantagem que aconteceu foi deixar um ramo onde estávamos completamente integrados, nomeadamente na sinergia com os meios aéreos, que eram uma ligação muita mais fácil e que deixou de existir, se bem que eu posso dizer que o trabalho executado ao longo dos anos foi tentar manter este vínculo. A FAP nunca “largou” os seus pára-quedistas nesse aspeto, o trabalho conjunto era uma coisa que já vinha desde o passado, e se dizemos que há forças conjuntas no nosso país não há duvida que a componente aérea da FAP e a componente pára-quedista do EP trabalham muito bem, e isso mantém-se. Foi uma perda que realmente ao longo do tempo temos estado a*

minimizar. Há outro fator que vai de encontro com a capacidade do CTP em termos de orçamento, este estava nas mãos do Brigadeiro Comandante do CTP, um orçamento próprio para fazer investimentos mas que dava perfeitamente para áreas onde havia objetivos claros, por exemplo este compramos armas, no outro ano compramos paraquedas, etc... ou seja os objetivos eram mais claros e o financiamento havia sempre tendo em consideração que o objetivo eram as tropas pára-quedistas, e a passagem para o EP fez com que isto desaparecesse e entrasse numa estrutura generalizada. Os pára-quedistas perderam a sua autonomia financeira.

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R: Isso é interessante perguntar. A FAP tinha duas correntes, uma era a favor dos pára-quedistas na FAP e outra era contra esta permanência. Como os pára-quedistas tinham um financiamento próprio, para alguns a visão era que se eles saíssem esse dinheiro ia para eles. A outra corrente que era mais de objetivos a longo prazo, olhava para os pára-quedistas como uma parte importantíssima da FAP porque a história também o ditava, era muito importante essa componente terrestre na FAP, que se veio logo a definir em 96, porque se a força a projetar tivesse sido na FAP, esta tinha ganho imenso em imagem. Além de uma componente aérea teria também a componente terrestre.

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R: Ganhou uma grande quantidade de efetivos preparados, de tal forma que os aplicou de imediato. Por isso é que o Gen Cerqueira Rocha fez questão de apostar na nova força que era a BAI. Esta era uma Brigada rápida de intervenção e então houve uma aposta clara. Portanto o EP nos anos 90 principalmente ganhou muito com os pára-quedistas. As primeiras missões foram sempre efetuadas por militares pára-quedistas ou militares da BAI, o que exponenciou a imagem do EP.

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: *Em termos materiais a minha resposta vai de encontro ao que já falei no ponto 2). Em termos de organização os pára-quedistas deixaram de estar unicamente no CTP e passaram a estar divididos no CTAT e na BAI, onde esta última contava com pára-quedistas e comandos. Mas vantagens notórias não se pode dizer que existiram.*

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: *É sempre difícil dizer, mas eu sou uma pessoa defensora das tropas especiais. Acho que todas têm um espaço para intervir e cada uma tem a sua identidade, temos de acarinhá-las todas. No entanto acho que não perderam nada. Imaginemos que se os pára-quedistas tivessem continuado na FAP e o EP com os comandos e operações especiais, as missões no estrangeiro seriam rotativas, num ano ia FAP e dois anos o EP. Ou seja o conceito de emprego iria ser semelhante pois não nos iriam chamar sempre a nós. Eu penso que os benefícios de termos estas forças todas juntas é positiva, pois estamos a falar de forças de primeiro emprego, de reação rápida, com boa capacidade de resposta militar, e portanto esse aspeto penso que não perderam nada.*

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: *Houve naturalmente alguma perda de capacidade de apoio da FAP, mas temos que ver o que está a montante. Para aquela geração dos anos 80, não havia FND, havia era serviço militar obrigatório, e portanto a FAP não tinha saída para o estrangeiro e dedicou-se muito ao treino pois tínhamos os meios necessários. A FAP não deixou de apoiar, porque a relação em termos de apoio aeroterrestre continua a ser formidável, eles é que ficaram limitados porque agora têm mais missões a cumprir, têm que projetar aviões para FND, ou seja eles perderam a capacidade que se calhar nos queriam dar de transporte aéreo tático, por falta de aeronaves, de pilotos, mas também devido às novas missões que não existiam antes. Desde o final da guerra de África até 96 eram só treinos, e ninguém diz que se já estivéssemos no EP não teríamos tido as mesmas condições por parte da FAP.*

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: *Não tenhamos dúvidas de que imagem é fator de recrutamento. Uma bela farda, uma boa ordem unida, disciplina, o aprumo, tudo isso trazia voluntários. Temos que pensar independentemente da passagem nos anos 90 tivemos muitos voluntários, evidentemente que a imagem dos pára-quedistas do passado esteve sempre presente. Das piores coisas que podiam acontecer era deixarmos de ter a imagem de um bom militar, bem fardado e disciplinado. Não é dizer claramente que a descida e voluntários foi fruto da passagem, porque de facto os anos 90 foram épocas de grandes cursos, e quando começam as FND há pessoas que vinham para os pára-quedistas porque tinham saída para o estrangeiro e em termos financeiros era bom. Agora a imagem é fundamental, a nossa farda era uma coisa que marcava, porque nós próprios tínhamos um enorme orgulho em utilizá-la.*

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: *As tarefas exigidas aos pára-quedistas continuaram e continuam a ser as mesmas. No entanto não é possível comparar estas duas épocas, pois até 1996 só se realizavam exercícios no estrangeiro e com a passagem para o EP vieram as primeiras missões, onde portanto as tarefas eram completamente distintas e incomparáveis.*

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: *O conceito de emprego de pára-quedistas é o mesmo, pode ter havido alguma evolução, mas continua a ser sempre uma facilidade de projeção de força através do envolvimento vertical. Agora quando estamos no terreno temos que reconhecer que somos praticamente iguais aos outros, no entanto temos a mais-valia da capacidade que temos de salto. Somos uma força de primeiro emprego, porque se não houver capacidade para aterrar aviões, nós saltamos. Quando estamos a falar de emprego operacional dos pára-quedistas, em África não havia grandes missões com envolvimento vertical. À partida o conceito de emprego é semelhante, se bem que no pós-guerra do Ultramar houve um trabalho efetivo para o nosso conceito de emprego, como é exemplo o GOAS, o BOAT, os três Batalhões, a Companhia*

Anticarro e Morteiros pesados, portanto havia um jogo de emprego da Brigada com um todo. A BAI tentou-se que fosse toda pára-quedista mas face aos efetivos era difícil, no entanto não foi possível, mas aerotransportada não queria dizer que fossem todos saltar de paraquedas. Até porque hoje em dia não pensamos numa Brigada para saltar de paraquedas, no máximo pensamos em Batalhão.

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: Sim respondem, pois a exigência física não diminuiu. O nosso curso de pára-quedismo continua a ser exatamente o mesmo com a mesma tipologia de provas. Um individuo só atinge o patamar final da conquista da boina e do brevet se estiver em boa condição. A utilização deste tipo de forças nas missões de apoio à paz fez com que se deixasse de fazer treino operacional vocacionado para combate permanente que existia no Ultramar. Deixou de ser tao rigoroso, mas no entanto continuou a ser feito a escalões mais baixos, como é exemplo a força de reação rápida onde temos de ter prontidão máxima. Para tal o tipo de treino não é aquele feito, por exemplo, no Kosovo e portanto há unidades pára-quedistas que trabalham muito a preparação para o combate. Agora não tenho dúvidas que as missões de apoio à paz não têm aquela componente de combate real. Há quem diga que estas missões não são típicas para tropa especial, mas é um mal necessário. É uma maneira de ganhar experiência e se temos possibilidade de ter pára-quedistas numa operação de apoio à paz é melhor do que não ter. Agora fazer só isso, que está a acontecer um pouco, é negativo. Mas também dizer que nunca tivemos um empenhamento real das forças pára-quedistas, é por em causa a nossa existência. O que estamos a fazer é dar ao Comandante a possibilidade de ter a capacidade de resposta militar quando já ninguém a tem. É importantíssimo continuar a manter esta tipologia de forças, que não sendo Brigada é o escalão que o poder político que nos tutela define, em que indo para uma FND os militares sabem o que têm de fazer, mas sabem também qual a sua missão primária, que é estarem prontos para o combate permanente. O ideal é ter escalões baixos com elevada prontidão.

Apêndice P – Entrevista MGen Ramos Lousada

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: José Manuel Garcia Ramos Lousada
Posto: Major-General
Cargo/Função/Posto (em 1994): Coronel Tirocinado
Data – hora: 23/03/2015 – 15h00

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: *Eu estive a pensar nisso... Vou-lhe dizer aquilo que eu penso. A integração num ramo com maior capacidade financeira é vantajoso, como sabe o EP tem mais despesas, logo na atribuição das verbas para os três ramos o EP levava o maior quinhão. Quando se integra um ramo com maior capacidade financeira, é uma grande vantagem, desde que esse ramo entenda as prioridades existentes. A passagem para o EP foi sinónimo de uma passagem para um ramo com muitas mais infraestruturas, onde os pára-quedistas tinham as infraestruturas necessárias, mas para o efetivo que tinham vieram a beneficiar com uma melhoria a este nível. Eu tinha cinco mil e tal homens – no CTAT e na BAI – e no meu comando foi-me atribuído a unidade de Tomar por ter um efetivo muito grande. Ou seja, a mudança para um ramo com maior número de infraestruturas é naturalmente benéfico.*

Outra

vantagem foi o acesso a uma maior variedade de funções, nós nos pára-quedistas estávamos limitados a um tipo de atividade e no EP tornou-se muito mais fácil. Depois, o grande benefício, que não foi para a instituição mas sim para as pessoas, foi o acesso a Oficial General. Nós de 1977 a 1994 tivemos três Brigadeiros e no EP esse número aumentou exponencialmente. E a verdade, é que apesar de tudo, isso foi um benefício.

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: *A maior de todas foi a perda de autonomia administrativa e financeira. Nós tínhamos um orçamento que nos era atribuído e na realidade deixámos de ter. Nós no CTP tínhamos um órgão de administração financeira e portanto vou-lhe dar os números da altura – isto foi um documento de trabalho preparado por três oficiais do EP e dois da FAP, portanto posso fazer uso dele pois estará certamente arquivado no Estado-Maior – para pessoal e material tínhamos para gastar três milhões de contos, e era tudo gasto e bem gasto só nos pára-quedistas. Nunca dinheiro nenhum era desviado e esta capacidade era importantíssima para um comandante. Este orçamento próprio que tínhamos foi um grande fator para que a FAP nos libertasse, pois pensavam que iam ficar com o nosso orçamento, mas enganaram-se porque com a nossa ida para o EP também esse dinheiro foi para o EP. Também há aqui um elemento que pode ser considerado uma perda, como fizemos a guerra num ramo, com a mudança perdemos capacidade de intervenção. Na FAP tínhamos uma grande capacidade de intervenção, pois era tudo despachado diretamente com o chefe de estado de maior e as coisas eram mais rápidas. Depois houve também uma perda de algum espírito pára-quedista, pois com a introdução em novos sistemas perde-se algum espírito de corpo. Por exemplo os nossos sargentos não queriam ir para o EP nem por nada, pois nós tínhamos um sistema de evolução na carreira dos mesmos, ou seja logo que atingissem o posto máximo falava-se com as pessoas e eram logo promovidos. E isto deixou de haver e a evolução destes quadros estagnaram.*

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R: *Eu acho que acima de tudo a FAP era ramo completo, pois tinha a componente aérea mas também a componente aeroterrestre, tendo assim capacidade de intervenção – por si só – em qualquer tipo de teatro e qualquer tipo de operação. Porque tinha as tropas pára-quedistas e simultaneamente a capacidade de abastecimento aéreo, e perdeu essencialmente essa capacidade de intervenção. Mas também perdeu muita influência, pois aquilo que os pára-quedistas fizeram na guerra e nos exercícios com outros países da NATO, trouxeram muito prestígio terrestre à FAP, que veio a perder.*

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R: *O EP duplicou a sua capacidade operacional! Aumentou extraordinariamente essa capacidade. Quando aconteceu a primeira missão na Bósnia em 96, Portugal assumiu a responsabilidade de enviar dois Batalhões. O EP não tinha essa capacidade, portanto foram dois Batalhões pára-quedistas que iniciaram, e o lógico seria intercalar com as outras Brigadas, mas não havia essa possibilidade. Só passado um ano é que foi um Batalhão da Brigada Mista Independente, e mesmo assim tivemos de lá deixar as armas Anti-Carro – os canhões Carl Gustav – . Apesar de ter uma grande capacidade operacional, o EP ainda não tinha a prontidão necessária, que mais tarde veio a conseguir.*

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: *Houve duas unidades muito importante que perdemos, mas foi bom para o EP que conseguiu manter dois quartéis. São elas a bateria de artilharia que passou para Leiria, e o esquadrão de reconhecimento que passou para Estremoz. No entanto em termos de unidades territoriais os pára-quedistas vieram a ganhar muito, onde a única perda realmente importante foi a base em Monsanto. No que toca ao material, nós continuámos a receber o que queríamos, apesar de ser com maior dificuldade, ele ia surgindo. Lá está, vai de encontro a tal perda de autonomia financeira que gozávamos pois agora tínhamos de ter o parecer do EP.*

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: *Não. Porque na altura quando se iniciou a BAI, esta seria uma Brigada de pára-quedistas e de comandos. Eu tinha 2830 militares pára-quedistas e não pára-quedistas e recebi 217 militares comandos para esta integração, onde esta mistura foi uma maneira de resolver um problema que o EP não conseguia, que era o regimento de comandos. Portanto, naqueles primeiros anos os pára-quedistas continuaram a ter maior preponderância para a realização de certas tarefas, no entanto hoje em dia, tirando a capacidade aeroterrestre, somos todos muito semelhantes naquilo que fazemos. Mas quero deixar aqui um grande apreço pelas*

tropas comando, porque em África portaram-se muito bem. Aos baixos escalões quem faz as tropas, é o comandante, onde se um comandante é bom também as suas tropas o vão ser. E quero deixar aqui uma palavra de apreço para eles, que tive muitas situações em África que tive de trabalhar com eles e sempre responderam a tudo o que lhes foi pedido.

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: Não sei precisar ao certo, mas enquanto eu fui comandante a FAP – com muitas dificuldades – conseguia satisfazer as nossas necessidades operacionais, porque ainda havia uma ligação muito estreita entre os elementos operacionais da FAP e nós. Como a eles também lhes interessava certificar as tripulações e o abastecimento aéreo, havia um intercâmbio muito maior e muito mais facilitado. No entanto é normal que o treino aeroterrestre tenha diminuído ligeiramente.

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: Nós tínhamos um excelente sistema de seleção de mancebos e quando o perdemos, perdemos algum rigor na convocação e portanto também perdemos muitos voluntários. Apesar de tudo ainda continuámos a ter sempre pessoas a voluntariar-se, mas a verdade é que este número diminuiu substancialmente.

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: Não mudou muito. A grande questão foi a nossa autonomia total, porque a FAP nunca se intrometeu nos programas de instrução, o que não aconteceu no EP. Mas de um modo geral não houve alterações muito profundas em termos das tarefas a realizar, o principal continuou a ser a capacidade aeroterrestre.

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: Nós éramos a reserva estratégica do comandante-chefe e atuávamos como tropa de intervenção. Os pára-quedistas pertenciam administrativamente a FAP e eram atribuídos aos setores do EP, mas atuavam como reserva num tipo de guerra que era a de guerrilha. A missão do CTP era garantir a prontidão de uma Brigada de

pára-quedistas para intervenção rápida, como reserva estratégica do CEMGFA. Atualmente o que lhe posso dizer é que os pára-quedistas são empregues em missões de paz no estrangeiro e o conceito de emprego mudou completamente.

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: Absolutamente! Os pára-quedistas sempre responderam a todas as exigências – e ainda respondem – com todo o brilhantismo. Relativamente ao Ultramar os pára-quedistas tiveram uma atuação excecional e respondiam sempre com total eficácia. Atualmente as limitações são muito maiores, houve uma evolução muito grande do antes para o agora. A verdade é que as exigências que eram feitas aos pára-quedistas no Ultramar nada têm a ver com as de agora, face também ao cenário atual que se modificou imenso. Antigamente era um teatro subversivo, de guerrilha urbana, e portanto a preparação das tropas era fundamental. Nas missões atuais o teatro modificou-se com a existência de regras que regulam o comportamento das tropas. No entanto, hoje em dia aquilo que é pedido aos pára-quedistas é cumprido de igual forma, com todo o garbo e brilhantismo que se exige a uma força de pára-quedistas.

Apêndice Q – Entrevista MGen Ferreira Pinto

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: José Agostinho de Melo Ferreira Pinto
Posto: Major-General
Cargo/Função/Posto (em 1994): Brigadeiro (Comandante do CTP)
Data – hora: 25/03/2015 – 11h30

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: *Como sabe os oficiais superiores do quadro permanente eram todos do EP e a grande maioria de Infantaria. Os pára-quedistas enquanto uma pequena força podiam pertencer a FAP, mas nós tínhamos a nossa Brigada Ligeira que nos deu a noção que a FAP não tinha a capacidade para perceber o que era isso, e que mais cedo ou mais tarde iríamos ser transferidos para o EP. O problema foi que o EP desde o fim da guerra de África demorou tempo a fazer a sua reestruturação e nós estávamos à espera da mesma, de maneira a podermos impor as nossas condições nesta transferência. Como esta mudança foi muito precipitada não conseguimos ter tudo o que queríamos e tínhamos medo de que o EP nos travassem, pois gostava muito de ter tudo nivelado, gostava de ter as tropas todas no mesmo nível. No entanto isso não aconteceu. No meio disto tudo os pára-quedistas ainda vieram a beneficiarem alguns pontos, foi o caso de passar a ter uma Brigada com o dobro do efetivo – pelo menos era a intenção – aumentando assim o seu potencial, mais bem equipada em termos de material e armamento, recebemos viaturas de rodas e de reconhecimento, renovaram-se os paraquedas existentes, e um ponto muito importante que considero ter sido uma grande vantagem para os pára-quedistas foi manter a nossa instrução, isto é o curso de pára-quedismo militar não foi alterado. Depois a nível do pessoal, esta mudança permitiu o alargamento na carreira de alguns oficiais que conseguiram aceder a oficial general e obter lugares de adidos no estrangeiro.*

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: *Perdemos muita flexibilidade, porque os pára-quedistas tinham um orçamento próprio e o comandante dos pára-quedistas fazia desse dinheiro o que queria, sempre direcionado para os mesmos, fosse para pessoal, material, etc... e portanto essa flexibilidade perdeu-se. Agora é tudo através do Estado-Maior e quando quer fazer alguma coisa tem que pedir e fazer requerimentos. Perdemos essa flexibilidade, essa autonomia que tínhamos, não só administrativa mas também financeira e pessoal. Havia menos entradas e saídas de pára-quedistas, isto é, entravam como aspirante e ficavam quase até ao fim da carreira, isso perdeu-se.*

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R: *Perdeu visibilidade, porque tinha uma força com 2.500 homens e houve uma redução deste número de efetivos. E a sua representação no estrangeiro também diminuiu, porque havia muitos lugares a nível superior da NATO em que a FAP era também representada pelos pára-quedistas. Também temos de ver que havia uma geração mais nova que dizia que a FAP devia dedicar-se só aos aviões, e portanto viam os pára-quedistas como algo dispensável. Viam a componente aeroterrestre mais como um encargo do que um benefício, porque a FAP tinha como objetivo ter duas esquadras de F16, em que uma delas foi obtida graças à saída dos pára-quedistas para o EP. Outra perda muito importante foi a perda do GOAT, porque viu-se privada da capacidade de abastecimento aéreo – falamos tanto de carga como de pessoal – e mais tarde a FAP sentiu essa perda.*

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R: *Ganhou uma força operacional dotada de grande credibilidade e disciplina. Um aspeto que veio também a beneficiar o EP foi a nível de instrução, que melhorou substancialmente. Isto porque a instrução administrada nos pára-quedistas começou a alastrar-se pelas restantes unidades do EP. O EP absorveu bastante da cultura dos pára-quedistas.*

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: *Bom, quando foi tomada a decisão de passarmos para o EP, os pára-quedistas passariam com tudo. Ou seja, o EP não iria levar o melhor nem o pior dos pára-quedistas... levava tudo! Inclusive as enfermeiras pára-quedistas. Desde o armamento, equipamento, homens, até as viaturas civis administrativas foram todas. Portanto aquilo que levámos e aquilo que íamos receber, só podíamos ficar melhor, pior nunca ficávamos. Em termos organizacionais, extinguiu-se o CTP e a Brigada Ligeira de Pára-quedistas e criou-se o CTAT e a BAI, ou seja no fundo foi uma cópia do que já existia. A verdadeira diferença foi a nível das unidades da Brigada, que estavam todas em Tancos e em São Jacinto, e deixou de ser assim. Como por exemplo o ERec foi para Estremoz, a Bateria de Artilharia foi para Leiria, a Companhia de Engenharia para a EPE, entre outras... ou seja houve uma difusão das unidades pelas diferentes unidades do EP, que deixaram de estar sob o controlo da Brigada ou do CTAT.*

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: *Eu sempre defini que ser pára-quedista é ser diferente de comando. Comando é um grupo de homens especializados, que são recrutados em diversas unidades para fazer uma equipa para um determinado tipo de ação. Portanto, para operações tipo comando, escolhem-se homens exclusivos para diversas áreas. Pára-quedistas são uma unidade de Infantaria que se lançam em paraquedas. As Operações Especiais por sua vez são forças que têm uma missão completamente diferente, que é preparar a população para resistência. E quando quiseram fundir as três coisas, obviamente que não foi possível, porque não se pode pedir que um faça as tarefas exigidas aos outros. Cada um foi criado para diferentes tipos de missões. Quem é pára-quedista é porque é voluntário e gosta daquela atividade, não é qualquer um que se sente confortável num avião e salta cá para baixo.*

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: *Havia uma ligação muito grande na FAP para manter os pilotos qualificados, como é exemplo as esquadras C-130 e o nosso GOAT, em que o nosso treino era a preparação das cargas e a dos pilotos era o lançamento das mesmas. Ou seja havia um interesse mútuo das duas partes. Mas com a passagem dos pára-quedistas para o EP esta ligação perdeu-se ligeiramente, diminuindo um pouco o treino tanto para os pára-quedistas como para eles próprios. Havia uma série de pilotos que fizeram a guerra em África connosco e que colocavam o lançamento aéreo de cargas como uma atividade prioritária, mas o desconhecimento por parte do EP do que era o GOAT dificultou inicialmente os treinos passíveis de serem realizados, mas que passado algum tempo foram retomados.*

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: *Não. Diminui foi devido ao fim do serviço militar obrigatório. A grande causa da redução de voluntários foi esta, a transferência para o EP nada teve a ver. Os jovens quando iam fazer a inspeção, eram sensibilizados para irem para os pára-quedistas, havia um género de stand de recrutamento que os puxava, pois já que tinham de lá estar alguns meses, se ficassem nos pára-quedistas ficavam mais tempo mas também tinham maiores regalias. Ou seja tínhamos grande facilidade em fazer recrutamento e portanto bastantes voluntários, com o fim do serviço obrigatório já só vinha mesmo quem queria e conhecia.*

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: *Nesse aspeto os pára-quedistas foram mais bem aproveitados pelo EP do que pela FAP. Na FAP, a nível interno, os pára-quedistas faziam exercícios para defesa de território nacional e só faziam um exercício a nível Brigada, que era o JUPITER. No EP passaram a fazer muitos mais exercícios nacionais e internacionais, ou seja operações conjuntas e combinadas, possibilitando assim um aumento da atividade operacional e da prontidão das unidades pára-quedistas.*

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: *No Ultramar era contraguerrilha feita por pequenos grupos, no máximo Companhia mas mesmo assim quando lá chegava desmembrava-se em Pelotões. Os pára-quedistas eram a força de reserva no teatro de operações, em que quando havia uma operação numa zona de maior intensidade inimiga eram aplicados os pára-quedistas, pelo comandante desse setor. Por isso éramos aquilo que se chamava de tropa de intervenção, em que realizávamos essencialmente emboscadas e limpezas de áreas. Hoje em dia, vamos lá ver... a minha perspetiva é que são uma Brigada, mas que não atuam como Brigada. Os pára-quedistas são aplicados como Batalhões – diferente de como disse no Ultramar em que era no máximo Companhia – e são destacados para operações de apoio à paz no estrangeiro, pois agora felizmente não há guerra.*

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: *Sim, antes e agora, pois a instrução pára-quedista continua a ser muito exigente. A recruta acaba por ser mais simplificada, já não é tão exigente como antigamente, porque antes o pára-quedista desde que entrava até ir para a guerra demorava quase um ano, onde tinha uma instrução e especialização muito grande com o foco para a guerra, onde a resistência física, o treino individual e o cuidado com a sua atuação eram fundamentais. A guerra de guerrilha é como gato e rato, ou seja se eu não o apanho ele apanha-me a mim, era um sítio onde havia mortes e feridos, onde o militar estava constantemente a ser observado por alguém, onde portanto a incerteza era constante. Hoje as missões são na sua maioria de apoio à paz e oxalá não seja preciso mais nada. Mas penso que continua a ser exigente, onde os instrutores mantêm essa mesma exigência, para que deste modo os pára-quedistas continuem a responder – como têm feito – a todas as solicitações da melhor forma.*

Apêndice R – Entrevista MGen Agostinho Costa

Caracterização do Entrevistado
Nome do entrevistado: Agostinho Dias da Costa
Posto: Major-General
Cargo/Função/Posto (em 1994): Major – Estado-Maior do CTAT
Data – hora: 02/04/2015 – 15h00

Antes de responder às suas questões e para melhor compreendermos as razões que levaram à decisão da transferência dos Pára-quedistas da FAP para o EP, importa efetuarmos um exercício de memória, recuando até ao final da década de oitenta do século XX, procurando efetuar um enquadramento da situação que então se vivia na Europa e no nosso país. A mudança de ramo teve uma razão de ser, que não teve necessariamente a ver com questões relacionadas com a conjuntura nacional ou de mera satisfação de interesses corporativos, mas foi antes motivada pelas mudanças ocorridas no sistema internacional e no ambiente estratégico. A alteração do Conceito Estratégico da NATO, em resultado do fim da Guerra Fria, que teve como evento simbólico a queda do muro de Berlim em 1989, poder-se-á considerar como tendo sido o catalisador que levou à tomada de decisão de transferir os Pára-quedistas de ramo. Na sequência das decisões da cimeira de Londres, de Julho de 1990 e da definição do novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica, na cimeira de Roma, de Novembro de 1991, a NATO procedeu a uma adaptação da sua estrutura de Comando e de forças ao novo ambiente estratégico. Consequentemente, de uma organização direcionada para um potencial conflito no centro da Europa e no Atlântico, a NATO preparou-se para a atuação numa área mais vasta que não a tradicional linha de fronteira entre os países da NATO e do Pacto de Varsóvia (extinto no dia 31 de Março de 1991) que caracterizou o período da Guerra Fria Neste sentido, foi adotada uma classificação para as forças da NATO tendo por base o respetivo grau de prontidão, passando a dividir-se em: forças de reação imediata (Immediate Reaction Forces), forças de

reação rápida (Rapid Reaction Forces) e forças de aumento (Long Term Build up Forces). Destas forças, destacavam-se a AMF (Ace Mobile Force) como unidade que aglutinadora das IRF e o ARRC (Allied Rapid Reaction Corps) como principal Corpo de Exército das RRF.

À semelhança dos outros países da Aliança Atlântica, Portugal comprometeu-se a reorganizar as suas forças segundo o racional apresentado e proceder à sua atribuição à NATO em conformidade. Foi neste quadro que o Exército disponibilizou um pelotão do CIOE, orientado para emprego no flanco norte da Europa e que a partir de então passaria a treinar nos países escandinavos. O Estado português comprometeu-se ainda a atribuir uma Brigada ao ARRC (a criar a partir da fusão dos Comandos e dos Pára-quedistas, na sequência da sua transferência para o Exército), e a manter a Brigada Mista Independente como força de aumento (LTBF). A constituição de uma Unidade de Aviação, destinada a conferir ao Exército a capacidade de utilizar a terceira dimensão do campo de batalha, insere-se neste esforço de modernização e adequação do sistema de forças nacional aos desafios que então se perspectivavam. A Força Aérea, por seu turno, preparou-se igualmente para os desafios decorrentes das alterações estratégicas acima aduzidas, nomeadamente, através da entrada ao serviço da FAP das duas esquadras de F16.

É pois neste quadro de alteração geoestratégica na Europa e da consequente aprovação de um novo Conceito Estratégico da NATO que deve ser entendida a decisão política de mudança da tutela do CTP da Força Aérea para o Exército.

1. Considera que a mudança de ramo, em 1994, trouxe benefícios para os pára-quedistas? Quais?

R: A questão não deverá ser reduzida a um mero exercício contabilístico daquilo que os Pára-quedistas ganharam ou perderam, com a transferência da Força Aérea para o Exército, evitando, assim, enveredar por lógicas de soma zero, que pressupõem que o ganho de um é necessariamente a perda do outro. Com a mudança de tutela, é incontestável que os Pára-quedistas ganharam mais oportunidades, uma vez que transitando para o ramo terrestre passaram a estar na centralidade das respetivas decisões. Temos que ter em conta que os Pára-quedistas são uma força especial com a capacidade de ser empregue por meio de lançamento aéreo e que à semelhança das suas congéneres no mundo, fazem conceptualmente parte das forças terrestres. Importa ainda ter em conta que as

alterações a que fiz referência anteriormente processaram-se na sequência das mudanças estratégicas que estiveram na génese do período que poderemos classificar como das operações regionais de apoio à paz e humanitárias. Neste período, que coincide genericamente com a última década do século XX e a primeira do século XXI, assistiu-se a uma crescente consciencialização da opinião pública internacional quanto à necessidade de intervenção militar para pôr cobro a situações de flagrante atropelo dos direitos humanos, ou para resolução de conflitos interétnicos. Dada a natureza da conflitualidade emergente e do tipo de operações conduzidas sob a égide da ONU e da NATO, coube ao Exército o principal do esforço de projeção de forças. Ora estando os Pára-quedistas no Exército, coube-lhe a fatia de leão no esforço inicial de lançamento destas operações, facto que seguramente não se verificaria se tivessem permanecido na FAP. A primeira missão de Portugal na Bósnia, em 1996, onde as primeiras forças a serem destacadas foram os Pára-quedistas, atesta esta realidade. Mais tarde, em Timor e no Kosovo, foram também de Pára-quedistas as primeiras unidades a serem empregues nestes teatros. Portanto, sem dúvida que esta mudança permitiu colocar os Pára-quedistas como protagonistas centrais da história militar do nosso país durante este importante período.

2. Quais foram as desvantagens para os pára-quedistas resultantes dessa transferência?

R: Não irei alegar o argumento recorrente da perda da autonomia financeira que os Pára-quedistas tinham enquanto parte da Força Aérea, uma vez que essa prerrogativa estava condenada a desaparecer a prazo, em virtude das alterações introduzidas pela tutela política, em particular em tudo o que diz respeito às aquisições de bens e serviços. Portanto, argumentar dessa forma seria desconhecer a evolução da gestão da “coisa pública” ocorrida nos últimos anos no nosso país. Um aspeto em estou convicto que os Pára-quedistas ficaram penalizados e que teve impacto negativo na sua capacidade operacional, é o relativo ao recrutamento e seleção do pessoal. Do antecedente os Pára-quedistas gozavam de uma considerável autonomia, que na prática se traduzia na possibilidade de qualquer cidadão que fosse voluntário para as Tropas Pára-quedistas bastaria declarar essa intenção e tinha garantido que não lhe eram colocados obstáculos. Com a integração no sistema de recrutamento do Exército, subordinado a lógicas mais

abrangentes e complexas, houve queixas de voluntários que se viram impossibilitados de satisfazer aquele objetivo.

3. Quais foram as consequências para a Força Aérea Portuguesa (FAP) com a perda dos pára-quedistas?

R: Não creio que a Força Aérea tenha sido penalizada pela saída dos Pára-quedistas. Como ramo direccionado para a condução da estratégia aérea, é-lhe relativamente indiferente não contar com uma capacidade que lhe é exógena. Com a saída dos Pára-quedistas a FAP continuou a desenvolver aquilo que é o seu core business. Note-se que naquilo que constitui a responsabilidade da FAP para as operações aerotransportadas – a capacidade de transporte aéreo, a Força Aérea tem feito a sua parte. A aquisição do avião de transporte aéreo tático C-295, feita já depois da passagem do CTP para o Exército, com a assessoria técnica de especialistas das Tropas Pára-quedistas, mostra bem o alinhamento da FAP com a doutrina e o relevo que dá à manutenção desta capacidade. De igual forma não é desprezível o esforço que tem mantido na manutenção da capacidade de lançamento de carga, que sendo uma capacidade conjunta, lhe cabe, no entanto, assegurar.

4. Quais foram os benefícios para o Exército Português (EP) com o ganho dos pára-quedistas?

R: Como disse anteriormente, os Pára-quedistas tiveram muitas vantagens com a transferência para o EP, mas a verdade é que o inverso também sucedeu. Com a mudança de ramo o EP ganhou um corpo de tropas disciplinado, bem preparado, treinado para a terceira dimensão do campo de batalha e dotado de equipamento moderno. O EP viu a sua capacidade operacional aumentada em muito, uma vez que a Brigada de Pára-quedistas Ligeira que o CTP levantou durante quase duas décadas constituiu o embrião da nova Brigada Aerotransportada Independente, que em relação àquela contava agora com os Comandos e com Artilharia. Mas o facto de maior relevo foi o ter permitido ao EP cumprir o objetivo de aprontar e manter uma Brigada para atuação na NATO, permitindo assim a Portugal satisfazer os compromissos internacionais assumidos aquando da revisão da estrutura de Comandos e de Forças da Aliança Atlântica, conferindo prestígio internacional ao nosso país. Apenas dois anos depois de ter integrado os Pára-

quedistas, o EP destacou rápida e eficientemente um contingente para o estrangeiro – falo da IFOR na Bósnia, em 1996 – onde, sem qualquer dúvida, se não fossem os Pára-quedistas dificilmente a participação nacional atingiria a dimensão alcançada (cerca de 1.000 militares). Por último e também com particular importância, o EP ganhou uma capacidade relevante para operar na terceira dimensão do campo de batalha, passando a assumir o papel que lhe cabe doutrinariamente na condução das operações aerotransportadas.

5. Considera que a mudança para o EP trouxe benefícios em termos organizacionais? E em termos materiais?

R: Em termos organizacionais, a transferência dos Pára-quedistas para o Exército traduziu-se na extinção do Corpo de Tropas Pára-quedistas e do Regimento de Comandos e na adoção de uma nova organização, consubstanciada na criação do Comando das Tropas Aerotransportadas, como estrutura de natureza territorial e da BAI como componente operacional. O CTAT, em certa medida plasmava o CTP, mantendo uma escola (a Escola de Tropas Aerotransportadas) e uma quantidade substancial de unidades do tipo regimento dispersas pelo território nacional, embora sob diferentes graus de dependência em relação ao CTAT/BAI. Um aspeto que merece ser aqui realçado prende-se com facto da antiga Base Aérea N.º 3 em Tancos, ter passado para a dependência do CTAT, albergando aí o seu QG, bem como o CMD/EM e CCS da BAI, para além da CTm e do BApSvç. Felizmente esta realidade manteve-se até ao presente, não sendo despicienda uma vez que confere às Tropas Pára-quedistas a capacidade única de ter a sua principal base de partida num aquartelamento próprio. Poucas unidades aerotransportadas dispõem de pistas de aviação próprias, como é o caso das portuguesas em Tancos e S. Jacinto. Com o levantamento da BAI, as Tropas Pára-quedistas foram dotadas de Artilharia moderna, de viaturas de reconhecimento adequadas a este tipo de tropas e de outros meios e armamento que lhe aumentaram a capacidade operacional. Ao nível do equipamento para lançamento a grande altitude, por exemplo, os Precursores estão hoje equipados com o que há de melhor no mundo em termos de material de oxigénio e paraquedas para pessoal e material.

6. Considera que os pára-quedistas perderam capacidades na passagem para o EP por já existir outras tipologias de forças com missões/capacidades semelhantes?

R: *De forma alguma. Tanto inicialmente o CTAT/BAI, como atualmente a Brigada de Reação Rápida, aglutinam uma tipologia de forças com características semelhantes, tendo como denominador comum o serem forças ligeiras com treino especializado. Embora o racional que esteve subjacente à criação da BAI seja diferente do da BRR, contudo, estamos perante forças com características semelhantes e com quadros de emprego que embora possam ser distintos são, no entanto, complementares. Enquanto a BAI estava prioritariamente orientada para o emprego em operações aerotransportadas, a BRR constitui um cluster de capacidades, com empregos diferenciados. Olhando para a organização da BRR, importa referir que as Operações Especiais têm um quadro de missões próprio, integrando a respetiva componente e com uma tipologia de emprego bem definida. Os Comandos constituem uma Infantaria ligeira treinada para emprego em pequenos grupos e para missões de levada exigência e risco. Na sua refundação esteve subjacente a intenção de alocar o Batalhão de Comandos à Unidade de Aviação do Exército, no sentido de lhes conferir uma capacidade de mobilidade tática acrescida, dotando o Exército de uma capacidade aeromóvel, entendida então, tal como agora, como sendo uma shortfall do ramo. Os Pára-quedistas, como força de emprego da terceira dimensão, dispensam adjetivos, estando hoje o nível de ambição orientado para o escalão Batalhão reforçado com meios de Apoio de Combate, Apoio de Fogos e Apoio de Serviços, com capacidade de condução de operações aerotransportadas. Em síntese, dada a natureza e tipologia destas forças, bem como complementaridade do seu treino e emprego operacional, faz sentido que estejam reunidas numa única grande unidade do Exército.*

7. Com a transferência dos pára-quedistas da FAP para o EP, houve uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre?

R: *Não me parece que se possa inferir que tenha havido uma diminuição das capacidades de treino aeroterrestre após a transição para o Exército. O treino aeroterrestre manteve-se fiel ao que era no período da FAP. Temos de analisar esta questão de uma perspetiva abrangente, isto é, existiu sempre e não se alterou o interesse recíproco da FAP e do EP em manter esta capacidade em níveis*

adequados. Ao EP interessa treinar os Pára-quedistas, por outro lado, à FAP interessa qualificar as tripulações das suas aeronaves de transporte aéreo tático, tanto no lançamento de pessoal como no abastecimento aéreo, que como já referi é uma capacidade conjunta FAP/EP. Acresce referir que a aquisição do avião C-295, em substituição do C-212 AVIOCAR, veio conferir um adicional de capacidade que não existia no tempo em que as tropas Pára-quedistas pertenciam à FAP.

8. A passagem para o EP foi sinónimo de um menor número de voluntários?

R: Já anteriormente referi que as mudanças no recrutamento consubstanciaram um impacto negativo na manutenção do efetivo das Tropas Pára-quedistas, uma vez que de um sistema com muita autonomia passou-se para a total dependência da estrutura de recrutamento do Exército, sendo fácil a um candidato chegar com a intenção de ir para os Pára-quedistas e ser orientado para outra opção. No entanto, há que ter igualmente presente as alterações entretanto ocorridas na Lei do Serviço Militar, em particular o fim do serviço militar obrigatório, que tiveram um impacto negativo na quantidade e na qualidade dos voluntários para as Forças Armadas em geral e para as Tropas Pára-quedistas em particular. Por outro lado, não deve também ser descurada a fraca atratividade dos incentivos à prestação do serviço militar, bem como as limitações ao recrutamento impostas pela tutela política, em virtude da atual conjuntura de dificuldade orçamental do nosso país.

9. Como caracteriza o tipo de tarefas/missões dos pára-quedistas quando estavam inseridos na FAP? E quando passaram para o EP?

R: A doutrina não muda consoante a tutela dos Pára-quedistas. As missões a que se destinam estas forças decorrem da doutrina de referência e não sofreram alterações no antes e no depois de 1994. Pelo contrário, tanto o CTP como o CTAT/BAI, como atualmente a BRR, têm procurado organizar, preparar, equipar e treinar as Tropas Pára-quedistas, tomando como modelo o que de melhor se faz nos países que constituem referência nesta matéria.

10. Como caracteriza o conceito de emprego dos pára-quedistas no Ultramar? E atualmente?

R: *São realidades completamente diferentes, referidas a ambientes estratégicos e a racionais de emprego distintos. Começando pelo Ultramar, aqui o conceito de emprego era o ajustado a uma guerra de contraguerrilha onde a articulação das forças se fazia mediante um dispositivo de quadrícula que assegurava a presença e a segurança do território, e uma capacidade de intervenção destinada a levar o combate aos santuários da guerrilha. O EP assegurava a presença com forças regulares e cada ramo tinha uma força especial que atuava as ações de intervenção. O EP aprontava os Comandos, a Marinha os Fuzileiros e a FAP os Pára-quedistas, que na generalidade tinham uma forma de atuação semelhante. De uma forma simplificada, consistia num movimento até ao objetivo, na execução de uma ação ofensiva, consubstanciada num golpe de mão, numa emboscada ou noutro tipo de demonstração de força, seguida por períodos de regeneração em bases da retaguarda. No Ultramar, os Pára-quedistas eram uma espécie de reserva operacional empenhada onde fosse mais útil ao Comandante-Chefe. Presentemente, para além das operações de apoio à paz, de estabilização e de gestão de crises, onde os Pára-quedistas têm vindo a ser empenhados com unidades de escalão até Batalhão, há todo um conjunto de missões e requisitos operacionais de emprego para o qual a BRR tem de manter as suas subunidades de Pára-quedistas preparadas. A FRI (Força de Reação Imediata), por exemplo, é uma reserva vocacionada essencialmente para operações NEO (evacuação de não-combatentes) tem sido cometida a unidades com grande capacidades de projeção estratégica, operacional e tática. Os cenários de atuação são hoje substancialmente diversos, enquanto no Ultramar os Pára-quedistas atuaram num quadro claro de contraguerrilha, nos dias de hoje o grau das ameaças que emergiram no pós 11 de Setembro coloca-nos em presença de um espectro de missões consideravelmente mais vasto e complexo.*

11. Em termos organizacionais, os pára-quedistas respondiam eficazmente às exigências pedidas tanto no Ultramar, como mais tarde na NATO? E hoje em dia?

R: *Os Pára-quedistas sempre cumpriram com o que lhes foi pedido, porque não é seu apanágio escolher missões, mas antes cumprir missões. Os resultados*

operacionais dos Pára-quedistas na guerra ultramarina falam por si e os historiadores encarregar-se-ão de o enaltecer. A admiração e o respeito que os Pára-quedistas ganharam, a auréola e a mística que lhes é reconhecida, devem-se a gerações de homens, heterogêneos na proveniência, cidadãos anónimos mas conscientes do seu dever para com a Pátria, que tendo recebido um treino duro e uma instrução exigentes em Tancos, imbuídos de um espírito de corpo singular, honraram as melhores tradições castrenses do povo português, envergando uma Boina Verde nos teatros de operações da Guiné, Angola e Moçambique. Portugal é obra de soldados, mas entre estes os Pára-quedistas contam-se como dos mais valorosos. A guerra do Ultramar representou um desafio a que as Forças Armadas e o EP souberam responder eficazmente, combatendo durante 14 anos para assegurar a segurança das populações e a liberdade de ação das autoridades nacionais. Militarmente a superioridade do lado português é um dado incontestável. Como já referi o papel dos Pára-quedistas nestes teatros de operações foi proeminente. Depois do 25 de Abril de 1974, com a retração para as fronteiras europeias e a reorientação para outras latitudes das prioridades estratégicas do nosso país, os Pára-quedistas, sob a tutela da FAP, acompanharam o esforço de alinhamento com as preocupações estratégicas da Guerra-Fria, reorganizando-se, treinando-se e equipando-se para um potencial conflito convencional no centro da Europa. A criação do CTP e da Brigada de Pára-quedistas Ligeira, para atribuição como reserva estratégica ao SACEUR, foi o desiderato que os Pára-quedistas prosseguiram até às alterações que conduziram à queda do muro de Berlim, em 1989. Em conjunto com o EP, participaram em exercícios e treinaram no Nordeste da Itália, as ações de reforço para que estávamos orientados, se um conflito entre a NATO e o Pacto de Varsóvia viesse a ocorrer. Um terceiro tempo estratégico, já anteriormente aqui referido, foi o dos conflitos regionais, consubstanciado no emprego do EP e dos Pára-quedistas, já sob a tutela deste ramo, em operações de paz, humanitárias e de gestão de crises. Também aqui, o EP em geral e os Pára-quedistas em particular, souberam ajustar-se às exigências do novo ambiente estratégico e cumprir de forma excelente todas as missões que lhes foram cometidas. Nos teatros de operações de Timor-Leste, do Kosovo, da FYROM e do Afeganistão, os soldados portugueses escreveram páginas que prestigiam Portugal e nos creditam como um aliado relevante. Este ciclo tem ainda expressão no Kosovo, contudo, o 11 de Setembro desenhou os contornos de

um novo ambiente estratégico, classificado como “guerra global contra o terrorismo”, representando um novo desafio para o EP e, em particular, para as suas forças de projeção. A complexidade das novas ameaças e a natureza das respostas exige a adoção de novos paradigmas e a compreensão dos desafios com que a nossa civilização se confronta. Não obstante esta realidade não seja recente, contudo, os contornos da sua evolução adensam a percepção de que as respostas convencionais para que nos temos preparados já não satisfazem cabalmente os requisitos de segurança. O próprio conceito de segurança exige ser revisitado e reanalisado segundo paradigmas menos sectorizados. Vivemos pois um momento crucial, de clarificação de conceitos e de definição de objetivos, que importa entender como uma oportunidade, para que tal como nos três momentos estratégicos anteriores, o EP vença o desafio e se afirme como um instrumento relevante para a salvaguarda dos objetivos primordiais do Estado. Acreditando não haver alternativa a que assim não seja, caberá inequivocamente um papel determinante aos Pára-quedistas, em virtude da sua natureza de força ligeira, moderna, flexível e tradicionalmente aberta à mudança.

Anexos

Anexo A – Criação do BCP

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Portaria n.º 15 671

Para execução do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 40 395, de 23 de Novembro de 1955, relativo à constituição de um batalhão de caçadores pára-quedistas e disposições reguladoras da sua dependência do Ministério do Exército e do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional e interino do Exército:

1.º Em 1 de Janeiro de 1956 será constituído, com a organização prevista nos mapas anexos III, IV, V e VI ao diploma citado, um batalhão de caçadores pára-quedistas;

2.º O batalhão de caçadores pára-quedistas dependerá, para efeito de instrução especificamente aeronáutica ou com esta relacionada, do comando de instrução e treino das forças aéreas e será orientado pela Direcção da Arma de Infantaria na instrução relativa ao emprego no solo;

3.º O batalhão de caçadores pára-quedistas terá a sua sede na área do polígono militar de Tancos, junto da base aérea n.º 3, que porá à sua disposição os necessários meios de transporte e lançamento aéreos.

Presidência do Conselho e Ministério do Exército, 26 de Dezembro de 1955. — O Subsecretário de Estado da Aeronáutica, *Kaulza Oliveira de Arriaga*. — O Subsecretário de Estado do Exército, *Ilorácio José de Sá Viana Rebelo*.

Figura 1 - Portaria N.º15671
Fonte: Imprensa Nacional

Anexo B – Criação do RCP

Portaria n.º 18 462

Convindo, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 42 073, de 31 de Dezembro de 1958, fixar as unidades das tropas pára-quedistas estacionadas na área da 1.ª região aérea, assim como as suas designações, localização, organização, efectivos e dependência:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, que se observe o seguinte:

1) As unidades referidas no mesmo artigo 8.º constituem um regimento de caçadores pára-quedistas, localizado em Tancos.

2) O regimento referido em 1) compreende:

a) Órgãos de comando, administração e manutenção:

Um comando.

Uma secretaria, secção de justiça e arquivo.

Um conselho administrativo.

Uma companhia de pessoal.

Uma companhia de material e infra-estruturas.

b) Órgãos de recrutamento e mobilização:

Um centro de recrutamento e mobilização.

c) Unidades de instrução:

Um batalhão de instrução.

d) Unidades de combate:

O batalhão de caçadores pára-quedistas n.º 11.

3) O organigrama e os efectivos do mesmo regimento serão fixados por despacho do Subsecretário de Estado da Aeronáutica.

4) O regimento de caçadores pára-quedistas depende da Direcção do Serviço de Recrutamento e Instrução da Força Aérea.

O conselho administrativo subordina-se, do ponto de vista técnico, ao director do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea. A companhia de pessoal subordina-se, do ponto de vista técnico e para os assuntos relativos à saúde, ao director do Serviço de Saúde da Força Aérea. A companhia de material e infra-estruturas subordina-se, do ponto de vista técnico e para os assuntos relativos a material e infra-estruturas, respectivamente, aos directores do Serviço de Material e de Infra-Estruturas da Força Aérea.

Figura 2 - Portaria Nº 18462

Fonte: Imprensa Nacional

Anexo C – Criação do CTP

Decreto-Lei 350/75

de 5 de Julho

Considerando a necessidade de reajustamento e organização das tropas pára-quedistas face à evolução da situação nacional;

Considerando a necessidade de descentralizar as actividades de mobilização, instrução e emprego das tropas pára-quedistas;

Considerando a conveniência de efectuar uma implantação regional das tropas pára-quedistas;

Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o Regimento de Caçadores Pára-Quedistas.

Art. 2.º É criado, na dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Corpo de Tropas Pára-Quedistas, constituído por:

- a) Comando e estado-maior;
- b) Base-escola de tropas pára-quedistas;
- c) Três bases operacionais de tropas pára-quedistas.

Art. 3.º O comandante do Corpo de Tropas Pára-Quedistas, oficial general, pára-quedista, depende directamente do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Art. 4.º O comandante do Corpo de Tropas Pára-Quedistas é directamente auxiliado por um comandante-adjunto, no qual poderá delegar as funções que julgar convenientes e o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Art. 5.º A organização e os quadros de pessoal, correspondentes às unidades e órgãos referidos no artigo 1.º, serão fixados em portaria do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Art. 6.º As condições de recrutamento, forma de preparação, as condições de ingresso nos quadros e a forma e condições de promoção, prestação de serviço e mobilização do pessoal das tropas pára-quedistas serão estabelecidas em diploma regulamentar.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.

Promulgado em 1 de Julho de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Figura 3 - Decreto-Lei 350/75 - 5 de Julho

Fonte: <http://dre.tretas.org/dre/56819/>

Anexo D – Criação do CTAT

Decreto-Lei n.º 27/94 de 5 de Fevereiro

O Decreto-Lei N.º 51/93, de 26 de Fevereiro, no seu artigo 34.º, prevê a inserção das tropas pára-quedistas no Exército.

O Decreto-Lei N.º 50/93, de 26 de Fevereiro, no seu artigo 20.º, criou o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT).

Cabe ao Comando das Tropas Aerotransportadas assegurar o aprontamento da Brigada Aerotransportada Independente (BAI), a qual integra os elementos da componente operacional do sistema de forças nacional da responsabilidade do Exército, constituindo uma das grandes unidades de natureza operacional.

No prosseguimento das orientações definidas naqueles diplomas, leva-se a cabo a extinção do Corpo de Tropas Pára-Quedistas (CTP) e a ativação do CTAT e da BAI. Assim, o CTAT e a BAI vêm compreender o acervo pertencente ao CTP. Impõe-se, pois, a necessidade de fixar o quadro legal de inserção do pessoal, do material e infraestruturas, afetos ao Corpo de Tropas Pára-Quedistas, no Exército. Assim: No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei N.º 11/89, de 1 de Junho, e nos termos da alínea c) do N.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Corpo de Tropas Pára-Quedistas

É extinto o Corpo de Tropas Pára-Quedistas (CTP) da Força Aérea

Artigo 2.º

Comando das Tropas Aerotransportadas e Brigada Aerotransportada Independente

1 - São ativados o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) e a Brigada Aerotransportada Independente (BAI) do Exército.

2 - Integram-se no CTAT e na BAI:

a) O pessoal militar e civil do CTP;

- b) O pessoal militar do Exército da especialidade comando;
- c) Outro pessoal do Exército.

3 - Integram-se ainda no CTAT e na BAI:

- a) O material afeto ao CTP;
- b) As infraestruturas afetas à Base Operacional de Tropas Pára-Quedistas (BOTP2) e à Base Escola de Tropas Pára-Quedistas (BETP)
- c) A infraestrutura aeronáutica afeta ao extinto Aeródromo de Manobra n.º 2 (AM2), em São Jacinto,
- d) Material e infraestruturas do Exército.

4 - O CTAT é depositário das tradições e património histórico dos extintos CTP e Regimento de Comandos.

Artigo 3.º

Pessoal Militar

1 - O pessoal militar especializado em pára-quedismo transita para o Exército, mantendo o posto e a antiguidade, bem como o índice remuneratório, em conformidade com a respetiva forma de prestação de serviço.

2 - São criados no Exército, mediante portaria do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM), a arma e os serviços correspondentes às especialidades dos militares do quadro permanente (QP) da Força Aérea, especializados em pára-quedismo

Artigo 4.º

Militares pára-quedistas do Exército

1 - Os oficiais do QP do Exército que, até à data de entrada em vigor do presente diploma, se encontrem em serviço nas tropas pára-quedistas da Força Aérea são considerados, para efeitos de promoção, no quadro especial de origem do Exército, como mantendo a posição inicial no curso de origem da respetiva arma ou serviço.

2 - Os oficiais do QP do Exército que regressam ao ramo, por força das disposições contidas no presente diploma, são intercalados nas listas de antiguidade das armas ou serviços de origem, mantendo os atuais postos e a antiguidade nos mesmos.

3 - A apreciação destes oficiais para promoção ao posto imediato processar-se-á na altura em que lhes competiria, se tivessem mantido a sua posição inicial no curso de origem.

4 - Os oficiais nas condições do n.º 2 deixam de estar na situação de adidos aos quadros, passando a ser contados, nos termos do artigo 185.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, nos respetivos quadros especiais

Artigo 5.º

Militares pára-quedistas da Força Aérea

1 - Transitam para os correspondentes quadros especiais a criar no Exército, que entram em extinção progressiva, por cancelamento de admissões, mantendo as respetivas situações:

- a) Os oficiais da especialidade do serviço geral pára-quedista (SGPQ);
- b) As oficiais enfermeiras pára-quedistas (ENFPQ);
- c) Os sargentos pára-quedistas (PARAQ).

2 - Transitam para as correspondentes especialidades a criar no Exército por despacho do CEME, mantendo-se-lhes aplicáveis as respetivas normas estatutárias:

- a) Os sargentos pára-quedistas, em regime de contrato, automaticamente prorrogável, abrangidos pelo disposto no n.º 2 do artigo 47.º do EMFAR;
- b) Os militares, da especialidade pára-quedista, dos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC).

Artigo 6.º

Militares na reserva na efetividade de serviço

Os militares do QP especializados em pára-quedismo, na situação de reserva na efetividade de serviço, transitam para a administração do Exército, mantendo-se naquela situação nos termos dos artigos 169.º e 170.º do EMFAR

Artigo 7.º

Militares fora da efetividade de serviço

1 - Transitam para a administração do Exército, mantendo as respectivas situações, os militares especializados em pára-quedismo que se encontrem fora da efetividade de serviço, nomeadamente:

- a) No ativo;
- b) Na reserva;
- c) Na reserva de disponibilidade e licenciamento

2 - O disposto no número anterior não é aplicável aos militares dos QP na situação de reforma.

Artigo 8.º

Pessoal Civil

O pessoal pertencente ao quadro geral do pessoal civil da Força Aérea, a prestar serviço na BOTP2 e na BETP, transita para o quadro de pessoal civil do Exército, nos termos da lei geral, sendo objeto de portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças.

Artigo 9.º

Material e Infraestruturas

Transitam da dependência da Força Aérea para a do Exército o material e infraestruturas seguintes:

- a) O material afeto ao CTP;
- b) As infraestruturas afetas à BOTP2 e à BETP.

Artigo 10.º

Servidões

Mantêm-se em vigor as servidões militares e aeronáuticas relativas às infraestruturas transferidas para a dependência do Exército ao abrigo do artigo anterior.

Artigo 11.º

Encargos Financeiros

1 - Os encargos financeiros decorrentes da ativação do CTAT e da BAI são suportados pela dotação orçamental do Exército.

2 - O suporte dos encargos financeiros decorrentes da atividade aérea a garantir pela Força Aérea ao Exército, no âmbito das atividades aeroterrestres do CTAT e da BAI, é objeto de despacho conjunto dos Chefes do Estado-Maior do Exército e da Força Aérea.

Artigo 12.º

Disposições transitórias

1 - As apreciações dos militares objeto do presente diploma, efetuadas na Força Aérea nos termos do Decreto-Lei n.º 201/93, de 3 de Junho, bem como as listas de promoção homologadas, são elemento fundamental para as promoções a ocorrer no ano de 1994, no âmbito do Exército.

2 - Até à adequação do Decreto-Lei n.º 200/93, de 3 de Junho, às disposições constantes do presente diploma, mantêm-se em vigor a composição específica e as regras de funcionamento dos conselhos das respetivas especialidades que existiam na Força Aérea nos termos do Decreto-Lei n.º 201/93, de 3 de Junho.

3 - Mantêm-se as competências do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, nos termos da legislação aplicável nos processos em curso, designadamente os de natureza disciplinar, à data de extinção do CTP.

Artigo 13.º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente decreto-lei, nomeadamente:

a) Artigos 275.º, 277.º, 282.º, 283.º, 284.º, 287.º, 289.º, 291.º, 326.º, 327.º, 328.º e 331.º, na parte em que se referem a pára-quedistas, todos do EMFAR

b):

Decreto-Lei n.º 40 394, de 23 de Novembro de 1955;

Decreto-Lei n.º 49 277, de 29 de Setembro de 1969;

Decreto-Lei n.º 350/75, de 5 de Julho;

Decreto-Lei n.º 17/78, de 19 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 345/79, de 29 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 360/81, de 31 de Dezembro;

Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 51/93, de 26 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 40 395, de 23 de Novembro de 1955;
Decreto-Lei n.º 44 168, de 31 de Janeiro de 1962;
Decreto-Lei n.º 44/77, de 31 de Março;
Portaria n.º 20 833/64, de 1 de Outubro;
Portaria n.º 21 727/65, de 17 de Dezembro;
Portaria n.º 600/83, de 24 de Maio.

Artigo 14.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1994.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Dezembro de 1993. - Aníbal António Cavaco Silva - Joaquim Fernando Nogueira - Eduardo de Almeida Catroga.

Promulgado em 21 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 24 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo E – Organização da BrigRR

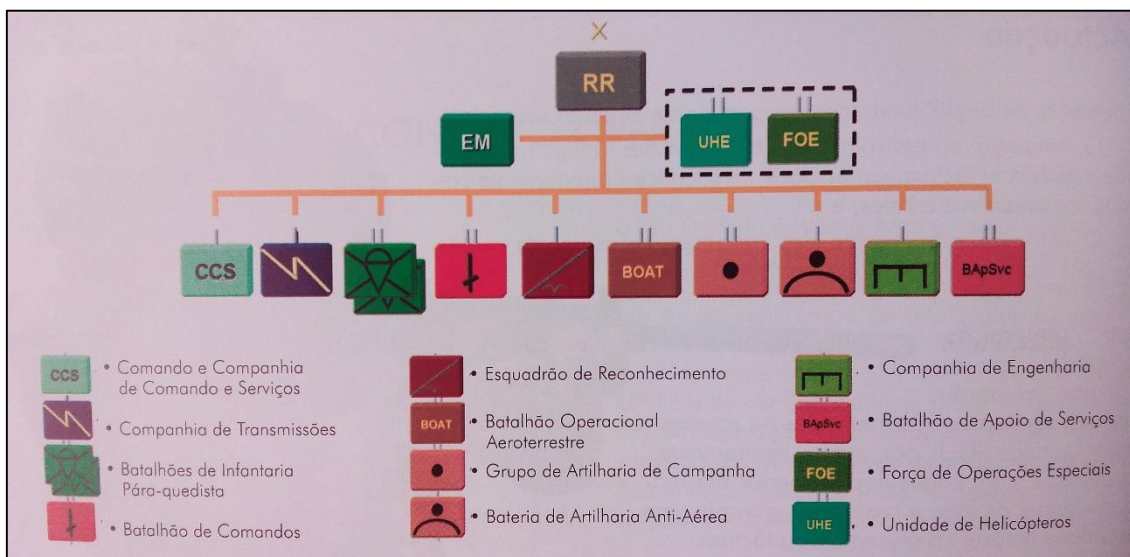


Figura 4 - Organograma da BrigRR
 Fonte: Brigada Reação Rápida, 2010, p.10



Figura 5 - Localização das unidades da BrigRR
 Fonte: www.operacional.pt

Anexo F – Organização da ETP

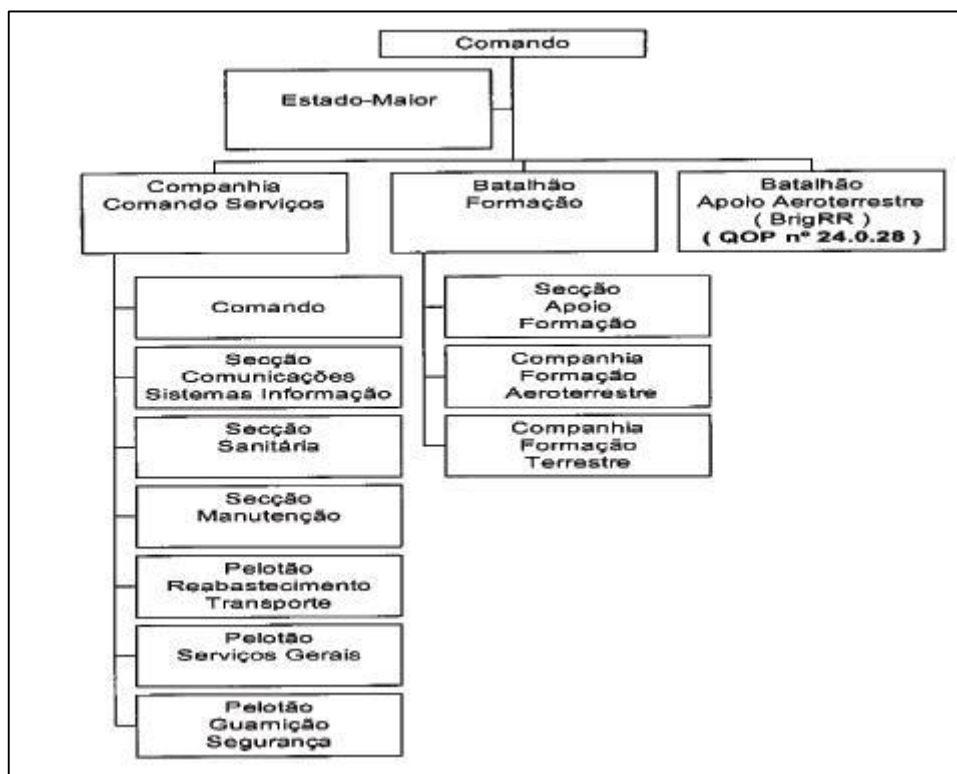


Figura 6 - Organograma da ETP

Fonte: <http://www.exercito.pt/sites/ETP/Paginas/Organizacao.aspx>

Anexo G – Organização de um BIPara

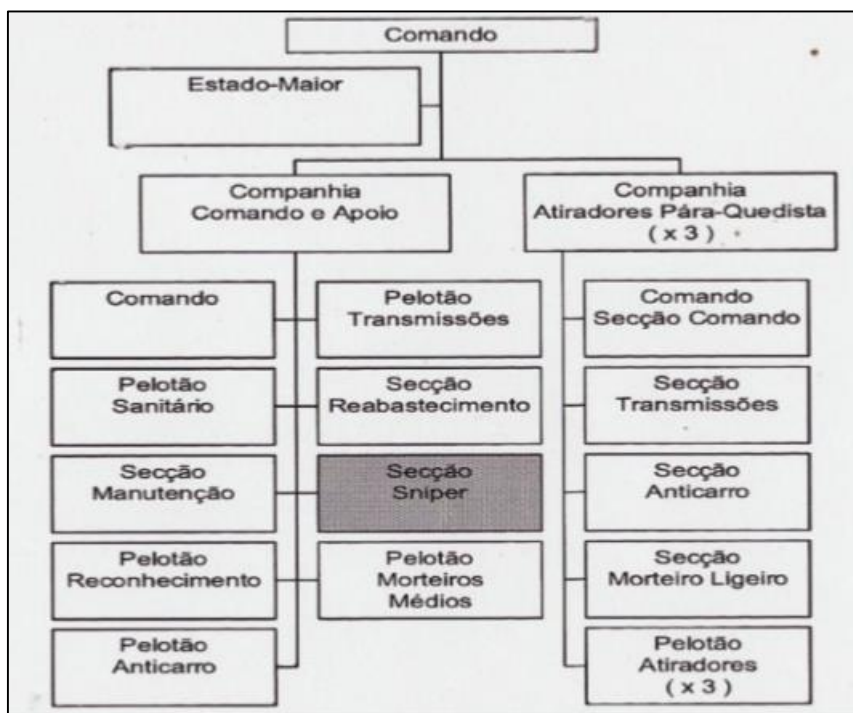


Figura 7 - Organograma de um BIPara

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2009